

AS MULHERES NAS FORÇAS ARMADAS BRASILEIRAS:

A MARINHA DO BRASIL 1980-2008

Volume 30
Maio de 2009

A Fundação Carlos Chagas é uma instituição privada sem fins lucrativos, reconhecida como de utilidade pública pelo Decreto Federal 87.122/82, pelo Decreto Estadual 4.500/74 e pelo Decreto Municipal 14.250/77, dedicada à seleção e pesquisa na área de educação. Fundada em 1964, expandiu rapidamente suas atividades, realizando, em todo o Brasil, tanto exames vestibulares quanto concursos de seleção para entidades privadas e públicas. A partir de 1971, com a criação do Departamento de Pesquisas Educacionais, começou a desenvolver amplo programa de investigação, treinamento de pessoal e divulgação científica, nas áreas de educação, creche e estudos sobre mulher.

DIRETORIA (2005 – 2011)

Rubens Murillo Marques

Diretor Presidente

Ronaldo Marques Bekman

Diretor Vice-Presidente

Glória Maria Santos Pereira Lima

Diretora Secretária Geral

Catharina Maria Wilma Brandi

Diretora Secretária

Carlos Eugênio de Carvalho Ferreira

Diretor Tesoureiro Geral

Ricardo Iglesias

Diretor Tesoureiro

DEPARTAMENTO DE PESQUISAS EDUCACIONAIS

Bernardete Angelina Gatti

coordenadora

Créditos

EQUIPE DE PESQUISA

Cristina Bruschini
Maria Rosa Lombardi
Cristiano M. Mercado

ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO

Maria Rosa Lombardi

FINANCIAMENTO

CNPq-Conselho Nacional de Pesquisa Científica e Tecnológica/ SPM-Secretaria Especial de Políticas para Mulheres da Presidência da República.
(edital MCT/CNPq/PR-SPM 45/2005)

COLABORAÇÃO

1º. Distrito Naval (Rio de Janeiro) e 8º. Distrito Naval (São Paulo).

CRÉDITO DAS FOTOS E ILUSTRAÇÕES

SDM-Serviço de Documentação da Marinha

São Paulo, junho de 2008

L833m LOMBARDI, Maria Rosa

As Mulheres na Forças Armadas brasileira: a Marinha do Brasil / Maria Rosa Lombardi; Cristina Bruschini; Cristiano M. Mercado. São Paulo: FCC/DPE, 2009.

105p. (Coleção Textos FCC, 30)
Inclui bibliografia.
ISSN 1984-6002 (impresso)
ISSN 1984-6010 (online)

1. Mulheres 2. Forças Armadas 3. Marinha 4. Dados Estatísticos I. BRUSCHINI, Cristina II. MERCADO, Cristiano M. III. Título IV. Série

CDU: 396

DIAGRAMAÇÃO E IMPRESSÃO

Gráfica da Fundação Carlos Chagas

ELABORAÇÃO DA FICHA CATALOGRÁFICA

Biblioteca Ana Maria Popovic

Sumário

Agradecimentos	7
Síntese dos resultados	9
1 Objetivos e procedimentos metodológicos.....	15
2 Forças Armadas e as mulheres.....	19
2.1 Profissionalização e feminização: processos inter-relacionados.....	19
2.2 O Processo de feminização nas Forças Armadas Brasileiras.....	23
2.3 Quem são os(as) militares brasileiros(as) hoje?.....	26
3 A Marinha e as mulheres.....	33
3.1 Homens e mulheres militares na ativa: posição atual	33
3.2 Um longo processo de integração das mulheres.....	37
3.3 As militares na Marinha sob a ótica dos(as) entrevistados(as)	51
3.4 As Engenheiras-Navais	81
4 Bibliografia	97
5 Anexos	99

Agradecimentos

Este estudo só foi possível graças ao apoio e à colaboração de diversas pessoas, civis e militares, vinculadas à Marinha. Proposto, em agosto de 2005, pela Fundação Carlos Chagas (FCC) ao então Comandante do 8º Distrito Naval (DN) -São Paulo, Vice-Almirante Marcélio Carmo de Castro Pereira, obteve pronta receptividade.

Devemos ressaltar que a boa receptividade a esta pesquisa se deveu, em grande medida, à intervenção da Comandante Marília, pessoa de nossas relações, uma militar que chefiava o Serviço de Assistência Integrada ao Pessoal da Marinha do 8º DN. Essa militar percebeu a oportunidade histórica de realizar um estudo sobre as militares da Marinha, justamente quando se completavam 25 anos do seu ingresso, criando a oportunidade para que homens e mulheres opinassem sobre esse processo.

Os encaminhamentos operacionais da pesquisa ficaram por conta da Assessoria de Comunicação Social do 8º DN, funções desempenhadas, na ocasião, pela 1ª Tenente (AA)- Ana Claudia Malaquias Dadoorian e pelo Capitão de Corveta Alberto Duek.

Apesar de oficialmente ter início em agosto de 2005, a pesquisa se estendeu até maio de 2008, um longo período durante o qual foram imprescindíveis o apoio e a colaboração de mais dois comandantes do 8º DN, os Vice-Almirantes José Carlos Cardoso e Terenilton Sousa Santos- atual comandante do 8º DN-, bem como de seus assessores de comunicação social, os Capitães de Corveta Marcus Vinícius de Vasconcelos Cardoso e Dino Ávila Busso.

Ainda em São Paulo, devem ser lembrados o então vice-diretor do Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo, Capitão de Mar e Guerra Edlander Santos, que autorizou a realização de entrevistas com militares daquele centro, bem como as informações prestadas pelo Capitão de Mar e Guerra Marcus Sá da Cunha, vice-diretor do Centro de Coordenação de Estudos da Marinha em São Paulo.

No Rio de Janeiro, foram essenciais o interesse, o apoio logístico e a acolhida fraterna da Capitã de Mar e Guerra Vera Campos, diretora do Serviço de Seleção de Pessoal da Marinha, que organizou os trabalhos de campo e os contatos no 1º Distrito Naval, para a equipe de pesquisa da Fundação Carlos Chagas.

Também no Rio de Janeiro, ressalte-se a acolhida recebida no Serviço de Documentação da Marinha e na Biblioteca da Escola de Guerra Naval, para levantamento de bibliografia e documentos de diversos tipos.

Outras duas instituições, a Secretaria Especial de Políticas para Mulheres- SPM e o CNPq- Conselho Nacional de Pesquisa Científica e Tecnológica contribuíram para a concretização do estudo, a primeira

lançando edital para projetos na área de gênero, ao qual concorreremos com a presente pesquisa e, a segunda, que nos deu condições materiais de trabalho, concedendo verbas de pesquisa.

Às instituições e às pessoas aqui mencionadas e, principalmente, aos(as) entrevistados(as) que partilharam conosco memórias, opiniões, percepções, vivências que enriqueceram o retrato do ingresso e da integração das mulheres na Marinha, objeto deste estudo, agradeço em meu nome e em nome da equipe de pesquisa da FCC.

Maria Rosa Lombardi

Síntese dos resultados

O presente estudo ratificou a tendência observada por outras investigações, em nível internacional, qual seja, os processos de feminização e profissionalização das Forças Armadas (FFAAs) não podem ser compreendidos de forma independente. Adotando essa perspectiva, pôde-se perceber que a feminização das FFAAs ocorre num quadro de racionalização do trabalho militar, em que o enxugamento de quadros e a necessidade de pessoal qualificado fez voltar as atenções para as mulheres que, a partir de meados dos anos 1960, passaram a se tornar cada vez mais escolarizadas e abertas para a escolha de profissões, até então inimagináveis para o seu sexo. Além disso, a própria transformação das atividades militares favoreceu as mulheres: atualmente, as FFAAs tendem a se dedicar menos à defesa do território pátrio e mais às ações de vigilância e proteção de fronteiras e do espaço aéreo nacionais, apoiadas em tecnologias eletrônicas e digitais, de comunicação e de guerra.

O processo de feminização das FFAAs brasileiras começou na Marinha, em 1980, com a criação do CAFRM - Corpo Auxiliar Feminino da Reserva da Marinha. Mas, a real integração das militares brasileiras se dará somente a partir da segunda metade dos anos 1990, com a extinção do CAFRM e a incorporação das militares na estrutura oficial de Corpos e Quadros da Marinha, em 1997, com o ingresso da primeira turma feminina na Academia da Força Aérea, em 1996, e no Instituto Militar de Engenharia do Exército, em 1997, com a permissão para que as mulheres ingressassem no Serviço Militar do Exército, em caráter temporário, em 1998.

Comparativamente às FFAAs de outros países, o processo de feminização no Brasil é recente. Na França, por exemplo, o mesmo processo ocorreu vinte anos antes, na década de 1970. Com uma agravante: as militares brasileiras, na primeira metade dos anos 2000, ainda não tinham conseguido o mesmo grau de integração que as colegas francesas, que, na década de 1980, foram incorporadas à estrutura militar única, em condições semelhantes às dos homens, e sucessivamente tiveram o acesso liberado ao alto comando, à integração regular e não limitada por quotas em tripulações das embarcações e aeronaves de combate e à formação nas escolas militares, antes exclusivamente masculinas.

No que diz respeito à Marinha brasileira, as militares ainda enfrentavam, entre 2005 e 2008, algumas interdições, como a integração regular nas tripulações dos navios e submarinos, o ingresso no Colégio e na Escola Navais, as carreiras da Armada, dos Fuzileiros Navais e da Intendência, as atividades de combate.

Mas, após 28 anos do ingresso das mulheres nas carreiras de Praças e Oficiais, a sua presença está consolidada e, de um modo geral, é bem acei-

ta; mas, em termos numéricos, a sua presença é ainda pouco expressiva: em 2004, apenas 5,6% (ou 2.268) dos militares da Marinha eram mulheres. A sua distribuição entre as carreiras de Praças e Oficiais - 56,4% e 43,6%, respectivamente - é mais equilibrada do que entre os homens (85,9% são Praças e 14,1%, Oficiais). É possível que essa diferença se deva ao fato de elas terem entrado na Marinha sob a égide da profissionalização, sendo-lhes exigida escolaridade mínima de nível médio, ao passo que, entre eles, os marinheiros recrutados oriundos do Serviço Militar Inicial (SMI) e das Escolas de Aprendizes-Marinheiros têm peso especial entre os Praças. As oficiais são mais expressivas nos Corpos da Saúde (em que 48% são mulheres) e no Quadro de Apoio à Saúde, em que trabalham, principalmente, farmacêuticas e enfermeiras (71%).

A necessidade de suprir, com mão-de-obra especializada, o então recém-inaugurado Hospital Naval Marcílio Dias foi um dos motivos que levaram à seleção da primeira turma de mulheres oficiais, em 1981. Essa área, portanto, foi e continua sendo um espaço feminino de trabalho na corporação. Ressalte-se, porém, que a Marinha tem instituído quotas de 50% para o sexo masculino nos concursos para oficiais médicos e dentistas. A existência de quotas parece ser uma das salvaguardas impostas pela instituição no decurso do processo de feminização, juntamente com a prudência, concretizada pela lentidão da integração das mulheres na estrutura geral do pessoal militar e a reserva de carreiras e patentes exclusivas para os homens.

No que diz respeito à hierarquia, em 2004 existiam apenas 94 oficiais-generais, todos do sexo masculino, dez no posto máximo de Almirante de Esquadra. A maior parte das carreiras em que as mulheres podem se integrar, não dá acesso aos postos de oficiais-generais; no máximo, elas chegaram, até hoje, ao posto de Capitão de Mar e Guerra (10 oficiais).

Atualmente, porém, as possibilidades de inserção profissional e de ascensão hierárquica das mulheres são significativamente maiores do que há 28 anos. A começar pelo fato de que elas deixaram de se constituir um corpo à parte e se integraram, em 1998, à estrutura geral do pessoal militar da Marinha. O CAFRM – Corpo Auxiliar Feminino da Reserva da Marinha - tinha regras próprias quanto à hierarquia e aos interstícios de tempo exigidos para a promoção de uma patente à outra, invariavelmente maiores do que os aplicados aos homens. Além disso, cada turma feminina era submetida a um período probatório de nove anos até sua incorporação definitiva, o que não acontecia com os homens. Finalmente, em termos de posições hierárquicas, as oficiais podiam chegar, no máximo, a Capitão de Fragata. Essas características das carreiras femininas, aliadas à inexistência de apoio de creches e escolas para os filhos das militares, causavam desmotivação e evasão das oficiais, arriscando-se a Marinha a perder suas médicas e enfermeiras, já em 1987. Mas o quadro de discriminação contra as mulheres só foi revertido em 1998, cerca de dez anos mais tarde.

Os depoimentos do(a)s militares entrevistados(as) permitiram conhecer as opiniões sobre o ingresso e a integração das mulheres na Marinha, relembrar os primeiros tempos com as pioneiras do CAFRM, além de possibilitar a identificação de alguns focos de tensão no relacionamento entre homens e mulheres nos dias de hoje. De uma forma geral, a opinião dos militares de ambos os sexos sobre o ingresso das mulheres na Marinha é positiva, havendo um reconhecimento da sua contribuição como profissionais no trabalho cotidiano, bem como uma sensação de que “elas humanizaram a Marinha”, trazendo uma dose extra de civilidade aos ambientes masculinos, o que inclui um linguajar menos duro e comportamentos menos autoritários. Alguns oficiais afirmaram que, após 28 anos, as mudanças são favoráveis às próprias mulheres, uma vez que elas estão chegando ao topo das carreiras, assumindo mais responsabilidades, “se adaptando à seqüência da hierarquia”.

Porém, alguns militares pensam que essa integração tem limites: a parte operativa, que inclui a Esquadra, considerada a razão de ser da Marinha, e as atividades de combate e de guerra devem continuar da alçada dos homens, exclusivamente. As razões invocadas para a interdição dessas atividades às mulheres passam pela ausência de infra-estrutura dos navios para recebê-las, pela sua falta de força e resistência físicas para desempenhar serviços pesados e sujos, pela pretensa aversão feminina a ambientes confinados e ao isolamento, pela incompatibilidade entre maternidade, cuidado com os filhos pequenos e a vida no mar durante longos períodos.

As militares que embarcaram em missões de serviço de variadas durações, entretanto, disseram não ter enfrentado problemas no convívio com os marinheiros e oficiais a bordo. Além do mais, as engenheiras navais, que, costumeiramente, cumprem missões embarcadas, executam trabalhos técnicos ligados à guerra, desenvolvendo e testando sistemas de armamento, de rastreamento e sensoriamento remoto, desenvolvendo táticas de guerra eletrônica. A barreira das atividades profissionais ligadas à guerra, portanto, parece ter sido ultrapassada pelas mulheres, com o auxílio da tecnologia digital.

Quanto à conciliação entre vida familiar e militar, nesses 28 anos, as militares mostraram que isso é possível. Mesmo cumprindo as escalas de “serviço”, os plantões noturnos seguidos de expediente normal de trabalho no dia seguinte, as militares recorrem aos acordos conjugais ou familiares e têm dado conta do recado.

Todas as militares que são mães, contudo, referiram-se às dificuldades que enfrentaram na corporação, durante a gestação e depois do nascimento dos filhos. Mais pungentes entre as pioneiras, que teriam sido “maltratadas quando ficavam grávidas”, mas igualmente marcantes entre as mais modernas, que se referem a episódios de “serviço” armado ou não, em período de gravidez avançada ou à incompreensão de alguns comandantes quanto às limitações que aquele estado provoca na mulher.

Da mesma forma, sair no horário para pegar os filhos na escola ou faltar porque uma criança ficou doente, parecem ser episódios considerados de forma negativa na carreira das oficiais e praças. Algumas entrevistadas acreditam que a mulher grávida deveria ter tratamento diferenciado, por exemplo, sendo excluída das escalas de serviço.

Mas, se existe um foco de tensão entre os dois sexos, hoje em dia, ele se dá precisamente no que se refere a um suposto tratamento diferenciado dos comandantes em relação às mulheres. Que a maioria delas nega, mas que a maioria dos homens confirma. Os praças, principalmente, consideram que os oficiais são mais duros com eles do que com elas, atribuindo-lhes sempre os trabalhos menos penosos, protegendo-as, de um modo geral. Além disso, consideram-se desfavorecidos quando o assunto é estudo. Para esses militares, normalmente mais velhos e que entraram muito jovens na carreira militar, o fato de eles “*suspendem com o navio*”, a qualquer hora, por períodos não determinados previamente, os impede de continuar os estudos regularmente. O que não acontece com as mulheres. E a Marinha, ao promover um militar, valoriza os cursos realizados. Outro foco de tensão que a pesquisa permitiu identificar reside na relação entre os Praças e suas superiores, em geral oficiais mais jovens e mais escolarizadas, mas sem a vivência de vinte e cinco, trinta anos de Marinha que só os Praças têm. Não é incomum haver resistência ao comando feminino da parte deles e, da parte delas, um mal-estar em dar ordens para pessoas mais velhas. Com o tempo, parece que as oficiais e seus comandados praças tendem a se adaptar às respectivas posições hierárquicas. No relato de algumas pioneiras, “depois de muito diálogo, firmeza nas atitudes e sem autoritarismo”, os subordinados passaram a se orgulhar das “*suas tenentes*”.

E parece ter sido com esse “jeitinho” feminino, com persistência, que as mulheres conseguiram conquistar respeito e admiração na corporação, dando continuamente provas de competência profissional, assim como as demais mulheres civis, que trabalham ou estudam em ambientes majoritariamente masculinos. Mas algumas militares praças revelaram uma peculiaridade: além de provarem competência profissional nas suas funções ou profissões, elas são constantemente “vigiadas” pelos homens para que não sejam poupadas de nenhuma atividade, nem de escalas de serviço. Fato que concretiza uma reação masculina a uma reclamada proteção das mulheres por parte dos comandantes.

Apesar de todos os percalços e dificuldades encontrados, entretanto, tanto as praças como as oficiais se disseram satisfeitas com a escolha da carreira militar na Marinha e, se fosse hoje, repetiriam a opção. De um modo geral, o estranhamento maior entre as mulheres e a corporação, relatado pelas pioneiras das primeiras turmas, parece ter sido superado. No caso de algumas profissões, como a engenharia, entretanto, esse estranhamento persistia ainda em 1997, conforme relatos de algumas engenheiras navais.

O processo de integração das mulheres na Marinha continua. Em 1981, como afirmou uma militar que ingressou na primeira turma, “*não sei se foi mais difícil para nós ou para eles*”. Atualmente, são outros os desafios enfrentados pelas mulheres. Como, por exemplo, em 2006, assumir as primeiras cinco diretorias de serviços; a ascensão das primeiras dez oficiais ao topo da hierarquia, ao posto de Capitão de Mar e Guerra; embarcar em 2007, por um ano, em missão de pesquisa na Antártida, sendo a única mulher a bordo; a expectativa de nomeação da primeira Contra Almirante médica, para breve.

Se as mulheres ainda não podem estudar na Escola Naval, fazer parte dos Corpos da Armada, dos Fuzileiros, dos Intendentes nem embarcar regulamente com as tripulações dos navios, as pioneiras das primeiras turmas do então CAFRM abriram caminho para as que vieram depois, para as “mais modernas” conquistarem essas possibilidades. Razão suficiente para essas militares se orgulharem da trajetória profissional e militar que cumpriram e ainda cumprem na Marinha.

Sem pretender ter exaurido os ângulos de análise que as informações recolhidas durante o estudo possibilitam, pensamos ter contribuído para o debate sobre a igualdade de direitos e deveres entre homens e mulheres na carreira militar, através da análise da evolução da posição das mulheres na Marinha brasileira, nos últimos 28 anos.

1 Objetivos e procedimentos

A recém-implantada linha de investigação “Mulheres em profissões majoritariamente masculinas”, no Grupo de Pesquisas “Socialização, relações de gênero e raça/etnia” do Departamento de Pesquisas Educacionais da Fundação Carlos Chagas, tem por objetivo estudar o trabalho e suas transformações, da perspectiva das relações de gênero, em campos profissionais tradicionalmente masculinos que têm-se aberto, recentemente, às mulheres.

O projeto de pesquisa que originou este relatório representa a primeira etapa de projeto maior a se inscrever naquela linha de investigação, que por sua vez tem a intenção de investigar o ingresso das mulheres nas Forças Armadas de forma geral.

Este estudo – *As mulheres nas Forças Armadas brasileiras: a Marinha do Brasil* – teve como objetivo central conhecer como se deu o processo de inserção das mulheres na Marinha brasileira, procurando recuperar as etapas da sua integração, desde 1980 até os dias de hoje, ou seja, no último quarto de século¹. Nesse sentido, procurou-se identificar:

- a) como se organizou o ingresso das mulheres nas carreiras militares, pontuando eventuais episódios de discriminação de gênero que tenham ocorrido naquele processo;
- b) como se estruturaram as relações sociais entre homens e mulheres nos ambientes militares de trabalho e como elas evoluíram, no último quarto de século;

Complementarmente, foi realizado um estudo especial junto aos(as) engenheiros(as) do Corpo de Engenheiros Navais, motivado por interesse pessoal a respeito dessa categoria profissional, sobre a qual realizamos estudo anterior (Lombardi, 2005).

Abaixo, algumas das questões que a investigação pretendeu responder:

- a) Quantas são as militares na Marinha hoje? Pode-se afirmar que houve um aumento da sua participação nos últimos 25 anos?
- b) Quais carreiras estão abertas às mulheres hoje? Houve mudanças em relação ao passado?
- c) Quais motivos levaram a Marinha a recrutar mulheres para os seus quadros?
- d) Quem são essas mulheres, ou seja, origem familiar e social, formação escolar, estado civil, município onde nasceram etc.?
- e) Por que fizeram essa escolha profissional?
- f) Como se desenvolveu a sua carreira profissional na Marinha (funções exercidas, postos hierárquicos etc.)? Haveria diferenças nas possibilidades de carreira entre homens e mulheres?

1. Em 2005, ano de início da pesquisa, completaram-se 25 anos do ingresso das mulheres na Marinha.

- g) Como elas vivenciaram subjetivamente sua condição de mulheres numa profissão tradicionalmente masculina?
- h) Representações sociais: como elas se percebem como militares e mulheres? Como são percebidas pelo coletivo masculino?
- i) Houve mudanças na posição das mulheres na Marinha nos últimos 25 anos? Em caso positivo, quais foram? Elas podem ser consideradas favoráveis às mulheres ou não?
- j) O Corpo de Oficiais de Engenheiros Navais: qual o lugar e a posição das mulheres nessa carreira? Há diferenças no processo de inserção das engenheiras quando comparado ao das militares de outras áreas profissionais?

Os procedimentos metodológicos selecionados para esta investigação conjugaram quatro estratégias de pesquisa, a saber:

- 1) levantamento de bibliografia nacional e internacional produzida sobre questões envolvendo o ingresso das mulheres nas Forças Armadas;
- 2) análise de estatísticas da PNAD- Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do IBGE -- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e da DPMM -- Diretoria de Pessoal Militar da Marinha, visando dimensionar e qualificar a participação feminina, respectivamente, nas Forças Armadas e na Marinha;
- 3) análise de documentos de diversos tipos, como legislação nacional, normas e regulamentos internos da Marinha, material visual e fotográfico etc., visando recuperar eventos de importância no processo de integração das mulheres na Marinha;
- 4) Trabalho de campo:
realização de 24 entrevistas individuais (15 mulheres e 9 homens; 8 Praças e 16 Oficiais). As entrevistas foram feitas no 1º e no 8º. Distritos Navais, entre setembro de 2006 e junho de 2007. A composição da amostra por sexo, idade -- e seu correlato tempo de casa, carreiras e Corpos e Quadros foi intencional. A determinação do número de entrevistas se deu em face às possibilidades de tempo, recursos humanos e financeiros disponíveis. A composição por sexo, idade, carreiras e Corpos e Quadros, por sua vez, pretendeu incluir a maior diversidade possível na amostra, com dois objetivos. Primeiro, abranger a maior variação possível de perfis demográficos de militares, conhecer suas motivações para a escolha da carreira, obter opiniões sobre a profissão e a carreira militar; depois, conhecer sua opinião sobre o papel e o lugar das mulheres na corporação. Acreditamos que diversificar a composição da amostra permitiu enriquecer as percepções sobre o processo de inserção e integração das mulheres na Marinha, incluindo pontos de vista diferentes, elaborados a partir das diferentes posições ocupadas pelos sujeitos entrevistados na hierar-

quia. Nesse sentido, as informações recolhidas nos depoimentos dos entrevistados não podem ser generalizadas para todos os militares. Indicam, entretanto, tendências de opiniões e percepções sobre os processos em análise, resultado esperado e desejável em pesquisas qualitativas (Beaud e Weber, 2003). As entrevistas foram conduzidas por meio de um roteiro flexível² e foi permitido gravá-las. Tanto no caso de São Paulo, como no Rio de Janeiro, os entrevistados foram selecionados e convocados para a entrevista por seus superiores hierárquicos. Essa estratégia parece ser praxe nos ambientes militares, uma vez que foi relatada em estudo com militares das Forças Armadas francesas (Forgeau, 2005). Durante os trabalhos de campo do presente estudo, ocorreram algumas situações especiais. Os trabalhos de campo foram concentrados em alguns dias, durante o dia todo, nos quais a equipe foi convidada a almoçar na Organização Militar. Com exceção de uma militar que se recusou a dar entrevista, os demais se mostraram curiosos, interessados e não pareceram incomodados em relatar suas vivências. Ao contrário, mostraram-se motivados a fazê-lo. A gravação das entrevistas foi combinada com cada entrevistado e apenas uma militar não a permitiu. Após um pequeno incidente acontecido em uma Organização Militar sediada em São Paulo³, o qual interrompeu temporariamente os trabalhos de campo, compreendemos a necessidade de enfatizar junto aos militares e a suas chefias os procedimentos éticos adotados, incluindo o sigilo das informações, a garantia do anonimato e o compromisso de não incluir, na análise, quaisquer informações que permitissem identificar os entrevistados individualmente. Esse cuidado voltou-se especialmente para as militares, uma vez que, por serem poucas, sobretudo nas altas patentes, são facilmente identificáveis. Adotamos ainda outro expediente : devolvemos a cada entrevistado seu depoimento transcrito para sua validação e analisamos apenas os depoimentos validados.

entrevista coletiva realizada no Rio de Janeiro, com um grupo de oito engenheiras para conhecer a sua posição no Corpo de Engenheiros Navais e as especificidades das suas atividades de trabalho. Este grupo focal foi gravado e transcrito e se orientou por roteiro específico⁴.

2. Vide Roteiro de entrevista no Anexo 2.

3. Tratou-se, portanto, de um mal-entendido causado pelo desconhecimento das regras da hierarquia militar, por parte da equipe de pesquisa, que iniciou as entrevistas antes de os chefes hierárquicos terem comunicado os entrevistados .

4. Vide Roteiro do Grupo focal no Anexo 2.

2 As Forças Armadas e as mulheres

2.1 PROFISSIONALIZAÇÃO E FEMINIZAÇÃO: PROCESSOS INTER-RELACIONADOS

A expressão “feminização” costuma designar o processo de inserção e ampliação da presença das mulheres em ambientes de trabalho e profissões majoritariamente masculinos. Mais do que a análise da expansão feminina por meio de números, a perspectiva teórica subjacente à categoria analítica “feminização” sugere o estudo das mudanças nas relações sociais entre os sexos, nas identidades e representações profissionais e mudanças institucionais de várias ordens, que costumam acompanhar a integração de mulheres em profissões ou áreas de trabalho tradicionalmente masculinas.

Estudos sobre alguns países europeus e o Canadá ressaltam que os processos de profissionalização e de feminização nas Forças Armadas (FFAAs) não podem ser compreendidos de forma independente. Um desses estudos traça uma comparação entre os processos de feminização das FFAAs da Alemanha, Canadá, Espanha, Holanda, França e Inglaterra (Froitié, Porteret, 2005) e conclui que nesses países as FFAAs passaram por um processo de racionalização, com repercussões no trabalho concreto e no perfil do militar.

Segundo os autores, instaurou-se uma tendência à profissionalização das FFAAs, decorrente das experiências e das lições da Segunda Guerra, de forma concomitante ao crescente desenvolvimento tecnológico militar e da incorporação da tecnologia aos materiais e equipamentos. Nos países europeus, houve diminuição dos contingentes, alterando o conceito de FFAAs “de massa” em vigor, atrelada à mudança no perfil de qualificação do militar, mais elevado. Nos países do primeiro mundo, portanto, as FFAAs passaram a operar com efetivos reduzidos, altamente especializados, com base no serviço militar voluntário. Outra alteração no perfil do militar diz respeito, segundo aqueles autores, ao nível ético. Quer dizer, a reestruturação dos recursos humanos e materiais teria sido acompanhada de uma inflexão no campo da ética militar, passando-se de uma ética de convicções a outra, de responsabilidade, do líder heróico ao gerente, submisso às exigências da racionalidade instrumental.

A feminização das FFAAs se insere nesse processo de racionalização. O enxugamento de quadros e a necessidade de pessoal qualificado fez voltar a atenção para as mulheres, estas por sua vez mais escolarizadas e abertas para profissões, até então, impensadas para o seu sexo. Além disso, a própria transformação das atividades militares jogou em favor das mulheres, uma vez que, segundo Rocha (2004), as FFAAs atualmente tendem a se dedicar menos à defesa do território pátrio e

mais às ações de vigilância e proteção de fronteiras e do espaço aéreo nacional, apoiadas em tecnologias eletrônicas, de comunicação e digitais. Novas missões têm-lhes sido destinadas, p.ex., o gerenciamento de crises de serviços do Estado⁵.

O processo de feminização nos países europeus e no Canadá, de forma geral, intensificou-se a partir dos anos 1970 e começo dos 1980, com a abertura das escolas de oficiais às mulheres e a supressão das unidades exclusivamente femininas (Froitié e Porteret, 2005). Ao final da década de 1980, novas medidas facilitaram o ingresso das mulheres nas FFAAs daqueles países – nisso estando incluídas políticas de combate à discriminação de gênero.

Esse processo de integração das mulheres, que apresentou variações segundo o país-, trouxe à tona questionamentos similares, tendo como pano de fundo a idéia de que elas constituiriam um elemento perturbador para a vida militar.

Entre os benefícios que a presença das mulheres teria trazido, diversos estudos destacam um maior grau de civilidade nos relacionamentos e um debate sobre as condições de trabalho (acomodações, tempo de trabalho etc.), os critérios de eficiência e profissionalismo no trabalho, o lugar das mulheres no ambiente militar e nas unidades de combate. De fato, a questão central diz respeito à divisão sexual do trabalho, do que decorre a questão: deve-se permitir ou não o acesso das mulheres a postos de combate?

Cada um dos países estudados adotou soluções e limites particulares ao lidar com a feminização (Froitié e Porteret, 2005). O Canadá, por exemplo,, abriu completamente suas unidades de combate às mulheres e tem procurado melhorar o sistema quando elas reportam dificuldades de integração. No outro extremo de um contínuo imaginário “inclusão-exclusão”, a Inglaterra não as integra em posições de combate e justifica essa decisão invocando dificuldades das mulheres nos testes e exames físicos presentes na seleção àqueles postos.

As taxas de feminização das FFAAs européias e canadenses, entre 2002 e 2004 (Tabela 1) indicam a maior inclusão feminina, pela ordem,

Tabela 1

Taxas de feminização das Forças Armadas em países selecionados (em %) 2002-2004 * 2005**

Países	Total	Exército	Aeronáutica	Marinha
Alemanha	5,5	6,6	5	8
Canadá	12,5	10,5	17	12
Espanha	10,5	10	11	10
França	13,1	9,5	18	12
Holanda	8,5	8	9	9,5
Inglaterra	9	7,5	11	9
BRASIL	1,3	1,5	1	0,9

* Alemanha, Canadá, Espanha, França, Holanda e Inglaterra; ** Brasil

Fontes: Froitié e Porteret, 2005 (Alemanha, Canadá, Espanha, França, Holanda, Inglaterra; sistematização e organização dos dados própria); IBGE- PNAD 2005 (Brasil)

5. Por exemplo, na crise recente da epidemia de dengue, vivida pelos hospitais públicos no Rio de Janeiro e a “cobertura” temporária do atendimento à população, realizada pelos Corpos de Saúde das FFAAs. Ou o apoio pontual do Exército à segurança pública urbana, em alguns estados do país.

na França, no Canadá, na Espanha (taxas superiores a 10%); a Alemanha apresentou o índice menor, 5,5%. Entre as Armas, as maiores taxas estão na Aeronáutica e na Marinha. A exceção é a Alemanha, com taxa menor na Aeronáutica (5%).

Comparando-se essas porcentagens com as do Brasil (entre 1 e 1,5%), fica claro o estágio diferenciado do processo de feminização; o nosso, como analisaremos adiante, muito mais recente que o em curso na Europa ocidental e no Canadá⁶. Reflexo também dessa preocupação recente em integrar as mulheres na área militar é a quase inexistente produção de estudos e pesquisas que abordam as FFAAs da óptica das relações de gênero, exceção a alguns estudos junto aos policiais e aos bombeiros⁷.

Considere-se, ainda, que no Brasil, conforme ressalta Rocha (2004), as questões ligadas à Defesa Nacional e aos militares começaram a ser debatidas recentemente, de modo tímido, a partir da metade dos 1980, com a abertura democrática e com mais ênfase a partir do final da década de 1990, início dos 2000. A novidade nessa área é a criação do Ministério da Defesa, em 1999, que instituiu o comando civil na área militar, com o objetivo de coordenar as três forças. Segundo análise de Rocha (2004), as FFAAs têm sido desfavorecidas na alocação de recursos, tendo como conseqüência salários aviltados, equipamentos obsoletos ou com problemas de manutenção, instrução militar deficiente, “um quadro de sucateamento jamais visto na história do país”.

Opiniões e percepções de um grupo de oficiais da Marinha sobre os problemas mais relevantes das FFAAs seguem na mesma direção: o orçamento destinado é insuficiente, os salários, sobretudo os da alta hierarquia, estão defasados, há incompreensão da sociedade sobre o papel das FFAAs. A condição de restrição orçamentária, comumente descrita como de “penúria”, parece se refletir na arregimentação dos seus quadros (D’Araújo, Castro e Cheibub, 2002)⁸.

Ainda segundo Rocha (2004), a classe média passou a considerar outras possibilidades de carreira para seus filhos, além das FFAAs, enquanto as classes menos favorecidas continuariam a apostar nelas⁹. As FFAAs brasileiras, especialmente o Exército, que absorve o maior efetivo humano, têm por princípio a existência de um núcleo profissional básico pequeno e a formação de uma reserva considerável, mobilizável em determinadas circunstâncias. Mas segundo aquele autor, as FFAAs brasileiras,

“ não conseguem absorver nem 10% dos jovens do sexo masculino que, anualmente, completam 18 anos, com os dados estatísticos revelando decréscimo na incorporação, não por falta de pessoal, mas pela capacidade de absorção da FFAA, que, se já era pequena, foi reduzida ainda mais pelas restrições a que se viram sujeitas nos últimos anos... Em 2002, haviam 1 600 345 alistados e 90 231 incorporados ou 5,6%... Nos últimos anos, houve importantes modificações das reservas das FFAAs com a desincorporação dos recrutas com apenas quatro meses

6. Os números da PNAD se referem à autodeclaração de ocupação. As proporções de militares devem ser encaradas com cautela, em face dos altos coeficientes de variação amostral (entre 43 e 72%). Supõe-se que haja subdimensionamento, conclusão que advém da comparação dos números da PNAD com os da Marinha: na PNAD as mulheres representam menos de 1% dos militares da Marinha; nas estatísticas da própria Marinha, a participação das mulheres é 5,6%.

7. Localizamos dois estudos, a saber: Takahashi (2005); Silveira (2005).

8. Segundo esse estudo, 59% dos militares acreditam que têm salários mais baixos que os dos funcionários públicos federais. Consulta à Lei 11359, de 19/10/2006, mostrou que os soldos dos militares de altas patentes não são baixos se levarmos em consideração os níveis de rendimentos dos brasileiros e o fato de que o soldo não representa a totalidade da remuneração dos militares, mas cerca de 70% dela, segundo informação obtida. Em 2006, os soldos giravam entre R\$ 3000,00 e R\$ 5600,00 para Oficiais e de R\$ 1089,00 a R\$ 2871,00, para Praças. O que se deve considerar, contudo, é que o achatamento parece atingir mais fortemente os oficiais. Outro problema: a atualização dos valores dos soldos. Os valores citados para 2006 só foram atualizados recentemente, em abril/maio de 2008. Senado Federal (www.senado.gov.br/legislação).

9. Na nossa pesquisa, porém, houve tendência de oficiais e praças valorizarem a inserção nas FFAAs, sendo recorrentes menções a “emprego estável”, “carreira previsível e prestigiada”, “bom salário inicial”, para explicar a escolha pela Marinha.

de instrução, menor número de convocados para a prestação do serviço militar inicial, redução da quantidade de tiros de guerra e menor número de estudantes matriculados nos órgãos de formação de oficiais de reserva (CPORs e NPORs). Devido a essas condições, apesar da obrigatoriedade constante da lei, na prática, para a grande maioria dos jovens incorporados, o serviço militar termina sendo voluntário” (Rocha, p.20-21).

E não se pode deixar de ressaltar uma peculiaridade nacional: as FFAAs têm sido, historicamente, centros de educação e treinamento profissional e oportunidade de trabalho para gerações de brasileiros. Em face do desemprego crescente das últimas décadas, seu papel de integração social pelo trabalho adquiriu maior visibilidade. A tendência de haver um grande número de pedidos de dispensa do serviço militar se inverteu, passando-se, ao contrário, para um crescimento expressivo no número de pedidos de incorporação ao serviço militar inicial.

Essa movimentação é compreensível quando se observam os soldos dos militares no ingresso na carreira em comparação com alguns parâmetros de rendimento da população. Em 2006, no Brasil, o rendimento médio mensal do trabalho era de R\$ 883,00, o Salário-mínimo R\$ 350,00 e o rendimento médio domiciliar, R\$ 1687,00¹⁰. A lei 11359, de 19/10/2006¹¹, fixou os seguintes valores para os soldos das FFAAs:

- 1) os Marinheiros, Soldados Fuzileiros Navais, Soldados e Corneteiros engajados (ou seja, iniciantes na carreira militar) ganham R\$ 618,00 por mês;
- 2) os Marinheiros-recruta, os recrutas, os Soldados-recruta e Corneteiros não engajados (prestando Serviço Militar Inicial) receberiam R\$ 207,00;
- 3) Aprendiz-marinheiro (R\$ 318,00); Alunos do Colégio Naval, da Escola Preparatória de Cadetes (último ano) e da Escola de Formação de Sargentos (R\$ 411,00);
- 4) Cabo não engajado (R\$ 249,00); Cabo engajado (R\$ 1089,00);
- 6) Aspirante, Cadete e alunos do Instituto Militar de Engenharia (último ano) (R\$ 558,00).

Leve-se em consideração que, na prática, os militares nas posições mencionadas recebem mais, pois ao “soldo” são acrescentados “adicionais” e “gratificações”¹².

Voltando aos processo de racionalização de recursos nas FFAAs, especificamente em relação à Marinha, desde a década de 1970, parece estar em curso um processo de modernização da sua administração e de seus meios (Silveira, 2005). O processo de modernização -- aqui incluídas a construção de navios e do submarino nuclear -- enfrenta, porém, sérias dificuldades em função dos cortes no orçamento militar (Pereira, 2002). Os mesmos analistas consideram, porém, que têm sido per-

10. IBGE- PNAD 2006 . Valores deflacionados. Consulta : 11/3/08 . (www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2006/comentarios2006.pdf)

11. Senado Federal (www6.senado.gov.br/legislacao). Consulta em 11/3/08.

12. A Medida Provisória no. 2215-10, de 31/08/2001, que dispõe sobre a reestruturação da remuneração dos militares das FFAAs, define quais são as modalidades de remuneração adicionais e as gratificações. Os adicionais de remuneração podem se originar : do círculo hierárquico militar a que pertencem, de habilitação (cursos realizados), de tempo de serviço, de compensação orgânica (desgaste continuado de atividades especiais) e de permanência na ativa após ter cumprido o tempo mínimo para transferência para inatividade. As gratificações decorrem do trabalho: em localidades especiais (serviço em regiões inóspitas) e em representação (para Oficiais Gerais e outros oficiais em cargo de comando ou em viagem de representação). Senado Federal (www6.senado.gov.br/legislacao). Consulta em 11/3/08.

corridas algumas etapas com sucesso. Por exemplo,, a modernização da Fragatas classe Niterói²³ teria significado um salto tecnológico. Mesmo que a maioria dos equipamentos tenha sido comprada fora, o sistema e o software usados foram desenvolvidos no Brasil. A modernização do setor de pessoal, ao contrário, representaria a vertente menos virtuosa do processo, pois incluiu cortes de cursos de formação do pessoal da Armada. No dizer desses autores, “ a Marinha é muito enxuta, não tem exageros. A relação de quantos homens estão no apoio para cada homem em combate ou operação é pequena, nos (dentro dos) padrões internacionais” (Pereira, 2002. p.51). Ou, no dizer de uma alta patente entrevistada no presente projeto, “Na Marinha, não tem o que cortar, v. corta a carne”.

2.2 O PROCESSO DE FEMINIZAÇÃO NAS FORÇAS ARMADAS (FFAAS) BRASILEIRAS

A presença das mulheres nas FFAAs nacionais data do século XIX, inicialmente de forma heróica, como nos casos de Maria Quitéria e Ana Vieira, que participaram de revoluções, a primeira na Bahia e a outra, em São Paulo. A seguir, as mulheres integraram o corpo de enfermagem do Exército, na Segunda Guerra Mundial, adquirindo alguma consistência numérica, somente a partir da década de 1980, com a criação de Corpos Femininos, iniciativa em que a Marinha foi pioneira. Neste tópico, procuraremos registrar essa trajetória até os dias atuais, começando com uma retrospectiva da inserção das mulheres nas FFAAs, identificando fatos e marcos legais (Funada et al., 2007; Marques Jr., Hiron, 1982) numa “linha do tempo.

LINHA DO TEMPO: RETROSPECTIVA DO INGRESSO DAS MULHERES NAS FFAA

Primeira fase: até 1945

1823 – Maria Quitéria de Jesus Medeiros integrou o Batalhão dos Periquitos na luta contra os portugueses por ocasião da luta pela independência da Bahia. Dela se dizia que “ era inteligente e muito feminina, mesmo quando vestia o uniforme de seu batalhão” (Marques Jr. e Hiron, 1982, p.4)

1932 – Ana Vieira da Silva lutou clandestinamente na Revolução Constitucionalista, em São Paulo. Ferida em combate e em reconhecimento pelos seus feitos, foi incorporada ao 1o. Batalhão.

1944 – Exército e Aeronáutica recrutaram 67 moças para servir como enfermeiras nos hospitais militares de campanha, na Itália. Elas tinham já a qualificação de enfermeiras, não possuíam dependentes e, durante 4 semanas foram treinadas num Curso de Emergência e de Enfermeira da Reserva do Exército, ao fim do qual foram designadas Enfermeiras de 3a. Classe, depois promovidas a 2o. Tenentes. Em 1945, todos os pracinhas- inclusive elas- foram desmobilizados. No Brasil, já como civis, algumas permaneceram como enfermeiras do Hospital do Exército e em 1957 foram reconvocadas para o Serviço Ativo, como

13. Fragatas são uma modalidade de Navios-Escorta, que, entre outras funções, patrulham as águas Jurisdicionais Brasileiras. Mais informações sobre os tipos de navio da Marinha e suas funções, vide resposta à questão 45 em (www.mar.mil.br/perguntas_mais_frequentes_.htm).

Segundos-Tenentes. Em 1976 foram reformadas, 3 como Majores e 57, como Capitães. A Marinha não necessitou de enfermeiras militares porque não manteve hospital na Europa.

Segunda fase: 1980-2004

1980 – Criação do Corpo Auxiliar Feminino da Reserva da Marinha- **CAFRM** para atuação nas áreas técnicas, administrativas e da saúde. (Lei 5807 de 7/7/1980);

1981 – Ingresso da 1a. Turma de mulheres na FAB- Força Aérea Brasileira, graduadas como 2o. Tenentes, 3o. Sargentos e Cabos. (Lei 6924 de 29/6/1981);

1992 – Ingresso da 1a. Turma de 29 mulheres na escola de Administração do Exército, em Salvador, Bahia;

1994 – Permissão para as mulheres prestarem Serviço Militar Voluntário, segundo os critérios de conveniência de cada uma das Forças. (Decreto 1294 de 26/10/1994);

1996 – Instituição do Serviço Militar Voluntário no Exército para médicas, dentistas, farmacêuticas e enfermeiras de nível superior, na figura de “Militar Temporário”;

1996 – Ingresso da primeira turma de 17 cadetes femininos na AFA- Academia da Força Aérea (São Paulo), nos quadros da Intendência, área administrativa e financeira da FAB- Força Aérea Brasileira;

1997 – Ingresso da 1a. Turma de 10 mulheres no Instituto Militar de Engenharia do Exército- IME, Rio de Janeiro;

1997 – Lei 9519 de 26/11/1997 extingue o Corpo Feminino da Reserva da Marinha e permite a integração das mulheres aos Corpos e Quadros da Marinha. É permitido o ingresso das mulheres nos Corpos de Engenheiros, Intendentes, nos Quadros de Médicos, Cirurgiões-dentistas, Apoio à Saúde e Técnico. É-lhes vedado o ingresso na Armada e entre os Fuzileiros Navais;

1998 – Permissão para participação das mulheres em missões nos navios hidrográficos, oceanográficos e de guerra e para integrar tripulações de helicópteros navais;

1998 – Permissão para as mulheres ingressarem no Serviço Militar Temporário do Exército, com a instituição do estágio de Serviço Técnico para profissionais de nível superior em Direito, Contabilidade, Administração, Análise de Sistemas, Engenharia, Arquitetura e Jornalismo, entre outras;

1998 – Instituição do Serviço Militar Feminino Voluntário do Exército, como Militar Temporário, para auxiliares e técnicos de enfermagem;

1998 – Implantação de projeto-piloto para prestação de serviço militar voluntário na função “atiradoras”, na região amazônica. Desativado em 2002;

1999 – Formatura da primeira turma de oficiais militares femininas em Academia Militar no Brasil, na AFA- Academia da Força Aérea;

2000 – Portaria 124 do Estado Maior do Exército, de 18/12/2000 criação do Curso de Formação de Sargentos de Saúde (auxiliares de enfermagem), como Militar de Carreira do Exército;

2004 – Em 26/3/2004, a cadete-aviadora Fernanda Görtz é a primeira mulher a pilotar sozinha uma aeronave militar da Força Aérea Brasileira (T-25 Universal).

Como se pôde constatar, a integração das mulheres na FFAAS começou na Marinha, no início dos anos 1980, expandindo-se a seguir pelas demais Armas. Somente na segunda metade dos anos 1990, porém, se inicia a integração efetiva das mulheres nas FFAAs, com a extinção do Corpo Auxiliar Feminino da Reserva da Marinha (CAFRM) e a incorporação das militares na estrutura oficial de Corpos e Quadros da Marinha (1997), com o ingresso da primeira turma feminina na Academia da Força Aérea (1996) e no Instituto Militar de Engenharia do Exército (1997), com a permissão para que as mulheres ingressassem no Serviço Militar, em caráter temporário, no Exército (1998). Na Europa, um processo de feminização mais consistente teve início por volta da década de 1970. Na França, por exemplo, desde a Primeira Guerra, houve participação das mulheres como enfermeiras, na Cruz Vermelha, mas apenas ao final da Segunda Guerra, entre 1944–1946, serão criados os corpos auxiliares femininos nas três Armas, separados da estrutura militar oficial e masculina, os quais, por sua vez, serão extintos a partir da segunda metade dos anos de 1970¹⁴.

Portanto, na França, foram necessárias três décadas para que as mulheres fossem integradas à estrutura militar oficial e, muito provavelmente, a abreviação do tempo de teste no Brasil se deveu aos resultados positivos em outras Marinhas. A principal diferença entre os dois países, porém, diz respeito à precedência do processo na França. Ou seja, se a feminização mais efetiva das FFAAs brasileiras é um processo recente, da década de 1990, o mesmo movimento ocorreu na França vinte anos antes. Com uma agravante: as militares brasileiras, na primeira metade dos anos de 2000, ainda não tinham conseguido o mesmo grau de integração que as colegas francesas. A década de 1980 foi o marco histórico da integração das mulheres nas Forças Armadas francesas. Elas são incorporadas à estrutura militar única, em condições semelhantes às dos homens; elas têm acesso liberado, sucessivamente, ao alto comando, à integração regular e não limitada por quotas em tripulações das embarcações e das aeronaves de combate, à formação nas escolas militares.

Enfim, da perspectiva analítica das relações sociais de sexo ou de gênero (Kergoat, 1998; Le Feuvre, 2005), pode-se afirmar que, na Europa e no Canadá, a diferenciação de atividades de trabalho entre homens e mulheres parece ter perdido parcialmente a força discriminatória, assim como o princípio de hierarquização sexuada dos trabalhos, uma vez que todos os trabalhos, todas as carreiras e todas as patentes foram abertas à

14. Observatoire Social de la Défense, 2008 (<http://www.defense.gouv.fr/dossiers/historique407> Consulta: 3/3/2008).

integração feminina, consideradas, naturalmente, as variações entre os países. Na prática, esse processo de abertura se instaurou há mais de vinte anos e, apesar das crescentes taxas totais de incorporação feminina, há uma sub-representação das mulheres nos escalões mais altos dos oficiais, segundo as mesmas fontes.

Dessa forma, nos anos por vir, poderá ser testada a hipótese que colocamos aqui: o “teto de vidro” militar é mais permeável do que o das demais organizações da sociedade, pois, seguindo o critério da antiguidade na corporação, cada vez mais mulheres deverão chegar às altas posições militares. Ou, ao contrário, apesar da clareza dos critérios de promoção, outras variáveis intervenientes, na esfera das relações sociais e culturais, estão ativas, atuando contra uma ascensão feminina a posições do alto comando militar, embora sejam pouco ou nada visíveis e formalizadas.

Quanto ao Brasil, pode-se afirmar que os princípios de diferenciação e hierarquização sexual dos trabalhos continuam ativos e discriminadores na esfera militar, determinando lugares e valorizações diferenciados para homens e mulheres na estrutura militar.

2.3 QUEM SÃO OS(AS) MILITARES BRASILEIROS(AS) ATUALMENTE?

Neste tópico, recorreremos às estatísticas do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, por meio da PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio de 2005, a única fonte oficial de dados secundários em que foi possível identificar um perfil demográfico e de escolaridade dos militares brasileiros, uma vez que não encontramos registros sobre essa categoria na RAIS – Relação Anual de Informações Sociais, do Ministério do Trabalho e Emprego.

Segundo a PNAD 2005, 630 636 pessoas se declararam membros das FFAAs e de outras forças policiais no país, sendo 599 516 homens e 31 120, mulheres. Mais da metade daquele contingente (332 818 pessoas ou 52,8%) eram policiais militares de todas as patentes (tabela 2). As FFAAs propriamente ditas,- Aeronáutica, Marinha e Exército - representavam, juntas, exatamente 245 952 pessoas ou apenas 39,5% do conjunto de ocupados nas forças militares do país. As Armas diferem entre si, sendo que a que possui o maior efetivo é o Exército- 155 423 ou 62%. Marinha e Aeronáutica contribuem com 19% cada uma.

A participação feminina nesse grande grupo ocupacional que inclui as FFAAs, as polícias militares e os bombeiros é de apenas 4,9%, mas internamente há diferenças remarcáveis. Assim, se entre os Policiais Militares elas atingem o maior patamar de inserção-7,5%- , entre os Bombeiros é um pouco menor -- 5,8% -- e no conjunto das FFAAs (incluindo as três Armas), a participação feminina é pouco expressiva, ou 1,3%. Esses índices falam por si mesmos, pois as profissões da defesa e de policiamento se constituem em um espaço profissional da masculinidade por excelência, apesar da sua abertura às mulheres, no último quarto de século¹⁵.

15. Releia-se alerta metodológico quanto a essas proporções (nota 6).

Tabela 2 - Ocupados como militares, ocupados na semana de referência, no trabalho principal, segundo o sexo e os grupamentos ocupacionais do trabalho principal. Brasil, 2005

Militares	Homens		Mulheres		Total		% mulheres
	NA	%	NA	%	NA	%	
Forças Armadas	245.952	41,03	3.294	10,6	249.246	39,5	1,3
Policiais militares	307.795	51,34	25.023	80,4	332.950	52,8	7,5
Bombeiros militares	45.769	7,63	2.803	9,0	48.589	7,7	5,8
Total	599.516	100,00	31.120	100,0	630.784	100,0	4,9

Forças Armadas	245.952	100,0	3.294	100,0	249.246	100,0	1,3
Aeronáutica	46.589	18,9	487	14,8	47.076	18,9	1,0
Exército	153.036	62,2	2.387	72,5	155.423	62,4	1,5
Marinha	46.327	18,8	420	12,8	46.747	18,8	0,9

Fonte: IBGE/PNAD - MICRODADOS

Um rápido perfil demográfico dos militares das FFAAs brasileiras indica, em primeiro lugar, a sua juventude: 37% dos militares das três Armas tinham até 21 anos, 24% entre 22 e 29, 23% entre 30 e 39 anos e 16% acima de 40 anos (tabela 3). Como seria de se esperar, o maior contingente de jovens (46% com até 21 anos) se encontra no Exército, principal porta para o serviço militar obrigatório e a Arma que retém os maiores efetivos. Seguem-lhe a Aeronáutica (29% do efetivo naquela faixa etária) e a Marinha (16%). Uma especificidade de gênero decorre dessa distribuição etária nas três Armas, qual seja, todos os militares com até 21 anos são do sexo masculino.

No que tange ao grupo de mulheres militares, as especificidades que marcam seu ingresso nas FFAAs (concursos para as que completaram, no mínimo, o ensino médio) se refletem na estrutura etária: 54% delas têm entre 22 e 29 anos, 24% entre 30 e 39 anos e 21% com idade entre 40 e 49 anos. Será o Exército que abrigará as mulheres com menos de 30 anos, na sua totalidade. Nas outras duas Armas, as militares têm 30 anos e mais, sendo que as da Aeronáutica são mais velhas que as da Marinha.

Em termos de raça ou etnia, 51% dos militares das três Armas se auto-declararam brancos, 8% negros, 41% pardos. Deve-se observar que, na Aeronáutica, se concentra o maior percentual de brancos (58%) e na Marinha, o maior percentual de negros (16%). Talvez, a relevância da imagem e da presença desta Arma em determinadas localidades do país contribua para esse perfil étnico particular, inferência derivada da expressão de uma militar entrevistada, segundo a qual, “a Marinha é Rio de Janeiro e Nordeste”, justamente as regiões em que ela mantém os maiores efetivos de pessoal militar.

O perfil de escolaridade do grupo se concentra entre onze e quatorze anos de estudo (58%), demonstrando que a maioria dos militares tinham, na época da pesquisa, no mínimo, o nível médio de instrução

Tabela 3 - Ocupados como militares, pertencentes às Forças Armadas, segundo o sexo e faixas etárias. Brasil, 2005

Faixas etárias	Homens		Mulheres		Total	
	NA	%	NA	%	NA	%
Forças Armadas	245.952	100,0	3.294	100,0	249.246	100,0
até 21 anos	92.484	37,6	–	–	92.484	37,1
22 a 29	58.272	23,7	1.793	54,4	60.065	24,1
30 a 39	56.216	22,9	805	24,4	57.021	22,9
40 a 49	29.985	12,2	696	21,1	30.681	12,3
50 e mais	8.995	3,7	–	–	8.995	3,6
Marinha	46.327	100,0	420	100,0	46.747	100,0
até 21 anos	7.641	16,5	–	–	7.641	16,3
22 a 29	10.942	23,6	–	–	10.942	23,4
30 a 39	15.951	34,4	210	50,0	16.161	34,6
40 a 49	7.346	15,9	210	50,0	7.556	16,2
50 e mais	4.447	9,6	–	–	4.447	9,5
Exército	153.036	100,0	2.387	100,0	155.423	100,0
até 21 anos	71.257	46,6	–	–	71.257	45,8
22 a 29	37.315	24,4	1.793	75,1	39.108	25,2
30 a 39	30.257	19,8	429	18,0	30.686	19,7
40 a 49	11.013	7,2	165	6,9	11.178	7,2
50 e mais	3.194	2,1	–	–	3.194	2,1
Aeronáutica	46.589	100,0	487	100,0	47.076	100,0
até 21 anos	13.586	29,2	–	–	13.586	28,9
22 a 29	10.015	21,5	–	–	10.015	21,3
30 a 39	10.008	21,5	166	34,1	10.174	21,6
40 a 49	11.626	25,0	321	65,9	11.947	25,4
50 e mais	1.354	2,9	–	–	1.354	2,9

Fonte: IBGE/PNAD - MICRODADOS

e, no máximo, curso superior incompleto (tabela 4) . Ainda, cerca de ¼ tinha terminado o ensino fundamental e cursava o médio (oito a dez anos de estudo) e 13% tinham curso superior completo (quinze anos e mais) . Menos de 5% dos militares não tinham instrução ou não completaram o antigo primário e o antigo ginásio (atual nível fundamental de ensino). Esse pequeno grupo é remanescente dos antigos padrões de admissão e tende a desaparecer no curso do atual processo de profissionalização nas FFAAs, que se baseia na retenção de efetivos menores e mais qualificados. A Arma mais escolarizada é a Marinha (88% tinham onze e mais anos de estudo), seguida da Aeronáutica (82%) e do Exército (62%). Lembre-se que no Exército tem maior peso o grupo dos jovens recrutas do serviço militar, para cujo ingresso se exige, no mínimo, o ensino fundamental completo. O perfil de escolaridade feminino tende a ser maior do que o dos homens, pois elas ingressam mais tarde, através de concursos, que exigem no

mínimo, ensino médio ou técnico completo para a carreira de Praças e superior completo, para Oficiais.

Tabela 4 - Ocupados como militares das Forças Armadas, segundo sexo e anos de estudo. Brasil, 2005

Anos de estudo	Homens		Mulheres		Total	
	NA	%	NA	%	NA	%
Forças Armadas	245.952	100,0	3.294	100,0	249.246	100,0
s/ instrução e menos de 1 ano	1.256	0,5	—	—	1.256	0,5
1 a 3 anos	683	0,3	—	—	683	0,3
4 a 7 anos	9.997	4,1	—	—	9.997	4,0
8 a 10 anos	60.784	24,7	321	9,7	61.105	24,5
11 a 14 anos	144.151	58,6	1.006	30,5	145.157	58,2
15 anos ou mais	29.081	11,8	1.967	59,7	31.048	12,5
Marinha	46.327	100,0	420	100,0	46.747	100,0
s/ instrução e menos de 1 ano	628	1,4	—	—	628	1,3
1 a 3 anos	—	—	—	—	—	—
4 a 7 anos	—	—	—	—	—	—
8 a 10 anos	4.980	10,7	—	—	4.980	10,7
11 a 14 anos	33.123	71,5	420	100,0	33.543	71,8
15 anos ou mais	7.596	16,4	—	—	7.596	16,2
Exército	153.036	100,0	2.387	100,0	155.423	100,0
s/ instrução e menos de 1 ano	—	—	—	—	—	—
1 a 3 anos	683	0,4	—	—	683	0,4
4 a 7 anos	9.579	6,3	—	—	9.579	6,2
8 a 10 anos	48.773	31,9	—	—	48.773	31,4
11 a 14 anos	77.416	50,6	586	24,5	78.002	50,2
15 anos ou mais	16.585	10,8	1.801	75,5	18.386	11,8
Aeronáutica	46.589	100,0	487	100,0	47.076	100,0
s/ instrução e menos de 1 ano	628	1,3	—	—	628	1,3
1 a 3 anos	—	—	—	—	—	—
4 a 7 anos	418	0,9	—	—	418	0,9
8 a 10 anos	7.031	15,1	321	65,9	7.352	15,6
11 a 14 anos	33.612	72,1	—	—	33.612	71,4
15 anos ou mais	4.900	10,5	166	34,1	5.066	10,8

Fonte: IBGE/PNAD - MICRODADOS

O nível do rendimento domiciliar *per capita* dos militares é baixo, segundo a PNAD: cerca de 2/3 dos casos atingia, no máximo, 2 SM - Salários-mínimos ou R\$ 700,00. Leve-se em consideração ainda que, para pouco menos de ¼ dos domicílios de militares, o rendimento *per capita* era de até 1 SM (R\$ 350,00). Na outra ponta, em apenas 13% dos domicílios o rendimento atingia mais de 5 SM (tabela 5). Tomando apenas a faixa superior de rendimentos (mais de 3 SM), as maiores concentrações estão, pela ordem, na Aeronáutica (24%), na Marinha (21%), seguida

do Exército (15%). Considerando apenas os domicílios que declararam renda acima de 5 SM, as duas primeiras posições se invertem: 14% deles pertencem a militares da Marinha, 10% da Aeronáutica e apenas 8% do Exército. Os domicílios das militares parecem ser mais homogêneos em termos de rendimento, tanto no que se refere à faixa (a quase totalidade delas declararam mais de 3 SM) como no que diz respeito às Armas¹⁶.

Tabela 5 - Ocupados como militares segundo sexo e faixas de rendimento domiciliar mensal per capita * Brasil 2005

Sexo/ rendimento domiciliar mensal per capita	Homens		Mulheres		Total	
	NA	%	NA	%	NA	%
FORÇAS ARMADAS	245.162	100,00	3.294	100,00	248.456	100,00
ATÉ 1 SM	60.309	24,60			60.309	24,27
MAIS 1 A 2 SM	91.457	37,30	210	6,38	91.667	36,89
MAIS DE 2 A 3 SM	38.834	15,84	—	—	38.834	15,63
MAIS DE 3 SM	44.684	18,23	3.084	93,62	47.768	19,23
sem declaração	9.878	4,03	—	—	9.878	3,98
MARINHA	46.327	100,00	420	100,00	46.747	100,00
ATÉ 1 SM	6.749	14,57			6.749	14,44
MAIS DE 1 A 2 SM	15.689	33,87	210	50,00	15.899	34,01
MAIS DE 2 A 3 SM	10.225	22,07	—	—	10.225	21,87
MAIS DE 3 SM	10.074	21,75	210	50	10.284	22,00
sem declaração	3.590	7,75	—	—	3.590	7,68
EXÉRCITO	152.246	100,00	2.387	100,00	154.633	100,00
ATÉ 1 SM	47.320	31,08	—	—	47.320	30,60
MAIS DE 1 A 2 SM	55.339	36,35	—	—	55.339	35,79
MAIS DE 2 A 3 SM	22.513	14,79	—	—	22.513	14,56
MAIS DE 3 SM	23.298	15,30	2.387	100,00	25.685	16,61
sem declaração	3.776	2,48	—	—	3.776	2,44
AERONÁUTICA	46.589	100,00	487	100,00	47.076	100,00
ATÉ 1 SM	6.240	13,39			6.240	13,26
MAIS ED 1 A 2 SM	20.429	43,85	—	—	20.429	43,40
MAIS DE 2 A 3 SM	6.096	13,08	—	—	6.096	12,95
MAIS DE 3 SM	11.312	24,28	487	100,00	11.799	25,06
sem declaração	2.512	5,39	—	—	2.512	5,34

Fonte: IBGE/PNAD - MICRODADOS

* exclusive rendimentos de pensionistas, empregados domésticos, parentes dos empregados domésticos

Sabendo das dificuldades salariais dos(as) militares, procurou-se investigar se eles(elas) desenvolviam outros trabalhos, visando complementar a renda. A grande maioria (97%) não executa trabalhos secundários concomitantemente às atividades de militar. Existem, porém, 6734 pessoas (ou 3% do total), que executam mais um trabalho, das quais apenas 846 (ou 13%) eram mulheres. A maioria dos homens e mulheres que tem um trabalho secundário são do Exército.

16. Releia-se o alerta metodológico quanto a essas proporções (nota 6).

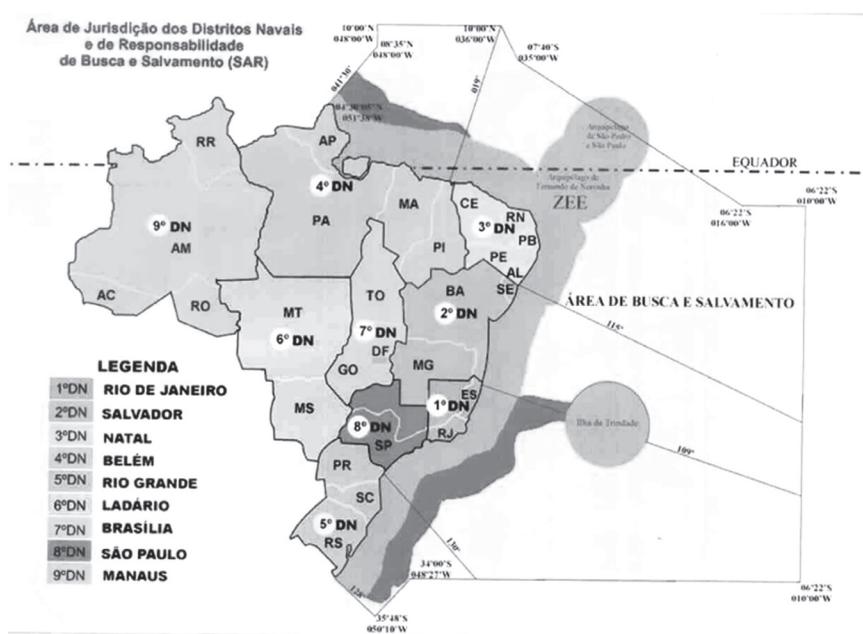
Aprofundando o conhecimento desse segmento de militares que desenvolvem um trabalho secundário, verificou-se que as militares do Exército desempenham funções de médicas e cirurgiãs-dentistas, por cerca de 25 horas por semana, empregadas em instituições particulares de saúde. Os homens, por sua vez, são principalmente “instrutores e professores de escolas livres”, “gerentes de produção e operações” e “cozinheiros” (Marinha), “professores do ensino superior” e “instrutores e professores de escolas livres” (Exército), “instrutores e professores de escolas livres” e “garçons, *barmen* e copeiros” (Aeronáutica). Eles se dedicam no máximo por vinte horas semanais a essas atividades, em instituições particulares de ensino, na fabricação de máquinas e equipamentos, em serviços de alimentação, por conta própria.

Quanto esses trabalhos contribuem para a sua renda mensal? No caso das médicas e dentistas, parece valer a pena, pois, apesar do esforço suplementar, auferem entre 5 e 10 SM ao mês (R\$ 1750,00 a R\$ 3500,00) por mais meia jornada semanal de trabalho, provavelmente desenvolvida à noite e nos finais de semana, superpondo-se à sua vida familiar e conjugal. Para os homens, o rendimento é variado, mas as maiores concentrações não ultrapassam 2 SM ou R\$ 700,00 (Vide tabelas de A a E no Anexo 1).

3 A Marinha e as mulheres

3.1 HOMENS E MULHERES MILITARES NA ATIVA: POSIÇÃO ATUAL

Em 2004, o efetivo da Marinha na ativa se compunha de 40 725 militares, sendo 2 268 mulheres (ou 5,6%) e 38 457 homens (94,4%), segundo informações da Diretoria do Pessoal Militar da Marinha - DPMM¹⁷. Cerca de $\frac{3}{4}$ desse efetivo prestava serviço no 1º Distrito Naval, que abrange os estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo e parte de Minas Gerais, sendo que o grosso do pessoal e das instâncias decisórias da Marinha estão alocados na cidade do Rio de Janeiro. Os 2º, 3º, 4º, 5º, e 7º Distritos Navais concentram 18% dos efetivos, entre 3 e 4% cada um. O 8º Distrito Naval (São Paulo, parte de Minas e do norte do Paraná) conta com o efetivo menor, ou 1,3% dos militares na ativa.



A distribuição dos militares segundo os níveis Oficiais e Praças e o sexo mostra que, enquanto entre os homens, o maior contingente está na carreira de Praças (85,9% versus apenas 14,1% no oficialato), no caso das mulheres, a distribuição entre as duas carreiras é muito mais equilibrada: 43,6% são oficiais e 56,4% Praças (tabela 6). Uma possível explicação para essa diferença pode residir nas condições de recrutamento das mulheres, que entraram na Marinha sob a égide da profissionalização das FFAAs, delas sendo exigido escolaridade mínima de nível médio (Praças) ou superior (Oficiais). No caso dos homens, a atual concentração na carreira de Praças pode ser reflexo da concepção de FFAAs “de massa”,

17. Assumimos, junto com a DPMM, que é de 5,6% a taxa de participação feminina na Marinha.

de um tempo em que os jovens eram aceitos apenas com o ensino fundamental e continuavam o ensino regular dentro da Marinha. O efetivo mais expressivo no Corpo de Praças da Armada (68% do contingente masculino) se deve aos marinheiros-recrutas oriundos do Serviço Militar Inicial (SMI) e das Escolas de Aprendizes-Marinheiros. As mulheres, por sua vez, estão concentradas no Corpo Auxiliar de Praças (56%), a possibilidade mais consistente de inserção feminina nessa carreira; algumas poucas mulheres se inserem também no Corpo de Sargentos Músicos dos Fuzileiros Navais¹⁸.

Tabela 6. Efetivos da Marinha na ativa por sexo, segundo os Corpos. Brasil, 2004

Corpos	Homens		Mulheres		Total
	NA	%	NA	%	
OFICIAIS	5436	14,1	989	43,6	6425
1)ARMADA	2364	6,1	0	0,0	2364
2)FUZILEIROS NAVAIS	587	1,5	0	0,0	587
3)INTENDENTES	637	1,7	41	1,8	678
4)ENGENHEIROS NAVAIS	378	1,0	49	2,2	427
5)SAÚDE	521	1,4	482	21,3	1003
6)AUXILIAR	949	2,5	417	18,4	1366
PRAÇAS	33021	85,9	1279	56,4	34300
1)ARMADA	26311	68,4	0	0,0	26311
2)FUZILEIROS NAVAIS	575	1,5	16	0,7	591
3)AUXILIAR	6135	16,0	1263	55,7	7398
TOTAL	38457	100,0	2268	100,0	40725

Fonte: DPMM_Diretoria do Pessoal Militar da Marinha

* número de mulheres em cada corpo / total de militares em cada corpo

A desagregação desses dados permite verificar as carreiras de concentração feminina, que correspondem às carreiras abertas ao seu ingresso atualmente, ou, em outros termos, ao lugar das mulheres na Marinha. A tabela 7 demonstra que, se no total dos militares elas representam 5,6%, entre os Oficiais elas são 15,4%, e, entre os Praças, apenas 3,7%. Observe-se ainda que as oficiais são mais expressivas nos Corpos da Saúde (48% dos militares desse Corpo são mulheres) e, particularmente, no Quadro de Apoio à Saúde, onde trabalham, principalmente, farmacêuticos e enfermeiros (71%).

A necessidade de suprir de mão de obra especializada o então recém-construído Hospital Naval Marcílio Dias foi um dos motivos que levaram à seleção da primeira turma de mulheres oficiais, em 1981. Essa área, portanto, foi e continua sendo um espaço feminino de trabalho também na Marinha. Como a mesma tabela indica, 41% dos oficiais médicos e 39% dos oficiais dentistas são mulheres. Nos editais dos concursos para os quadros da saúde, a Marinha tem instituído quotas para o sexo mas-

18. São os seguintes os Corpos de Oficiais: Armada, Fuzileiros Navais, Intendentes, Engenheiros, Saúde, Auxiliar. Na carreira de Praças, existem os Corpos de Praças da Armada e dos Fuzileiros Navais e o Corpo Auxiliar de Praças.

culino (50%), demonstrando preocupação com o equilíbrio dos sexos nessas atividades.

A existência de quotas de sexo parece ser uma das salvaguardas impostas pela instituição no decurso do processo de feminização, juntamente com a prudência concretizada pela lentidão da integração das mulheres na estrutura geral do pessoal militar e a reserva de carreiras e patentes exclusivas para os homens, como também detectou Pruvost (2007) em relação à polícia francesa.

Tabela 7. Efetivos da Marinha na ativa segundo sexo, Corpos e Quadros. Brasil, 2004

Corpos e Quadros	Total	% feminina
OFICIAIS	6425	15,4
Corpo da ARMADA	2364	—
Quadro de oficiais da Armada - CA	2308	—
bQuadro Complementar de Oficiais da Armada QC-CA	56	—
Corpo deFUZILEIROS NAVAIS	587	—
Quadro de Oficiais Fuzileiros Navais FN	558	—
Quadro Complementar Oficiais Fuzileiros Navais QC-FN	29	—
Corpo de INTENDENTES	678	6,0
Quadro de Oficiais Intendentes IM	593	—
Quadro Complementar Oficiais Intendentes QC-IM	85	48,2
Corpo de ENGENHEIROS NAVAIS	427	11,5
Corpo da SAÚDE	1003	48,1
Quadro de Médicos Md	465	40,6
Quadro de Cirurgiões-dentistas CD	272	38,6
Quadro de Apoio à Saúde S	266	70,7
Corpo AUXILIAR	1366	30,5
Quadro Técnico T	912	41,6
Quadro Auxiliar da Armada	315	12,1
Quadro Auxiliar dos Fuzileiros Navais	109	—
Quadro de Capelães Navais	30	—
PRAÇAS	34300	3,7
Corpo de Praças da ARMADA	26311	—
Quadro de Praças da Armada	20315	—
Quadro Suplementar de Praças da Armada	5996	—
Corpo de Praças FUZILEIROS NAVAIS	591	2,7
a1.Corpo de Sargentos Músicos	591	2,7
3Corpo AUXILIAR de Praças	7398	17,1
TOTAL	40725	5,6

Fonte: DPMM- Diretoria do Pessoal Militar da Marinha

As oficiais estão bem representadas também no Quadro Técnico (41,6%), que inclui, entre outras especialidades, Biblioteconomia, Ciências Náuticas, Direito, Informática, Meteorologia, Museologia, Pedagogia, Psicologia, Serviço Social. E também no Quadro Complementar da Intendência, em que 48% dos militares são mulheres, com formação

superior em Administração, Ciências Contábeis e Economia. No corpo de Engenheiros Navais elas representam 11,5% e, entre os Intendentes, 6%. Destaca-se ainda na carreira de oficiais a presença de 38 mulheres no Quadro Auxiliar da Armada, desempenhando funções técnicas de nível médio em diversas áreas.

Por fim, a parcela feminina no Corpo Auxiliar de Praças era de 17% em 2004. Essas militares desempenham diversas funções de nível técnico, destacando-se a de técnico em contabilidade, em clínica de saúde e em administração (vide mais detalhes na Tabela F no Anexo 1).

No que diz respeito à hierarquia, a progressão segue etapas determinadas pelo número de anos que o militar deve ter em cada uma delas; a promoção para uma patente mais elevada, na prática, depende também do número de postos “livres”. Um represamento de promoções no alto determinará um ritmo de ascensão mais lento em praticamente toda a cadeia hierárquica; mas cada um dos Corpos e Quadros tem, digamos

Tabela 8 – Efetivos na ativa, segundo sexo e patentes (*). Brasil, 2004

Postos e Graduações	Homens	Mulheres	Total	Parcela feminina (%)
Oficiais Gerais	94	–	94	
Almirante **	–	–	–	–
Almirante de Esquadra	10	0	10	0
Vice-Almirante	31	0	31	0
Contra-Almirante	53	0	53	0
Oficiais Superiores	2533	326	2859	11,4
Capitão-de-Mar-e-Guerra	371	10	381	2,6
Capitão-de-Fragata	949	142	1091	13,0
Capitão-de-Corveta	1213	174	1387	12,5
Oficiais Intermediários	1462	357	1819	19,6
Capitão-Tenente	1462	357	1819	19,6
Oficiais Subalternos	1876	849	2725	31,2
1º Tenente	1084	593	1677	35,4
2º Tenente	575	202	777	26,0
Guarda Marinha	217	54	271	19,9
Graduados	22399	937	23336	4,0
Suboficial	1818	162	1980	8,2
1º Sargento	4851	271	5122	5,3
2º Sargento	4984	268	5252	5,1
3º Sargento	10746	236	10982	2,1
Cabo	12995	340	13335	2,5
Marinheiro	6108	1	6109	0,0
Total	47467	2810	50277	5,6

Fonte: DPMM-Diretoria de Pessoal Militar da Marinha

* os montantes de militares na ativa divergem das demais tabulações da DPMM. Supostamente, nesta tabela se incluem estudantes nas diversas instituições de ensino da Marinha.

** designação utilizada apenas em tempo de guerra

assim, um destino hierárquico: apenas alguns deles dão acesso ao alto comando da corporação, às patentes de Contra e Vice Almirante, como veremos mais adiante.

A tabela 8 destaca a progressão feminina na hierarquia e demonstra que no topo, em 2004, existiam apenas 94 Oficiais-Generais, todos do sexo masculino, dez deles no posto máximo de Almirante de Esquadra. A maior parte das carreiras às quais as mulheres podem se integrar não dão acesso aos postos de Oficiais-generais¹⁹; até hoje elas chegaram, no máximo, ao posto de Capitão de Mar e Guerra (dez oficiais). Como a primeira leva de mulheres oficiais atualmente já ultrapassa 25 anos de serviço - e de sucessivas promoções -, espera-se a promoção da primeira oficial do Quadro dos Médicos para a patente de Contra-Almirante.

Em 2004, um pouco menos de 1/3 dos Oficiais Subalternos eram mulheres, concentradas na posição de 1º Tenente, patente recebida pelos que terminam o Curso de Formação e o Estágio de Aplicação de Oficiais, etapas subseqüentes às provas iniciais de seleção. Menos de 20% dos Oficiais Intermediários (Capitães-Tenentes) eram mulheres e essa proporção tende a decrescer conforme se sobe na hierarquia: elas representavam 11,4% dos Oficiais Superiores, 12,5% dos Capitães de Corveta, 13% dos Capitães de Fragata e apenas 2,6% dos Capitães de Mar e Guerra. Na carreira de Praças, em que o grande contingente é masculino, a parcela feminina atinge sua maior marca entre os Sub-Oficiais (8,2%).

3.2 UM LONGO PROCESSO DE INTEGRAÇÃO DAS MULHERES

POR QUE RAZÕES A MARINHA RESOLVEU INTEGRAR MULHERES AOS SEUS QUADROS?

Conforme argumenta Marques Jr (1982), na época a Marinha passava por um processo de ampliação e renovação dos meios flutuantes, aéreos e anfíbios, com a compra de equipamentos no exterior e a construção de outros no país. Para utilizar os novos equipamentos, ela criou e expandiu estabelecimentos em terra para o devido apoio, como é o caso do Centro de Mísseis e da Fábrica de Munição. No Corpo de Fuzileiros Navais, foram criados o Comando da Força de Fuzileiros da Esquadra, o Batalhão de Operações Especiais, a companhia de Ligações e Comunicações. No mesmo período, a Marinha criou o Centro Médico Naval Marcílio Dias, um complexo hospitalar de última geração.

Ao lado dessa expansão significativa, à época a Marinha se deparava com um contingente insuficiente de oficiais formados, com um alto custo, pela Escola Naval. As funções de nível médio, técnicas e administrativas em terra eram, em grande parte, exercidas por civis com contratos pela CLT - Consolidação das Leis do Trabalho. A esse contingente eram destinados recursos insuficientes para treinamento, o que redundava em produtividade aquém da desejada. Para suprir as lacunas de traba-

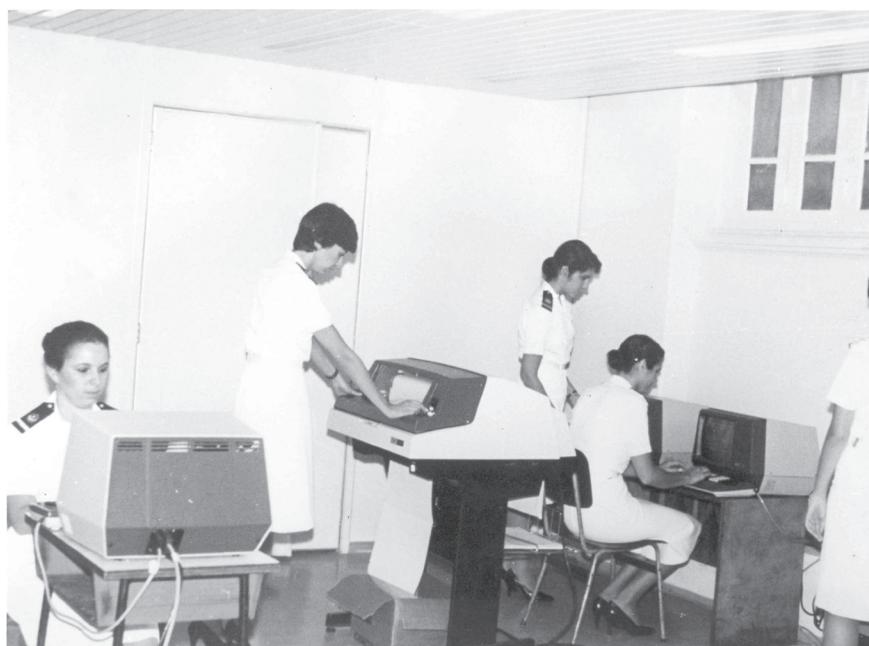
19. Está prevista a progressão até Almirante de Esquadra apenas para os Corpos da Armada e dos Fuzileiros Navais, até o presente, de acesso restrito ao sexo masculino. À patente de Vice-Almirante, podem ascender militares oriundos dos Corpos de Intendentes, Engenheiros e do Quadro de Médicos. As mulheres podem se integrar nesses dois últimos, sendo-lhes ainda vetado o Corpo de Intendentes. Há, porém, uma brecha para o acesso das mulheres ao Corpo de Intendentes: concurso interno permite a transferência do Quadro Complementar da Intendência - em que elas podem ingressar - para o Corpo de Intendentes.

lho, a Marinha desviava Praças para aquelas tarefas, com prejuízo das atividades desses últimos. Em outras palavras, os quadros de oficiais e praças estavam subdimensionados para atender todas as necessidades, e a Marinha precisava de profissionais de nível universitário e técnico para trabalhos em terra. Outro estudo (Livieto et al., 1980), corrobora as conclusões de Marques Jr. e Hiron (1982) e reforça a necessidade urgente de contratação de pessoal técnico - uma das razões principais para a aceitação das mulheres na Marinha e para a abertura da seleção aos candidatos formados em escolas civis.

A corporação decide, então, recrutar universitários para reduzir esse déficit, os quais, depois de selecionados, receberiam formação para oficiais, ingressando na carreira militar como 2º Tenentes e/ou candidatos aos Quadros Complementares. Ela também decide criar o Corpo Auxiliar Feminino da Reserva da Marinha, baseando-se nas experiências bem-sucedidas de outros países, com um Quadro de Oficiais e outro de Praças.

A contribuição das mulheres à corporação visou, assim, “utilizar o trabalho feminino no desempenho de uma atividade masculina, liberando o militar para emprego no mar” e aproveitá-las em funções que “pela peculiaridade da intuição feminina, são por elas melhor realizadas, como p.ex., nutricionistas, assistentes sociais, psicólogas, enfermeiras, bibliotecárias e auxiliares de enfermagem” (Marques Jr. e Hiron, 1982, p.11; grifo nosso).

Os dois primeiros concursos femininos (1981 e 1982) procuraram recrutar, para o QAFO - Quadro Auxiliar Feminino de Oficiais - mulheres formadas nas seguintes carreiras, em nível superior: farmácia, medicina, comunicação social, odontologia, enfermagem, serviço social, psicologia, educação física, estatística, processamento de dados, pedagogia, nutrição, meteorologia, engenharias eletrônica e cartográfica. Para o QAFP - Quadro Auxiliar Feminino de Praças -, se recrutavam: técnicas de nível médio em processamento de dados, artes gráficas, contabilidade, eletrô-



nica, estatística, análises clínicas, enfermagem, prótese dentária, desportos, laboratório médico, reabilitação, fisioterapia, radiologia médica, documentação médica, mecânica de precisão, meteorologia, secretariado, geodesia, cartografia; auxiliares técnicas em radiologia e administração hospitalar (Marques Jr., Hiron, 1982).

AS CARREIRAS DAS MULHERES MILITARES: ESPAÇOS DE TRABALHO E ASCENSÃO HIERÁRQUICA DELIMITADOS

Atualmente, as possibilidades de inserção profissional e de ascensão hierárquica das mulheres na Marinha são significativamente maiores do que há exatos 28 anos, quando do seu ingresso. A começar pelo fato de que elas deixaram de constituir um Corpo à parte, integrando-se na estrutura geral de pessoal da Marinha. Para recuperar essa trajetória, re-traçamos a lenta e gradual abertura da corporação às mulheres, partindo dos formatos institucionais da época de seu ingresso, em 1981.

A organização militar foi entendida por Weber (Cohn, Fernandes, 1979) como um dos exemplos da estrutura burocrática de dominação racional-legal. Em seu tipo puro, a dominação racional-legal tem como idéia básica o fato de que “... qualquer direito pode ser criado e modificado mediante um estatuto sancionado corretamente quanto à forma... obedece-se não à pessoa... mas à regra estatuída, que estabelece ao mesmo tempo a quem e em que medida se deve obedecer.” (p.128-9). Tendo em mente esse conceito, procuramos perceber como se organizou o arcabouço legal que se constituiu em torno do ingresso e da integração das mulheres na Marinha. A divisão sexual do trabalho, os limites à integração feminina na corporação estão registrados nas normas, leis e regras, nos boletins informativos, bem como nos editais de concursos às diversas carreiras, que são constantemente lançados pela Marinha. Este tópico se baseia, principalmente, nas informações recolhidas em fontes legais; outras foram coletadas diretamente na Internet ou em estudos anteriores. Para melhor compreender a evolução do processo de feminização na corporação, nós o organizamos em dois períodos de tempo que também marcam diferentes etapas de adequação do feminino ao ambiente masculino e às tarefas da guerra: preparação da corporação para a inserção feminina, com a criação do CAFRM (1981), até sua extinção (1997), e integração das mulheres à Marinha (após 1997).

DE 1981 A 1997: A PREPARAÇÃO DA CORPORAÇÃO PARA A INSERÇÃO FEMININA, A CRIAÇÃO DO CAFRM - CORPO AUXILIAR FEMININO DA RESERVA DA MARINHA

Como já comentamos anteriormente, a inserção das mulheres na Marinha foi cercada de muita cautela, impondo às pioneiras o ônus de um prolongado período de teste, até sua integração definitiva na estrutura do pessoal militar. A lei 6807, de 7/7/1980, cria o CAFRM - Corpo Auxiliar Feminino da Reserva da Marinha (composto de dois Quadros,

o QAFO - Quadro Auxiliar Feminino de Oficiais - e o QAFP - Quadro Auxiliar Feminino de Praças).

Após processo de seleção inicial rigoroso²⁰, igual para os dois sexos, os aprovados são integrados ao Serviço Ativo em caráter não definitivo. O nível de exigência da seleção inicial pode ser constatado pela proporção de aprovadas sobre as candidatas, nos concursos de 1981 (5,5% para a carreira de Oficiais e 8,5% para a de Praças) e 1982 (1,4% para ambas as carreiras)²¹.

Até 2006, havia uma restrição à participação das mulheres na etapa inicial da seleção, que considerava a gravidez “condição incapacitante” para participar do certame, quando constatada através de teste de gravidez. A partir de 2007, a gravidez não é mais entendida como fator de exclusão - e isso é explicitado nos editais -, contudo, continua a ser exigido o teste de gravidez de todas as mulheres na etapa inicial da seleção. Pode-se inferir que essa mudança explícita de postura seja causada por vários fatores, entre eles, certamente a habituação da corporação ao feminino e à maternidade e a participação de algumas militares de alta patente em grupos de discussão sobre direitos humanos e das mulheres, o que levou à confrontação do Estatuto dos Militares com a CLT e o Regime Estatutário. Nos dois últimos, a maternidade desfruta de proteção legal, além da licença-maternidade; as mulheres têm o direito de, por exemplo, sair mais cedo do trabalho para aleitamento e de contar com o apoio de creches nas empresas. Até onde pudemos apurar, esses direitos ainda não foram estendidos às militares, que contam apenas com a licença-maternidade. Além do mais, até 2006 elas eram discriminadas por estarem grávidas e excluídas do processo de seleção e, provavelmente, as razões da exclusão sejam baseadas nas provas de capacidade física (corrida e natação) a que as candidatas são submetidas.

A legislação que criou o CAFRM estabeleceu os limites iniciais de aceitação das mulheres na corporação, indicando que suas funções só deveriam ser exercidas em Organizações Militares (OMs)²² em terra, conforme o artigo 1º Parágrafo único daquela lei:

as integrantes do CAFRM, quando convocadas para o Serviço Ativo, exercerão suas funções em organizações Militares da Marinha em terra, de acordo com as necessidades da Marinha e as habilitações e qualificações pessoais das militares.

Um decreto, duas portarias e uma instrução se sucederam à lei 6807 de 1980, regulamentando o Corpo Feminino. O Decreto de regulamentação 85238 de 7/10/1980 teve a “finalidade de estabelecer as condições de recrutamento, seleção inicial, matrícula em cursos e estágios, ingresso nos Quadros, convocação e permanência definitiva no Serviço Ativo da Marinha”. A Portaria 1355 de 14/9/1981, entre outras normas, regulamenta a licença à gestante, de quatro meses com

20. Os editais de concurso atuais indicam as seguintes fases da seleção inicial: A) Eliminatória (prova escrita de conhecimentos profissionais, prova de expressão escrita e eventos complementares, a saber: 1. Verificação de dados biográficos; 2. Seleção psicofísica; 3. Teste de suficiência física (corrida e natação); 4. Exame psicológico; 5. Prova teórico-oral de conhecimentos profissionais (exceto Engenheiros Navais); B) Curso de Formação de Oficiais e Praças; C) Estágio de Aplicação de Oficiais e Praças. O curso de Formação de Oficiais e o Estágio de Aplicação, juntos, têm a duração de 39 semanas. O Curso de Formação de Praças dura 17 semanas. Diretoria de Ensino (www.ensino.mar.mil.br); consultas em 22/08/2005 e 28/11/2007.

21. Nesses anos, a maioria das aprovadas para ambos os quadros era solteira.

22. Os departamentos, divisões, diretorias e outras subdivisões do organograma da Marinha recebem o nome genérico de Organização Militar (OM).

remuneração, somente vários meses depois do ingresso das primeiras turmas de futuras oficiais e praças.

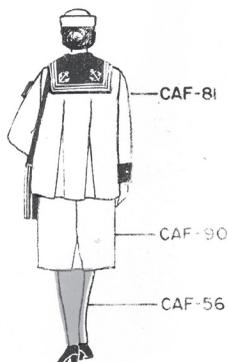
A portaria 1356, de 14/9/1981 e a Instrução Militarminst 108102, de 13/1/1981 (anexa ao Boletim do Ministério da Marinha 4/1981), aprovam, respectivamente, normas de conduta ético-militar e de apresentação em Atividades Sociais e normas para apresentação pessoal e uso de adornos por parte das militares. Na portaria são definidos os parâmetros de comportamento esperado das mulheres quando em serviço, destacando aspectos morais, mas também de apresentação pessoal. Dito de outra forma, esta portaria determina as expressões possíveis do feminino e da feminilidade no ambiente militar, incluídos aí uniformes, “maneiras”, linguagem, gestos, moral, sexualidade. Era necessário refrear corpos, palavras, proibir o “toque”. A Instrução, por sua vez, enfatiza os cabelos e os adornos, proibindo os “penteados exagerados”, cabelos longos, o uso de franjas e determina o tipo de corte aceito; também estipula o uso de colares, brincos e anéis, segundo tipos e tamanhos permitidos.

Algumas determinações da Portaria...

- “discrição nas maneiras e linguagem escrita e falada”
- moral “ilibada” na vida pública e particular
- “não tratar de matéria sigilosa fora do âmbito apropriado”
- “cultivar espírito de corpo”
- “evitar demonstrações de familiaridade quando uniformizadas, inclusive gestos de apreço usados no convívio social” (beijo, abraço, toques)
- “especial atenção no uso esmerado do uniforme, usando maquiagem discreta e cumprir normas quanto ao uso de adornos”

e da Instrução...

- “Proíbe o uso de penteados exagerados (cheio, alto etc.), cobrindo a testa (mesmo no caso das franjas e pastinhas) e o uso de posições”
- os cabelos deveriam ser cortados conforme ilustração que fazia parte da norma e, somente em caso de “necessidade de encobrir lesão fisionômica”, as militares deveriam pedir autorização dos superiores para usar corte diferente;
- não poderiam usar colar ou volta que fique à mostra; pulseira, desde que de uma só volta, “com espessura máxima de 1cm”; brincos “só os pequenos e discretos”, sem argolas ou pingentes; anel, aliança e relógio, sem restrições



UNIFORME 5.3
BRANCO COM BARRETAS, VERSÃO GRAVIDEZ
CABOS E MARINHEIROS
TÍTULO XX
Fig. 48

CAF-45 — INSÍGNIAS FEMININAS (PUNHO—OFICIAIS)
BRAÇO ESQUERDO



TÍTULO XX
Fig. 28

SAPATOS FEMININOS



CAF-70-AZUL-MARINHO DE SALTO ALTO



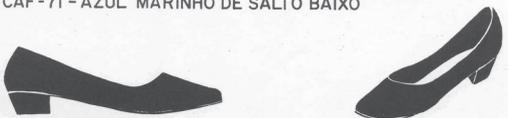
CAF-73-PRETO DE SALTO ALTO



CAF-72-AZUL-MARINHO DE SALTO MÉDIO



CAF-71-AZUL MARINHO DE SALTO BAIXO



CAF-74-PRETO DE SALTO BAIXO

TÍTULO XX
Fig. 38

MILITAMARINST Nº 1081.02

ANEXO "A" (2)



O CAFRM tinha regras próprias quanto à hierarquia e aos interstícios de tempo exigidos para a promoção de uma patente a outra, invariavelmente maiores do que os aplicados aos homens. Além disso, cada turma feminina era submetida a três seleções até sua incorporação definitiva à Marinha, o que não acontecia com eles. Abaixo sumarizamos as etapas que deviam ser percorridas pelas militares que desejavam se integrar definitivamente à corporação:

- a) após aprovadas em todas as etapas da seleção para os dois Quadros, as mulheres são nomeadas Segundo-Tenente da Reserva da Marinha (QAFO) ou Cabos da Reserva da Marinha (QAFP) e imediatamente convocadas para o Serviço Ativo, por um período de três anos;
 - 1) antes de findar esse período: as militares podem pedir prorrogação por mais um triênio, mas devem passar por uma seleção com o licenciamento de 25% do efetivo inicial: após os três anos iniciais, se não houver prorrogação da convocação para o Serviço Ativo, as integrantes do CAFRM seriam licenciadas “*ex officio*” (por obrigação do ofício)
- b) 75% da turma inicial é convocada para um novo triênio. O máximo de prorrogação previsto no Serviço Ativo seria dois períodos de três anos, totalizando seis; ao final desse triênio, o processo de seleção é repetido e 25% do efetivo inicial é licenciado;
- c) 50% da turma inicial é convocada para um último triênio; os mesmos procedimentos dos triênios anteriores se repetem e 25% do efetivo inicial é licenciado;
- d) 25% da turma inicial é selecionada ao final do 3º triênio e passa a ser assegurada sua permanência na Marinha. Após nove anos em atividade, a oficial ou praça do CAFRM podia, então, ser efetivada.

Em termos de ascensão hierárquica, inicialmente era-lhes permitido galgar as seguintes posições:

- QAFO, de 2º Tenente a Capitão de Fragata. Nos nove anos probatórios a oficial atingiria, no máximo, o posto de 1º Tenente. Ela levaria 25 anos para fazer o percurso de 2º Tenente a Capitão de Fragata;
- QAFP, de cabo a Suboficial. Nos nove anos probatórios, a Praça atingiria, no máximo, o posto de 2º Sargento. Eram necessários 24 anos para fazer o percurso de Cabo a Suboficial.

Quer dizer, a Marinha objetivava efetivar apenas ¼ de cada turma feminina, submetendo as militares a um período probatório de nove (9) anos e lhes atribuindo a patente máxima de Capitão de Fragata. Araújo (1987) analisou a organização do CAFRM e identificou problemas dela derivados, tanto para a Marinha como para as militares. O autor, médi-

co e chefe de clínica no Hospital Naval Marcílio Dias, avaliava positivamente a contribuição das oficiais do QAFO nos seis anos de existência e alertava para problemas na estruturação das carreiras femininas, que estariam levando algumas a desistirem da vida militar. Apontava, como fatores de desmotivação à permanência e à regularidade do desempenho do QAFO, a insegurança no vínculo empregatício, a multiplicidade de papéis assumidos pelas mulheres na sociedade e a ausência de um plano de carreira.

Quanto à insegurança, a legislação da época concedia permanência definitiva aos membros daquele Quadro somente após nove anos, como já comentamos. Considerando que, se saíssem depois desse período, as profissionais já não teriam idade ideal para o mercado de trabalho civil, por serem mais velhas, muitas deixavam a Marinha assim que conseguiam colocação mais estável. Quando as atribuições dessas profissionais são comparadas às do Quadro Complementar (QC), cujas atribuições são similares às do QAFO, a discriminação ficava ainda mais evidente: o QC alcançava a estabilidade após três anos, ao passo que o Corpo Feminino só a alcançava seis anos mais tarde. A patente inicial na carreira também era motivo de discriminação contra as mulheres, pois, se integrantes dos diversos Quadros da Saúde, dos Engenheiros Navais ingressavam como 1º Tenente, as profissionais do QAFO ingressavam como 2º Tenentes. Araújo (*op. cit.*) também chamava a atenção para as dificuldades encontradas pelas militares que eram mães, considerando sua extensa jornada de trabalho. Nesse sentido, ele sugeria a criação de creches, escolas, ou seja, de uma gama de serviços de apoio à “militar-mãe”, para que ela pudesse trabalhar com mais tranquilidade.

Araújo considera, ainda, a criação de um plano de carreira um fator imperativo para estimular a criação de um vínculo e de um sentimento de participação das oficiais à Marinha. Ressalta a importância de oferecer-lhes cursos que, então, vislumbrariam condições de crescimento profissional. O autor afirmava que, na área da Saúde, vinham ocorrendo os maiores índices de desistência das militares da QAFO, problema tão claro que, desde 1986, passou a ser discutido na Marinha. Seguiram-se propostas de modificações, muitas das quais seriam incorporadas na nova estrutura da Marinha, estabelecida pela lei 9519, de 26/11/1997.

Em suma, em face da evasão das profissionais das atividades de assistência médica, ensino e pesquisa que desenvolviam no Hospital Marcílio Dias, o autor propunha modificações nos regulamentos que estruturavam o CAFRM. Em primeiro lugar, propunha a equiparação das militares ao Quadro Complementar (QC), obtendo estabilidade após três anos de serviço ativo, em vez de em nove. Em segundo, a regionalização do recrutamento e da seleção de pessoal, procurando lotar as militares nas suas regiões de origem, em atividades específicas à região, evitando a sua “movimentação” ou transferência, no jargão militar. Sugeria ainda a criação de serviços de apoio à mulher-militar-mãe, tais como creches

e escolas para as crianças, e o oferecimento de cursos de formação para as oficiais, atrelados à ascensão na carreira. Finalmente, propunha a possibilidade de carreira para as militares até o posto de Capitão de Mar e Guerra, de modo semelhante ao Quadro Complementar.

As observações de Marques Jr., Hiron (1982), por sua vez, seguem na direção do panorama traçado por Araújo (*op. cit.*), criticando a extrema cautela da Marinha com a legislação referente às mulheres (realização de três seleções em cada turma), o que teria levado as militares a suportarem um clima de tensão durante nove anos. Acrescenta que os cortes trienais não eram explicados com detalhe nos prospectos de recrutamento, causando problemas posteriores, tais como a queda no rendimento do trabalho e a tentativa de tráfico de influência, buscando “padrinhos” que as amparassem nos cortes trienais. Apesar de identificar as injustiças praticadas contra o CAFRM, Marques Jr. e Hiron propõem uma medida saneadora, ela também cautelosa: sugerem duas seleções trienais, com os percentuais de 25% e 15%, quando então as selecionadas seriam por fim efetivadas no Serviço Ativo da Marinha (SAM). Segundo o autor, “em seis anos já é possível aquilatar-se o desempenho da militar, além de serem desligadas apenas 40% de cada turma, o que já é suficiente...” (p.24).

Diante de tanta dificuldade e instabilidade, a Marinha se arriscava a perder as médicas e as enfermeiras que haviam sido treinadas por longos períodos e das quais tanto necessitava para operar seus hospitais. Na esteira dessas críticas internas, foi promulgada a Lei 7622, de 9/10/1987, que reorganizava o CAFRM, e o Decreto 95660, de 25/1/1988, regulamentando-a. As principais alterações foram endereçadas ao QAFO - Quadro Auxiliar Feminino de Oficiais - que teve seu período probatório reduzido de nove para três anos e a garantia de poder ascender a mais uma patente, até Capitão de Mar e Guerra. As Praças continuaram a esperar nove anos pela efetivação definitiva na carreira. Após três anos como Cabo, porém, foram autorizadas a participar do curso de Formação de Sargentos. A nova legislação manteve a restrição do serviço feminino em terra e as militares continuaram poupadas do serviço de segurança do pessoal e das instalações das OMs (Organizações Militares).

Finalmente, em 26/11/1997, a Lei 9519 reestrutura os Corpos e Quadros de Oficiais e Praças da Marinha, extingue o CAFRM e integra as mulheres nessa estrutura geral reorganizada. A estrutura do pessoal militar assume os contornos que tem até hoje, com a redefinição de Corpos e Quadros e enquadramento de todo o pessoal na nova estrutura. Com a extinção do Corpo Feminino, as mulheres oficiais são transferidas ou para o Corpo de Engenheiros Navais, ou para os Quadros Cirurgiões-dentistas, Médico, Apoio à Saúde, Técnico, conforme sua especialidade profissional. Nessa transferência, as 2º Tenentes são promovidas a 1º Tenentes. As Praças são transferidas para o Corpo Auxiliar de Praças. A mesma lei estabelece reserva de carreiras para o sexo masculino: os

Quadro 1. Estrutura de carreiras em vigor desde 1998, sexo e nível de escolaridade requisitados

Corpos	Quadros	Sexo	Nível de escolaridade	Instituição formadora	
OFICIAIS ARMADA	Oficiais da Armada (CA)	MASC	SUPERIOR	ESCOLA NAVAL*	
	Quadro Complementar dos Oficiais da Armada (QC-CA)	MASC	SUPERIOR	Rede de ensino civil	
	FUZILEIROS NAVAIS	Oficiais Fuzileiros Navais (FN)	MASC	SUPERIOR	ESCOLA NAVAL*
		Quadro Complementar dos Oficiais Fuzileiros Navais(QC-FN)	MASC	SUPERIOR	Rede de ensino civil
	INTENDENTES	Oficiais Intendentes (IM)	MASC	SUPERIOR	ESCOLA NAVAL*
		Quadro complementar dos Oficiais Intendentes (QC-IM)	AMBOS	SUPERIOR	Rede de ensino civil
	ENGENHEIROS	Oficiais Engenheiros Navais (EN)	AMBOS	SUPERIOR	Rede de ensino civil
		SAÚDE	Oficiais Médicos (Md)	AMBOS	SUPERIOR
	Oficiais Cirurgiões-dentistas (CD)		AMBOS	SUPERIOR	Rede de ensino civil
	Oficiais de Apoio à Saúde (S)		AMBOS	SUPERIOR	Rede de ensino civil
AUXILIAR	Oficiais do Quadro Técnico (T)	AMBOS	SUPERIOR	Rede de ensino civil	
	Oficiais Auxiliar da Armada	AMBOS	MÉDIO	Rede de ensino civil	
	Oficiais Fuzileiros Navais	MASC	MÉDIO	Rede de ensino civil	
	Oficiais Capelães Navais	MASC	MÉDIO	Rede de ensino civil	
PRAÇAS ARMADA (CPA)	Praças da Armada	MASC	FUNDAMENTAL / 1o. Grau Profissionalizante	Rede de ensino civil/ Escolas aprendizes-marinheiros**	
	Quadro Suplementar de Praças da Armada	MASC	FUNDAMENTAL / 1o. Grau Profissionalizante	Rede de ensino civil/ Escolas aprendizes-marinheiros**	
	FUZILEIROS NAVAIS (CPFN)	Praças Fuzileiros Navais	MASC	FUNDAMENTAL / 1o. Grau Profissionalizante	Rede de ensino civil/ Escolas aprendizes-marinheiros**
		Corpo de Sargentos Músicos dos Fuzileiros Navais	AMBOS	FUNDAMENTAL / 1o. Grau Profissionalizante	Rede de ensino civil
	AUXILIAR (CAP)	Praças Auxiliar	AMBOS	MÉDIO / TÉCNICO	Rede de ensino civil

Fonte: www.mar.mil/organizações/diretoria de ensino (consulta em 21/08/2005)

* única via de formação possível para essas carreiras.

**Egressos das Escolas de Aprendizes-marinheiros que a Marinha mantém nos Estados de Pernambuco, Ceará, Espírito Santo e Santa Catarina

GRAFICO 1: CARREIRAS DOS OFICIAIS

CORPOS	QUADROS	Oficiais subalternos		Oficiais intermediários	Oficiais superiores			Oficiais-generais						
		1º Tenente	2º Tenente		Capitão de Corveta	Capitão de Fragata	Capitão de Mar e Guerra	Contra-Almirante	Vice-Almirante	Almirante de Esquadra	Almirante			
ARMADA	Armada													
	Complementar													
FUZILEIROS NAVAIS	Fuzileiros Navais													
	Complementar													
INTENDENTES	Intendentes													
	Complementar													
ENGENHEIROS	Engenheiros Navais													
	Médicos													
SAÚDE	Cirurgiões-dentistas													
	Apoio Saúde													
	Técnico													
AUXILIAR	Capelães Navais													
	Auxiliar da Armada													
	Auxiliar Fuzileiros Navais													

Fonte: compilação própria de informações sobre carreiras constantes do site www.ensino.mar.mil.br

 exclusivamente masculinas

 masculinas e femininas

postos da Armada, dos Fuzileiros Navais e da Intendência ficam reservados aos homens. Estipula ainda quotas percentuais reservadas ao sexo masculino no Corpo da Saúde, que seriam estipuladas periodicamente pelo ministro da Marinha, em decreto específico.

DE 1997 AOS DIAS ATUAIS: A INTEGRAÇÃO DAS MULHERES NA CORPORACÃO

O Quadro 1 e o Gráfico 1 revelam que as mulheres são admitidas no Quadro Complementar da Intendência, no Corpo de Engenheiros Navais, em todos os Quadros do Corpo de Saúde, nos Quadros Técnico e Auxiliar da Armada do Corpo Auxiliar de Oficiais, no Corpo Auxiliar de Praças e no Corpo de Sargentos Músicos dos Praças Fuzileiros Navais.

Aquelas carreiras que conduzem a trabalhos na Armada - considerada “a razão de ser da Marinha” -, nos Fuzileiros Navais e na Intendência, seja no nível de Oficiais ou de Praças, exige que os candidatos sejam do sexo masculino. Ser do sexo masculino é também pré-condição para se integrar nos Quadros de Oficiais Capelães Navais, Auxiliar da Armada e dos Fuzileiros Navais.

A única via de acesso possível aos Corpos da Armada, dos Fuzileiros Navais e da Intendência é através da formação na Escola Naval. Aqui, a formação de quatro anos, em nível superior, já é dirigida a cada Corpo de integração futura. Isto é, seguem a habilitação Eletrônica e Mecânica, os que se integrarão ao Corpo de Oficiais Fuzileiros Navais; os Sistemas de Armas, os que se integrarão à Armada, e a Administração de Sistemas, os futuros Intendentes. Porém, essa etapa foi necessariamente antecedida pela formação de nível médio no Colégio Naval, por mais três anos, cujos aprovados formaram, na ocasião, o Corpo de Aspirantes à Escola Naval.

Isso significa que os militares egressos dessa formação educacional e militar tiveram sete anos para desenvolver fortes vínculos com os colegas, os superiores e a corporação, cultivar a habituação ao estilo de vida e aos valores militares, quer dizer, eles puderam se integrar ao “espírito de corpo” da Marinha. São os valores e os vínculos pessoais, profissionais, políticos e ideológicos desenvolvidos desde tenra idade nos ambientes escolares que os acompanharão durante toda a carreira na Marinha.

Bourdieu (1989), ao estudar as escolas de elite na França, ressalta a importância do período de formação no desenvolvimento da coesão grupal, a qual tende a continuar ativa durante toda a vida profissional. As escolas de elite - como é o caso do Colégio e da Escola Navais - associam o aluno a um lugar, a um *status* social diferente do comum, consagrando-o com a força social de uma representação coletiva, baseada na excelência das suas qualidades sociais e técnicas. Para Bourdieu, a escola de elite antecede uma “conversão” dos indivíduos, empregando intencionalmente vários métodos escolares. Nesse sentido, não se devem menosprezar os rituais de recepção dos calouros, aspecto mais visível de um longo ritual de consagração que inclui o isolamento dos alunos

de seu meio habitual, a ruptura dos vínculos familiares, a entrada numa comunidade de educação, a transformação de toda a conduta de vida, a ascese, os exercícios físicos e psíquicos destinados a favorecer o novo nascimento, as provas, os exames, seguidos pela recepção festiva dos que foram testados e aprovados.

Se o Colégio e a Escolas Navais são os ambientes em que se forja a elite da Marinha, há outras instâncias de formação que também cumprem a função de “incluir” os aspirantes na vida militar, em outras carreiras na Marinha: os Cursos de Formação de Oficiais e de Praças, os Estágios de Aplicação para Oficiais, etapas subseqüentes à seleção inicial. Vários(as) entrevistados(as) relataram a presença de parte daqueles elementos identificados por Bourdieu no seu processo de integração na Marinha. Para esses(as) entrevistados(as), as diversas provas a que foram submetidos (de conhecimento, físicas e psíquicas), o “batismo” que sacramentou sua inserção no grupo militar de destino, a separação temporária das famílias, tiveram o papel ritual de “marcá-los” como integrantes da Marinha. Não foram poucos(as) os(as) que pensaram em desistir ainda durante o curso de formação ou o estágio prático, em face das provações impostas e do estranhamento em relação ao modo de vida militar.

Na mesma direção seguem Castro (2004) e Takahashi (2005), ele, ao interpretar o processo de integração dos cadetes na AMAN - Academia Militar de Agulhas Negras, responsável pela formação, em nível superior, dos combatentes da ativa do Exército. Ela, ao discutir a formação da identidade militar dos cadetes da AFA - Academia da Força Aérea de Pirassununga, São Paulo.

Como analisa Castro, no período de “adaptação” à AMAN, de aproximadamente um mês, ocorre uma passagem brusca e intensa, uma “peneira”, nas palavras dos cadetes e oficiais, que põe em cheque a força de vontade e a vocação dos alunos. A pressão, nesse período, é basicamente psicológica e “faz parte do jogo”, visando quebrar resistências e hábitos de proteção familiares. Após a matrícula, os remanescentes dessa primeira etapa são recebidos festivamente e transpõem o Portão Monumental, que separa física e simbolicamente a Academia do mundo exterior. Quatro anos mais tarde, os que conseguirem “transpor os obstáculos” do percurso, saem pelo mesmo portão, pelo lado oposto, como aspirantes a cadetes. A AMAN seria, assim, um “local de passagem”, onde se forja o “espírito militar”, do qual todos do Corpo de Oficiais - dos generais aos cadetes - comungam.

Takahashi (2005), por sua vez, desvenda o processo de construção do espírito militar, *pari passu* à formação profissional, durante os quatro anos do curso, a começar pelo Estágio de Adaptação nos primeiros quarenta dias após o ingresso na AFA. Na pesquisa que desenvolveu junto aos cadetes, estes consideram aquele estágio como o “mais puxado”, seja porque têm muitas atividades a desenvolver (das 6 às 22 horas, fins de semana inclusos), seja porque são exaustivamente testados em sua capacidade física, pressionados psicologicamente, observados e sempre acom-

panhados pelo Comando. Trata-se, sobretudo, de um período de provar a vocação para a vida militar.

Voltando aos(as) entrevistados(as) no presente projeto, não havia nenhum egresso do Colégio ou da Escola Navais, mas todos(as), sem exceção, mencionaram o nível de conhecimento superior, a distinção, a competição acirrada, o espírito de corpo como características dos colegas que tiveram aquela formação. Em outras palavras, existe uma clara hierarquia de prestígio baseada na formação internamente à Marinha: o topo é atribuído aos alunos (homens) do Colégio e da Escola Navais, aos quais está destinado o alto comando da corporação. Seguem-lhe, em patamar inferior, todos os outros e as outras que fizeram sua formação profissional “fora da Marinha”, em instituições civis de ensino.

No gráfico 1, pode-se visualizar a trajetória ascensional possível para cada uma das carreiras de Oficiais²³, corroborando a segmentação interna com base na hierarquia de postos ou patentes e na formação na Escola Naval. Oficiais da Armada e Fuzileiros Navais são os únicos que podem atingir o posto de Almirante de Esquadra. Atente-se para detalhe importante: em caso de guerra, o comando máximo da Marinha só poderá ser exercido por um Almirante de Esquadra pertencente à Armada, quando, então, um militar com essa trajetória será designado Almirante. Em outras palavras, se aos Fuzileiros e à Armada está previsto chegar aos mesmos patamares hierárquicos, há, porém, uma diferença entre eles: o comando da Marinha em guerra é atribuição exclusiva da Armada.

À patente de Vice-Almirante podem chegar os Intendentes, os Engenheiros e as Engenheiras Navais e os Médicos e as Médicas. É deste último quadro que se espera para breve a nomeação da primeira militar para aquela posição. Ainda parece haver uma brecha para as mulheres, conforme relatou uma entrevistada pertencente ao Quadro Complementar de Intendentes: por concurso interno, é possível passar desse Quadro para o Corpo de Intendentes, ingressando como Capitão de Corveta e seguir até Almirante de Esquadra. E, atualmente, quase a metade dos oficiais do Quadro Complementar de Intendentes é do sexo feminino.

Qual será a reação da corporação a essa possibilidade? Se as regras atuais não se alterarem, é uma questão de tempo para que uma mulher ingresse, por essa via, na Intendência da Marinha.

Finalmente, para os Quadros de Cirurgiões-dentistas, de Apoio à Saúde e Quadro Técnico, nos quais a presença feminina é significativa, Capitão de Mar e Guerra é o topo da carreira. Em 2007, apenas dez mulheres militares atingiram essa posição, oriundas das primeiras turmas, ou seja, pioneiras do oficialato na Marinha. Para essas poucas mulheres, entretanto, a antiguidade contou pontos contra, ou seja, por terem ingressado ao tempo do CAFRM - Corpo Auxiliar Feminino da Reserva da Marinha -, que tinha outro regimento, e, por terem sido integradas à estrutura geral de pessoal em 1997, só chegam à patente máxima às vésperas da aposentadoria.

23. Na carreira de Praças, todos podem ascender às posições de 3º, 2º, 1º Sargentos e Sub-Oficial.

Como uma instituição militar, conforme define Weber, baseada principalmente na administração burocrática e orientada por um conjunto de regras e normas que estabelecem os direitos e deveres de cada um dos seus membros, a Marinha também determina, em Portarias e Boletins internos, a passagem para a Reserva, ou a aposentadoria, levando em conta a idade e a patente do(a) militar. Assim, 62 anos é a idade-limite para os(as) Capitães de Mar e Guerra passarem para a reserva, 60 anos, para os(as) Capitães de Fragata e 58 anos para Capitães de Corveta. Os militares devem se desligar da ativa nos postos de Capitão-Tenente, 1º e 2º Tenentes, aos 56 anos. Na carreira de Praças, passam para a reserva aos 54 anos os(as) Sub-oficiais, aos 52 anos os(as) 1º Sargentos e, aos 50, os(as) 2º Sargentos.

3.3 AS MILITARES NA MARINHA DA ÓPTICA DOS(AS) ENTREVISTADOS(AS)

Neste tópico, serão analisados os depoimentos coletados em entrevistas pessoais. As entrevistas trouxeram uma grande riqueza de informações, opiniões e pontos de vista sobre a vida e a carreira dos(as) militares entrevistados(as). Neste relatório, analisaremos um recorte desses depoimentos, procurando privilegiar: as razões dos sujeitos para optarem pela carreira militar; as dificuldades e as facilidades encontradas nas trajetórias profissionais e eventuais diferenças entre os percursos masculinos e femininos; as percepções e as opiniões de homens e mulheres sobre a integração das mulheres na Marinha.

Essas escolhas procuraram enfatizar as vivências individuais de adaptação ao modo de vida militar por parte dos(as) entrevistados(as): de um lado, a adaptação ao ambiente masculino por parte das mulheres e, de outro, ao mundo feminino, da parte dos homens e da corporação. 28 anos após o ingresso das mulheres na Marinha, pareceu-nos fundamental analisar aquele processo de adaptação pela óptica dos sujeitos, dando-lhes voz para que expressassem como ele tem-se concretizado nas ações e relações cotidianas, os conflitos e tensões que ainda provoca, bem como suas opiniões sobre os pontos positivos e as eventuais restrições à integração feminina na corporação.

Em respeito aos preceitos éticos utilizados em pesquisas em ciências humanas, os(as) entrevistados(as) e seus superiores foram informados sobre a finalidade do estudo e sobre a forma de utilização das informações e com elas concordaram. Para preservar o anonimato dos informantes, omitimos as patentes de todos os entrevistados, os locais em que prestam serviço e nos referimos, genericamente, às suas funções profissionais. Todos os nomes são fictícios. O quadro 2, a seguir, apresenta algumas informações sobre os 24 entrevistados, 15 mulheres e 9 homens.

A distribuição por idade mostra a maior participação das militares mais velhas (acima de 40 anos), que ingressaram nos primeiros concursos abertos às mulheres, na primeira metade dos anos 1980. Isso se

Quadro 2 . Resumo informativo sobre os(as) entrevistados(as)

No.	Nome fictício	idade (anos)	estado civil	Filhos	Carreira	ano de ingresso na Marinha	Tempo de serviço (anos)	Corpo ou Quadro	Tipo de vínculo de trabalho
MULHERES									
1	Isoda	25	casada	não	Praças	2002	4	Corpo Aux Praças	Serv Temporário *
2	Luzia	36	separada	sim	Praças	1998	8	Corpo Aux Praças	em período probatório **
3	Lina	43	casada	sim	Praças	1984	22	Corpo Aux Praças	estável
4	Anete	49	casada	sim	Oficiais	1981	26	Quadro Técnico	estável
5	Cláudia	46	separada	sim	Oficiais	1987	20	Corpo de Engenheiros	estável
6	Eliane	45	solteira	não	Oficiais	1981	26	Quadro Técnico	estável
7	Isolina	45	casada	sim	Oficiais	1985	22	Quadro Técnico	estável
8	Dagmar	33	casada	sim	Oficiais	2001	6	Corpo de Saúde	em período probatório
9	Carmem	27	casada	não	Oficiais	2004	2	Quadro Técnico	em período probatório
10	Lais	39	solteira	não	Oficiais	1990	16	Quadro Técnico	estável
11	Adelaide	48	solteira	não	Oficiais	1985	21	Quadro Técnico	estável
12	Wanda	47	solteira	não	Oficiais	1983	23	Corpo de Engenheiros	estável
13	Deisi	27	casada	não	Oficiais	2005	1	Corpo de Saúde	Serv Temporário
14	Beatriz	30	casada	não	Oficiais	2003	3	Quadro Compl. Intendência	em período probatório
15	Marjorie	45	casada	sim	Oficiais	1981	25	Quadro Técnico	estável
HOMENS									
16	Antonio	27	solteiro	sim	Praças	1996	10	Corpo Aux Praças	estável
17	Cristiano	44	casado	sim	Praças	1980	26	Corpo Aux Praças	estável
18	Júlio	43	casado	sim	Oficiais	1977	29	Corpo de Engenheiros	estável
19	Fábio	36	casado	sim	Oficiais	1996	10	Corpo de Engenheiros	estável
20	Nereu	43	casado	não	Oficiais	1983	23	Quadro Técnico	estável
21	Bento	44	solteiro	não	Oficiais	1997	9	Corpo Auxiliar	estável
22	Otávio	42	casado	sim	Praças	1983	24	Corpo Aux Praças	estável
23	Justino	25	solteiro	não	Praças	1999	6	Corpo Aux Praças	em período probatório
24	Dalmo	34	casado	sim	Praças	1991	15	Corpo Aux Praças	estável

* Servidor temporário ou RM2 é o militar contratado por um ano, podendo seu contrato ser renovado por mais 8 anos. Ao final desse período, é desligado da Marinha sem integrar a reserva remunerada.

** Período de teste que compõe o processo de integração definitiva do militar na Marinha. Neste caso, o militar entrou por concurso se segue a carreira militar e ao se aposentar integrará a Reserva Remunerada dos Militares (ou RM1).

justifica tendo em vista que um dos objetivos do estudo foi retratar a trajetória das “pioneiras” nas carreiras militares da Marinha. Entre as demais militares entrevistadas, quatro tinham entre trinta e 39 anos e três, entre 25 e 27 anos. Quanto aos homens, a distribuição segundo a idade foi mais equilibrada: quatro tinham entre 25 e 29 anos, dois estavam na faixa dos trinta anos e três tinham mais de quarenta anos. A maioria deles era casada com filhos, condição de cerca de metade das militares do sexo feminino.

Apenas sete entrevistados(as) pertenciam à carreira de Praças, todos(as) os(as) demais, eram oficiais, principalmente dos Corpos de Saúde, dos Engenheiros Navais e do Quadro Técnico.

A OPÇÃO PELA VIDA MILITAR

Considerando os depoimentos da maioria dos(as) entrevistados(as), de uma forma geral, pode-se afirmar que as razões que os levaram a optar pela carreira militar na Marinha foram bastante objetivas, baseadas, em muitos casos, em conhecimento prévio de algumas características dos ambientes militares, as quais valorizavam positivamente e desejavam adotar. Apenas para alguns(mas) deles(as) a vida militar era completamente desconhecida, de antemão.

Principalmente no caso dos Praças, a escolha da carreira militar foi influenciada pela família e pelos amigos, levando em consideração alguns fatores, a saber: a estabilidade do vínculo de trabalho e o salário garantido; a possibilidade de seguir uma carreira profissional com trajetória previsível, baseada em regras explícitas, em princípio, aplicáveis a todos; o prestígio social atribuído aos militares ou, ainda, -o imaginário popular em torno dos militares, em que se ressaltam, entre outras qualidades, a coragem, o patriotismo, a elegância traduzida nas fardas e uniformes.

Antonio, 27 anos, por exemplo, “sempre achou bonito ser militar ...interessante, desafiante” e ao se decidir pela carreira recebeu apoio tanto da mãe e da avó que “achavam bonito”, como de seu pai. Se não teve nenhum militar na família antes, sua escolha passou a influenciar o irmão e a irmã mais novos, que pretendem ingressar no Exército. Para Cristiano, 26 anos, que morava no interior da Bahia, a influência veio de amigos e conhecidos que retornavam à cidade nas férias e contavam as suas experiências na Marinha, nele despertando o desejo de ser militar, desde pequeno. Para Justino, 25 anos, ao imaginário positivo em torno dos militares se juntou a busca por emprego estável, após um episódio de desemprego:

desde criança tinha vontade, pensava...a oportunidade surgiu quando eu estava numa idade em que já podia prestar um concurso, eu tinha acabado de ficar desempregado... e estava precisando e fiquei sabendo que tinha o concurso aberto. Na primeira vez ... eu prestei e não passei ...para o

Colégio Naval que seria para entrar como oficial, que é uma prova bem mais difícil e na segunda vez prestei (concurso de Aprendizes Marinheiros) e fui aprovado.

Para alguns Praças mais velhos não se pode falar em escolha de carreira, uma vez que foram os pais os inscreveram em uma das Escolas de Aprendizes Marinheiros que a Marinha mantém. Como Otávio (42 anos), inscrito quando tinha quinze anos, pelo pai que era policial militar, mas preferiu encaminhá-lo para a Escola de Aprendizes da Marinha em vez de introduzi-lo na sua corporação. Esse direcionamento visava “dar uma opção de vida... um salário fixo... mais segurança” ao filho, além de propiciar-lhe uma pequena remuneração como aprendiz marinho: “uma quantia muito pequena, só mais para comprar umas coisinhas, uns materiais de higiene, era mais para ir se familiarizando com a Marinha”. Ou como Dalmo, 34 anos, sobrinho de militar do Exército e cujo pai “gostava muito do mar e me pediu para fazer o concurso... ele mesmo me inscreveu”, mesmo contra a vontade do, então, jovem de 19 anos.

A influência familiar e a perspectiva de construir uma carreira profissional promissora e sem maiores tropeços pesaram, também, no caso dos Oficiais entrevistados. Júlio, Engenheiro Naval, 29 anos, nascido em família de militares e cujo pai, também engenheiro, integrava a Força Aérea, declarou ter escolhido a Marinha “porque gosta de água”, mas sobretudo porque “é uma carreira que tem regras definidas, v. tem oportunidades muito boas de conhecer o país, v. tem oportunidades organizadas de se preparar e evoluir”. Fábio, 36 anos, também Engenheiro Naval, enfatiza a estabilidade proporcionada pelo emprego no ambiente militar em geral e, em especial, na Marinha para sua profissão:

... trabalhei na iniciativa privada... achei a instabilidade muito grande... eu trabalhava na área de software e essa área é muito volátil, então não valia à pena. Eu voltei para fazer o mestrado e comecei a prestar concursos e um deles foi a Marinha, passei e gostei. (Disse) vou testar, vamos ver o que é que é...Preferi a Marinha porque a Engenharia, na Marinha, segue a estabilidade, na Aeronáutica, não, v. fica como temporário. Se v. vem de fora, v. fica nove anos e é obrigado a sair. Outro motivo é que o tipo de engenharia da Marinha me agradava mais. A minha formação como engenheiro eletricitista é mais próxima da Marinha, na Aeronáutica teria pouca aplicação para minha formação.

Para Bento, 44 anos, integrante do Corpo Auxiliar de Oficiais, Quadro de Capelães, a estabilidade pesou na decisão de prestar concurso. Longe da família há muitos anos, não foi influenciado pelos pais ou pela presença de militares entre os familiares ou amigos, mas por uma “vocaçãõ”, um desejo de trabalhar junto com militares. “Pura vocaçãõ” foi

também a motivação de Nereu, 43 anos, que pensava em se integrar ao Exército. Como ele mesmo diz, “há vinte e três anos atrás, havia pouca informação, pensava que tinha que entrar como soldado (na carreira militar)”. Esse oficial galgou todas as etapas da carreira de Praças, ingressando a seguir na de Oficiais. Sua família, ao contrário das famílias dos demais entrevistados do sexo masculino, não reagiu “tranqüilamente” à sua escolha, pois na ocasião ele trabalhava num banco que “estava investindo nele na área da informática”. Por isso, a família avaliava que ele “estava jogando uma oportunidade fora”. A escolha pela Marinha se deveu à oportunidade de abertura de concurso para marinheiro na época.

Aliás, com exceção do engenheiro naval Fábio, que argumentou objetivamente sobre sua escolha pela Marinha, a maioria dos entrevistados não parece ter tido uma idéia definida sobre qual das três Armas preferia. Aparentemente, a associação primeira e mais forte se deu entre vida militar e Exército, mas a oportunidade da abertura de concursos na Marinha, na época, parece ter sido decisiva.

No caso de algumas mulheres militares mais velhas, como Marjorie, Adelaide, Isolina, Eliane e Anete (entre 43 e 49 anos), que entraram nas primeiras seleções abertas ao sexo feminino, a curiosidade, o desejo de desafiar algumas convenções sociais, o desejo de “servir” aos outros se perfilam ao lado dos motivos já mencionados pelos homens -- e por elas reiterados --, como a estabilidade do emprego, o salário garantido e a ascensão na carreira militar orientada por regras explícitas e universais, a imagem positiva dos militares, a presença de militares na família e no rol de amigos.

Marjorie, selecionada na primeira turma (1981), lembra que não era esperado que uma mulher ingressasse na Marinha. Tomou essa decisão no último ano da faculdade, quando uma propaganda anunciava a entrada das mulheres na carreira militar. Segundo Marjorie, a propaganda era muito bem feita, “glamourosa, em ótimo papel, com bela foto de famosa modelo da época em uniforme da Marinha”. Suficientemente estimulante para despertar sua curiosidade e fazê-la participar das diversas etapas do concurso, até à aprovação final. Marjorie admite, entretanto, que o desejo de desafiar as convenções sociais, seguindo uma carreira masculina, estava presente, mesmo que de forma inconsciente. Marjorie encontrou resistência do pai que esperava que ela seguisse outros rumos profissionais; da mãe, “que tinha uma visão romântica da Marinha, derivada de estórias de amor de filmes, achava lindo o uniforme branco”, recebeu estímulo. Também Lina, 43 anos e há 22 no Corpo Auxiliar de Praças se refere ao “glamour”, à novidade da presença das mulheres na Marinha quando ela ingressou, na quarta turma feminina. Na época “era uma coisa muito bonita, a Marinha foi a primeira Força a dar oportunidade para as mulheres e surgiu o concurso (para a sua especialidade)”.

Anete, ao se inscrever no processo seletivo feminino de 1981, tinha informações prévias positivas sobre o militarismo e a Marinha, que con-

taram para aquela decisão: seu pai era militar e ela “não tinha um temor da vida militar, eu já tinha uma consciência e o conhecimento” e, além disso, ela respeitava o trabalho desenvolvido pelos profissionais de sua área, dentro da corporação. A seu favor, contou o apoio dos familiares:

meu pai ficou orgulhosíssimo. O meu marido, na época era o meu namorado, também me estimulou a fazer (o concurso), realmente foi um apoio para a minha decisão.

Para Eliane, da mesma turma de Marjorie e Anete, o desconhecido mundo militar se descortinou para ela ao fazer estágio do curso técnico em eletrotécnica na Marinha e a “encantou”. Nas suas palavras:

quando eu comecei a estagiar, a gente começa a ver, a gente olha e diz , meu Deus, é a Marinha, ela chama muito a atenção pela forma, pelas coisas todas arrumadinhas, as OMs são bonitas, bem cuidadas... eu achei o arsenal da Marinha muito interessante, muito vibrante a construção de navio...eu gostei muito de trabalhar aqui no estágio. Então, acho que fui influenciada pelo estágio... Me encantei, achava bonito o pessoal de farda e eu falava, é um emprego seguro, plano de carreira... vou poder aplicar toda a parte técnica em navio.... Na verdade, tudo aquilo me encantou, eu achei um ambiente muito interessante, mesmo sendo um ambiente muito masculino, um respeito... o pessoal tratava todo mundo bem, brincavam muito, porque só eu e uma outra menina estagiamos, o resto era tudo homem, muitos senhores, achei um ambiente muito bom de trabalho. Aí resolvi fazer (o concurso)

O pai de Eliane, ao contrário do que aconteceu com Anete, não a apoiava, nem na decisão de ingressar na Marinha, nem na escolha da eletrotécnica, pois “achava que mulher tinha que aprender umas coisas domésticas..”. Da parte da mãe, ao contrário, essa militar se lembra do carinho com que ela cuidava dos seus uniformes brancos, uma forma de manifestar seu apoio e orgulho.

Também Carmem, 27 anos de idade e 2 de Marinha, conheceu o mundo militar a partir de estágio final do curso de graduação e encontrou na Marinha razões suficientes para se decidir pela carreira militar, mesmo não tendo “nenhuma identificação específica com o militarismo”. Nas suas palavras:

gostei do ambiente, da questão da pontualidade, de bastante coisa ... aí resolvi prestar este e outros concursos... Eu tinha passado em outro no meio civil, depois passei no da Marinha, que ganhava mais e... é a única que tem concurso de carreira... A Aeronáutica só tem temporários... E a Marinha, a gente que é do Rio de Janeiro, era muito presente,

muito visível, para quem mora em cidade litorânea, ela tem uma influência muito grande

Por sua vez, Isolina “procurava uma colocação”, o que a moveu a prestar o concurso para a turma feminina de 1985. A reação familiar foi positiva, uma vez que, “de origem humilde”, idealizavam a Marinha e as Forças Armadas como elite social. Já Adelaide (turma de 1985) era funcionária pública concursada quando resolveu participar da seleção na Marinha porque “ eu tinha muita vontade de servir... objetivo maior de servir a pátria... de me dedicar às pessoas... à nação”. Essa militar prestou concurso também para a Aeronáutica, mas achou “a Marinha mais organizada... e eu sou muito ligada em organização”. Cláudia, da turma de 1987 e integrante do Corpo de Engenheiros Navais, optou pela Marinha porque “queria trabalhar com o desenvolvimento de sistemas e surgiu a oportunidade do concurso”.

A organização e a sensação de ordem e segurança, o espírito de equipe que emanam da Marinha causaram impacto Dagmar (33 anos), que escolheu trabalhar lá, em primeiro lugar, porque “ queria uma grande estrutura por trás de mim, queria ser um componente de uma estrutura muito grande” e, em segundo, mas não menos importante, lhe oferecia “a melhor proposta de trabalho, de remuneração, de estabilidade”.

Laís mal terminou a faculdade e tinha aberto o concurso de 1990. O irmão era do Exército e “eu fui nas mesmas águas dele, prestei concurso assim que saí da faculdade”. Deisi -27 anos e apenas 1 de Marinha-, não tem militares na família e “não sabia nada de como a Marinha funcionava”. Sua porta de entrada foi outra, a das “faculdades tributárias das Forças Armadas”. São faculdades de medicina, odontologia, farmácia e veterinária credenciadas pelas Forças Armadas, cujos alunos do sexo masculino, dos últimos anos ou da residência são obrigados a se alistar, mesmo já tendo sido dispensados do serviço militar obrigatório aos 18 anos. Há dois anos, “isso está valendo para as mulheres também”. Esses alunos passam por uma seleção de saúde, testes físicos e de currículo e, se aprovados, são encaminhados para um curto estágio de formação de oficiais (quarenta dias) no CIAW-Centro de Instrução Almirante Wandelkolk, ao final do qual são considerados Guardas-Marinha. Após seis meses de trabalho são promovidos a 2º Tenentes. Durante o estágio convivem com aspirantes a oficiais, de todas as profissões e de várias localidades, que foram selecionados pela via dos concursos públicos. O estatuto de Deisi é de servidora militar temporária, com contratos de trabalho renováveis anualmente, por até nove anos, quando, então, será dispensada e passa para a reserva, sem remuneração.

Isolda, uma das mais jovens entrevistadas, tem apenas quatro anos de Marinha e 25 anos de idade. Integra o Corpo Auxiliar de Praças e sempre quis seguir a carreira militar. Ao terminar o 2º Grau procurou prestar concursos nas Forças Armadas. Tentou a Aeronáutica sem sucesso e, em

seguida, a Marinha, que lhe permitiu trabalhar na área de sua formação. Essa militar tinha bastante familiaridade com o mundo militar: seu pai é policial militar, dois tios e quatro primos são da Aeronáutica, bem como o então noivo e atual marido. “Desde pequena eu vestia farda de meu pai, de meu tio para tirar foto, adorava ir ao quartel para assistir cerimônia”. Beatriz credita sua decisão de entrar na Marinha, parcialmente, à convivência com um irmão militar que lhe permitiu conhecer que naquele ambiente,

as coisas funcionam... tem disciplina, hierarquia...o sistema acaba funcionando, a engrenagem dá acesso , então a mentalidade é criada em torno disso... de que a gente é coordenado por alguém . E da mesma forma, a gente responde pelos nossos subordinados. As pessoas têm essa mentalidade e sabem a quem elas devem fidelidade... Isso cria uma qualidade de equipe, de grupo, de objetivo, de meta... como se fosse um navio mesmo. Tem alguém comandando e a gente tem aquela meta, aquele objetivo.

Áurea e Lina, ambas do Corpo Auxiliar de Praças, tiveram militares na família. Para Áurea, “seu espelho” foi o pai, militar da Aeronáutica; no caso de Lina, havia um cunhado na Marinha, ainda que ela não tenha identificado uma influência desse parente na sua decisão.

A SELEÇÃO E A FORMAÇÃO INICIAL

Tomada, porém, a decisão de abraçar a carreira militar na Marinha pelos motivos expostos acima, como foi o contato com a realidade da corporação? Quais as impressões que ficaram nesses(as) militares sobre o período de provas e testes iniciais , sobre o curso de formação e o estágio? Houve diferenças de percepções entre homens e mulheres?

O processo de seleção para ingresso na Marinha, tanto para Praças como para Oficiais, foi considerado longo, independentemente da idade dos(as) entrevistados(as) e do ano em que passaram por ele. No caso das mulheres das primeiras turmas, contudo, houve particular estranhamento de ambas as partes, isto é, da corporação militar masculina e das mulheres aspirantes a Praças e Oficiais, apesar das normas, regras e leis que prepararam a estrutura burocrática militar para recebê-las.

Retomar a memória das militares “mais antigas” permite retratar os ajustes que a corporação e as mulheres puseram em ação no longo processo de adaptação e integração, ainda em curso.

Além da constituição legal e da regulamentação do CAFRM-Corpo Auxiliar Feminino da Reserva da Marinha, a corporação teve que se preparar para recebê-las nos cursos de adaptação ao oficialato e à carreira de Praças e, para tanto, estabeleceu regras e procedimentos específicos. Como lembra Marjorie, uma das militares aprovada no concurso de 1981, o primeiro mês era como um internato, as moças ficavam isoladas, havia policiais militares femininas que “tomavam conta delas”. Tudo era mui-

to novo também para a organização. Todas as atividades e sua duração durante o curso de quatro meses de adaptação ao oficialato, realizado no CEFAN - Centro de Educação Física Almirante Adalberto Nunes, Rio de Janeiro - eram pré-determinadas, os horários rigidamente estipulados e, às 22 horas, havia o toque de silêncio. A disciplina era muito rígida,

as camas não podiam ter uma ruguinha no lençol... Não tínhamos liberdade nem de falar ao telefone sozinhas, havia sempre uma policial militar presente. Havia muito rigor em tudo, tivemos que cortar os cabelos, o que ocasionou muito choro, por mais de um mês. Hoje não exigem mais isso, usam-se redes nos cabelos compridos.



Anete, da turma de 1981, reforça as impressões de Marjorie quanto à disciplina férrea do curso no CEFAN e o aprendizado das regras da vida militar:

Ah, foi emocionante, quer dizer, chegar a ter essa conquista, ver aquelas meninas todas convivendo... Também foi difícil, porque o primeiro mês a gente ficou no internato, a gente não podia ter contato nenhum com a família... não tinha celular, era uma fila no orelhão para poder falar... aquela correria toda dos tempos dos horários, tanto que eu aprendi... eu me troco rapidíssimo

Ao lado das regras de convivência no curso de adaptação e, de um modo geral, no ambiente militar, a Marinha preparou com especial atenção e esmero os uniformes femininos, criados pelo estilista Guilherme Guimarães e as propagandas tinham como modelo Ísis de Oliveira. Segundo Marjorie, foi “tudo construído para passar às jovens as idéias de elegância, glamour, beleza, associadas à carreira militar”. Algumas curiosidades desses primeiros tempos, que após ¼ de século ainda estão vivas na memória dessa militar, sugerem que apesar de toda a preparação, os militares não estavam habituados com o feminino e, em muitas situações do dia-a-dia, não sabiam como lidar com ele:

os maiôs de natação foram criados pelo estilista numa cor azul céu, mas tinham o problema de serem transparentes quando molhados e foram substituídos por outros de helanca azul escuro e com forro. As saias do estilista eram abotoadas na frente, mas os botões explodiam com a marcha; as calças foram confeccionadas em linhas retas, sem as curvas do quadril e com os exercícios e as marchas, esgarçavam nos quadris. Havia outros problemas: as moças não queriam entrar na piscina menstruadas e com cólicas. Enfim, não sei se foi mais difícil para eles ou para nós

Como Marjorie afirma, “tudo foi muito rápido, muito intenso, todas engordaram, ganharam massa muscular por causa dos exercícios físicos e da alimentação de atletas que recebiam”. Findo o curso, o destino de quase todas as duzentas moças da primeira turma - 90% eram médicas, assistentes sociais e para-médicas- foi o Hospital Naval Marcílio Dias, recém-inaugurado na cidade do Rio de Janeiro.

Nem tudo parece ter sido cor-de-rosa nos períodos de treinamento, contudo. Isolina, da turma de 1985, identifica “um certo exagero” na disciplina do curso de adaptação ao oficialato que ela fez:

Passam para a gente que a gente tem que ser autoritária, tem que se impor porque os oficiais vão ter subordinados... mas eu acho que a gente pode se impor... sem ser autoritária, sem gritar, sem ser agressiva... com educação, mostrando que

v. domina o assunto... A encarregada do curso era militar, ela era médica, mas a turma não ficou satisfeita, não foi uma experiência boa... ela era muito rude com a turma para passar essa parte de autoritarismo... Logo depois do curso a gente fez avaliação e ninguém ficou satisfeito, ela pediu baixa em seguida... não está mais na Marinha... eu acho que foi inexperiência por parte dela, de repente ela se deslumbrou com a função de ser encarregada, se sentiu muito poderosa, não sei.

Adelaide, também da turma de 1985, se refere ao curso como “muito exigente”, embora afirme ter encarado tudo positivamente, pois “acho que faz parte, se é militar, v. tem que ter rigor mesmo, tem que cumprir todas as etapas... tudo era coisa nova, muito exercício físico, tinha que estudar bastante ... e tudo com horário”.

Marjorie, Anete e Adelaide lembram do ambiente agradável que se criou entre as moças das primeiras turmas, muita integração e amizade, grande entrosamento, até para poder suportar a pressão. Elas disseram conhecer todas as poucas “meninas” das primeiras turmas do Corpo Feminino. Adelaide acrescenta que a ajuda mútua entre mulheres daquelas turmas dava “um senso de Corpo, é interessante, porque a gente fica com muita ligação... apesar de distante, se uma precisa, a outra aparece e ajuda, até hoje”. Talvez em função desse espírito de corpo, Marjorie e Anete acham importante lembrar a presença feminina na Marinha, com uma comemoração anual, como diz Anete,

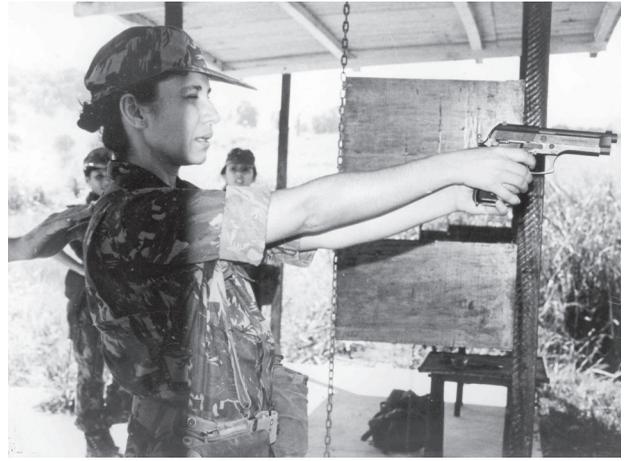
porque a gente tem que marcar, porque foi uma conquista e uma conquista que elas (as “mais modernas”²⁴), têm que continuar... então a gente faz isso, uma cerimônia com ação de graças, todo ano, em todos os distritos, é a posição da tradição, da história

Eliane, da mesma turma de 1981, relembra a instrução “de campo” recebida, primeiro, das policiais da PM de São Paulo e depois, do Corpo de Fuzileiros Navais. Nas suas palavras, os fuzileiros navais,

têm um treinamento muito bom com as mulheres, é impressionante... eles formaram a gente... então criou-se um carinho pelo Corpo de Fuzileiros porque eles nos deram a instrução inicial, se bem que eu ainda peguei a PM de São Paulo, mas depois, todas as turmas foram os fuzileiros. Então a gente tem um carinho muito grande pela formação e sente que eles também tinham um carinho pelo Corpo Feminino...

Carmem, jovem militar da turma de 2004, reafirma a seriedade do treinamento de campo e a não diferenciação dos sexos nessa etapa: “a gente não foi poupada de nada... mas os colegas homens achavam que em tudo mulher levava vantagem... mas eu não vejo isso”.

24. Os adjetivos “moderno” e “antigo” no jargão da Marinha se referem, respectivamente, aos novatos e aos veteranos na corporação.



O impacto do curso de Formação de Oficiais realizado no CIAW-Centro de Instrução Almirante Wandelkolk, continua a ser sentido pelos militares de ambos os sexos, mais modernos ou mais antigos, como relatam Laís (turma de 1990), Dagmar, médica do Corpo de Saúde (2001), Fábio, Corpo de Engenheiros(1996):

Entre alunos tudo bem...mas os oficiais, os instrutores tratavam a gente como aluno. Você podia ser pós-graduada lá fora, PHD ... aluno é aluno, depois v. sai 1º. Tenente. Então o militar é diferente, v. é oficial da Marinha com uma profissão. Lá fora eu sou profissional, aqui não, v. é Tenente, Comandante, vai ser primeiro oficial (Laís, Quadro Técnico)

... a partir daquele momento você é militar, não é mais médica..... eu tinha quatro, mas muita gente tinha oito anos de formada... A gente já tem um posicionamento na sociedade, “Eu sou médica, com especialidade” e... para a Marinha eu não sou nada, sou tratada como uma garota, “Sou guarda marinha!”, porque v. é da patente mais moderna..., a gente sempre quer mais respeito... então a época do curso de formação foi muito complicada . É muito diferente, lá a gente aprende como se comportar, prestar continência, não prestar, o respeito hierárquico... é pouco tempo, muita coisa para

aprender sobre uma instituição muito diferente do mundo civil (Dagmar, Corpo de Saúde)

Foi um pouco complicado eu me adaptar ao semi-internato porque nós morávamos numa ilha, tinha horário para entrar e sair de barco, senão você ficava...Mas com um mês mais ou menos eu já estava adaptado a isso, você arruma um grupo forte de amigos, grande e acaba ficando e todo mundo se adapta (Fábio, Corpo de Engenheiros).

Esses entrevistados formularam muito bem a questão: os cursos de formação de oficiais e de praças ensinam os civis a serem militares, se comportarem e a pensarem como militares. O tratamento é “de choque”, um batismo de fogo que marca a entrada numa nova vida. Como colocam Bourdieu (1989), Castro (2004) e Takhashi (2005), o tempo de formação constitui também um rito simbólico de passagem, um renascimento para a condição de militar, uma nova identidade social. Trata-se da entrada num novo universo social, no qual a patente ou a posição na hierarquia militar prevalece sobre a identidade profissional prévia do indivíduo. Aquela posição lhe indicará a esfera das relações de poder em que está inserido, ou seja, a quem deve obediência e quem deve comandar.

Isolda e Luzia, que ingressaram na Marinha em 2002 e 1998, respectivamente, pertencem ao Corpo Auxiliar de Praças, seguem a carreira de Praças, portanto. Elas contam como foi o processo seletivo em nível de 2º. Grau e a formação militar que se seguiu. À prova escrita com cinquenta questões técnicas mais uma redação, um questionário biográfico e a apresentação de documentação, seguem-se exames médicos²⁵, os testes físicos (corrida e natação) e se aprovado nessa etapa o candidato faz uma prova oral dos conhecimentos profissionais perante uma banca de três ou quatro oficiais, passa por uma entrevista com psicólogos e por um teste psicotécnico. Os aprovados seguem para um curso de formação de Praças, por seis meses no Rio de Janeiro, no CIAA - Centro de Instrução Almirante Alexandrino, ao final do qual “saem Cabos”. Após o curso, passam por um estágio de um ano, trabalhando, de fato, num quartel. Durante esse estágio o(a) militar é avaliado(a) continuamente. Nas palavras de Luzia,

É um estágio... a pessoa está trabalhando na OM (Organização Militar)... mas é uma avaliação que conta muito ponto para o primeiro ano... O trabalho é normal, só que v. está em prova... de fato, está em observação

25. Nesta etapa estão incluídos, entre outros, testes de HIV e de gravidez para as mulheres. Como foi comentado anteriormente, a partir de 2007 a gravidez não é mais considerada condição “incapacitante” para a mulher que passa pelo processo de seleção, mas os testes de gravidez permanecem.

Isolda diz ter encarado todas essas etapas de forma positiva, “porque a gente está empolgada, são tantas coisas novas... não achei tão difícil, tão complicado”. Remarca ainda a possibilidade que teve, durante o estágio, de fazer vários cursos de informática pagos pela Marinha:

... eu consegui me desenvolver bastante na área que eu trabalhava lá. Eu fiz curso de Linux, Administração e Gerência de Linux”, tudo nessa área que era o que se queria implementar e eles queriam que a gente tivesse conhecimento sobre esse assunto.

Ela também lembra que a sua turma era de cerca de cem pessoas, oitenta das quais, mulheres. Na carreira de Praças, o comum, até 1999, era os homens entrarem muito jovens, como aprendizes de marinheiro, enquanto as mulheres seguiam a via dos concursos. Daquela data em diante, os homens puderam ingressar por essa via também no Corpo Auxiliar de Praças²⁶, já com 2º Grau completo “para disputar com a gente”, mas a maioria continua sendo feminina. Em 1998, quando Luzia prestou concurso, só havia candidatas ao então Quadro Auxiliar Feminino de Praças da Marinha. Ela se lembra que “no dia da prova escrita eram muitas moças mesmo... o Maracanã lotado de moças...o concurso era para o Corpo Auxiliar Feminino, em 1999 que passou a ser o CAP (Corpo Auxiliar de Praças)”. Luzia mantém a impressão de um processo de seleção muito longo. Ela diz: “Fiz inscrição em março de 1997, entrei em julho de 1998. Quando eu fiz a inscrição era solteira, na formatura já era casada”.

Isolda (ingressou em 2002) relata que durante o período de formação (curso e estágio), todos os professores eram homens, mas as monitoras eram mulheres:

no nosso alojamento só mulheres podiam entrar e ...nós precisávamos de uma monitora, que é uma pessoa que vai ficar 24 horas com o pessoal no quartel... explicando o que podia e o que não podia... já que nós não sabíamos nada a respeito do militarismo. Então esses monitores eram mulheres, sargentos... as monitoras eram para homens e mulheres

As lembranças dos Praças do sexo masculino sobre os processos de seleção, cursos e estágios são um pouco diferentes dos(as) oficiais e das praças do sexo feminino, pois muitos deles, entraram na Marinha muito jovens, como aprendizes-marinheiros. Antonio, 27 anos de idade e dez de Marinha, conta seu percurso:

Eu estava cursando o 2º Grau... Fiz o concurso, a prova, para a escola de aprendiz marinheiro²⁷... depois preenchemos um questionário biográfico, depois a inspeção de saúde, a entrega de documentos. Na minha turma não teve teste físico. O nosso teste físico foi na saída da escola... quem não nadasse 100 e não corresse 2800 metros (dentro dos tempos) não era aprovado, era desligado do curso (que dura um ano)... Depois faz um estágio inicial no navio por seis meses; se for reprovado é desligado da Marinha... Você aprende muita coisa no navio... é uma emoção, hoje v. está aqui,

26. Os Corpos de Praças da Armada e dos Fuzileiros Navais são exclusivamente masculinos. As únicas vias de ingresso de mulheres na carreira de Praças são os Corpos Auxiliar de Praças e de Sargentos Músicos dos Fuzileiros Navais.

27. As escolas de aprendizes-marinheiros são masculinas.

amanhã está em outro lugar. Eu gosto disso... passei quatro anos como marinheiro. Aí você preenche um questionário e a Marinha escolhe o que vai cursar, depois desses quatro anos. Você faz um psicotécnico, tipo um questionário, profissões que gosta e ela escolhe, manda para você e daí v. concentra em outro lugar, para fazer esse curso de especialização, no Rio.

Além disso, essas memórias incluem um período “embarcado” regularmente em navios - durante o processo de seleção e depois dele, até hoje uma prerrogativa masculina. As impressões de Antonio sobre o tempo embarcado são positivas e dão pistas sobre o convívio, a camaradagem e a solidariedade que se desenvolvem nesse ambiente de trabalho confinado, exclusivamente masculino:

Tem a parte da disciplina, mas é muito profissional, as pessoas no navio se tornam uma família, de tanto tempo que passam juntas. Já cheguei a passar 22 dias no mar. Então o pessoal vira uma família muito grande e tem que ter uma convivência boa e muito profissionalismo porque senão não vai para frente. Se tiver muito militarismo o pessoal começa a ficar estressado, o trabalho não rende, acontecem acidentes. Então tem que ter uma balança, militarismo, convivência, profissionalismo. Eu dei sorte, nos três navios em que embarquei, os comandos eram bons...

Esse Praça informa também que a vida militar ou o “militarismo” não deixa de causar estranhamento também entre os homens, muitos deles desistindo ainda durante o curso de formação, outros, depois, por vários motivos:

Na minha turma entraram 400 e se formaram 380... muitos desistem ainda no curso de formação...hoje em dia eu acho que ficaram mais ou menos 250. Alguns entram por segurança e saem porque arrumam empregos melhores, outros servem em lugares ruins, não agüentam a pressão e pedem para sair... outros saem porque tem aquele negócio de serviço em fim de semana, perder fim de semana, feriado. Natal e Ano Novo a gente não tem sempre

Para ele, entretanto, a experiência militar tem compensado porque pôde viajar pelo Brasil e fazer muitos amigos, apesar dos fins de semana e feriados “perdidos”. Para Cristiano, 26 anos na carreira de Praças, que ingressou no concurso de 1980 também para a Escola de Aprendizes Marinheiros a tendência foi enfatizar o lado positivo do processo de seleção, que para ele foi “vantajoso... um período muito satisfatório... muita coisa boa”. Otávio, 42 anos, há 24 na Marinha, conta suas memórias datadas de 1983:

Naquele tempo com a 7ª. série v. podia fazer o concurso para aprendiz... eu era agregado²⁸ e... a única vantagem que a gente tinha era o seguinte, v. trabalhava à tarde e na parte da manhã v. tinha aula, nível de 1º Grau... eu terminei o 1º Grau como aprendiz. Não foi fácil não, teve vários colegas meus, lá com esse curso preparatório que não conseguiram....Depois desse concurso ficamos na Escola de Aprendiz um ano...era como um colégio, só que no regime militar que quem sair da linha vai preso, vai embora, expulso, tem que manter a disciplina

Justino e Dalmo, Praças que entraram, respectivamente, em 1999 e 1991, falam do curso de formação e explicam como funciona hoje e como funcionava no passado essa via de entrada:

a princípio é difícil... por causa da passagem do meio civil para o militar, é intenso o treinamento da parte física, a parte da obediência, aprendendo a viver em grupo, ter espírito de corpo.V. entra pelo corpo de praças marinheiros, é enquadrado no corpo de praças da Armada... depois de 4 anos que é o interstício para ser chamado para fazer a próxima graduação v. escolhe a especialidade. Eletricista, eletrônica, tudo pertence ao Corpo da Armada, que é o mais útil na manutenção do navio para o combate.... A especialidade que eu escolhi (escrevente) pertence ao Corpo Auxiliar de Praças...é a parte de secretarias nas diretorias, nos prédios da Marinha. Nos navios também embarcam escreventes, mas é uma tarefa mais auxiliar.(Justino, Corpo Auxiliar de Praças).

eu tinha 18 ou 19 anos.....Minha turma tinha 520 alunos, foi difícil porque eu nunca tinha saído de casa..conviver com pessoas de todo lugar do Brasil é complicado.Um ano interno. Depois v. é distribuído para as OMs no Brasil, normalmente é mais para a Esquadra, navios da Marinha que ficam no Rio... antigamente era assim. Entrei com a 1ª. série do 2º. Grau ... Antigamente v. entrava na escola de aprendiz e até o meio do ano todo mundo estudava para escolher seu... eram cinco tipos de Quadro: QSP que era formado por especialidade de escrevente, paioleiro, enfermagem e educação física; QSM que era todo esse pessoal de máquinas e QSO, de Operações, o pessoal que mexe com operação de radar e outros tipos e o QST. Eu estava no QSP Hoje não tem mais isso (Dalmo, Corpo Auxiliar de Praças)

Justino acrescenta algumas informações sobre a dinâmica do curso de formação para aprendiz-marinheiro, em 1999:

28. O entrevistado explica: "o nome já diz, você não está ligado à Marinha, só recebe uma ajuda e trabalha... eu tinha 18 anos. Isso acabou em 1999 ou 2000. Não existe mais agregado na Marinha".

... geralmente se dividem entre instrutores e professores, os instrutores são militares e os professores são funcionários civis. A nossa convivência, na verdade, é bem restrita porque existe uma disciplina, a hierarquia também é observada com relação aos professores e instrutores; então todo o respeito é exigido com os professores, é muito diferente de uma escola normal, onde muitos alunos não respeitam os professores... tínhamos professores mulheres.

Nereu atualmente é Oficial do Quadro Técnico, mas ingressou na Marinha em 1983, como Praça, também por uma das escolas de aprendizes-marinheiros. Este militar justifica a exclusividade masculina nessas escolas alegando que preparam pessoal para a guerra:

É preciso entender o seguinte: a Marinha tem a parte operativa, que engloba os navios de guerra, as aeronaves e os fuzileiros navais, que na prática, é o contingente que iria à guerra em caso de necessidade. Esta parte da Marinha não está aberta às mulheres. As mulheres estão mais na área de apoio, administrativa, médica, logística, material

Como se pôde perceber, há diferenças de perspectivas entre os dois sexos quanto ao período de seleção e formação militar inicial, porque baseadas em vivências diferentes. Entre os homens, sobretudo os praças mais velhos, uma das vias de ingresso eram as escolas de aprendizes-marinheiros. Recrutados muito jovens, esses militares ficaram internos durante um ano, estudando, longe das famílias e, após esse período, seu destino foi embarcar como marinheiros nos navios, em missões de duração variada. A experiência coletiva nos cursos de formação e o trabalho confinado nos navios neles inculcou valores e concepções da Marinha, desde tenra idade, que lhe trarão uma perspectiva necessariamente diversa daquela dos que ingressam por concursos, sejam homens ou mulheres, praças ou oficiais. Nesse caso, os militares foram criados como civis e fizeram sua formação profissional fora da Marinha; passaram pelos cursos de formação de oficiais para aprender a ser militar, já adultos. Quanto às mulheres, sua via de entrada foi a dos concursos, também no caso das praças.

Mulheres jovens, mais escolarizadas que os praças mais velhos e, além disso, suas superiores hierárquicas: essa combinação de fatores será, como examinaremos adiante, causadora de um dos focos de tensão e conflitos entre os sexos na Marinha.

A INTEGRAÇÃO NA CARREIRA MILITAR: FACILIDADES E DIFICULDADES

Após o período de seleção e formação inicial, os(as) aspirantes a militares assumem suas funções e seus trabalhos na corporação. Como se

deu essa adaptação à vida militar? Pode-se dizer que existiram ou existem especificidades segundo o sexo do militar?

Justino (25 anos) enfatiza as dificuldades de adaptação na cidade do Rio de Janeiro e com isso ele quer dizer o seguinte: teve que procurar uma casa para alugar junto com os amigos e passou a cuidar dos afazeres domésticos, os quais eram da alçada das mulheres, na casa da sua família. Dalmo (34 anos, turma de 1991) por sua vez lembra das dificuldades enfrentadas na sua primeira viagem de navio, embora ressalte o clima de amizade entre os embarcados:

os três primeiros dias passei na enfermaria, passei mal. Era um navio tanque e a função era transferir óleo para as esquadras. A gente rodava entre os navios... O navio passava um dia para chegar em Santos e a gente levava sete, só para abastecer a esquadra. ... Eu comia, vomitava, comia... Depois me acostumei, com um mês eu já estava adaptado... Foi um período muito bom de amizade... o pessoal de embarcação é mais unido que o de terra.

Este militar trabalha na área da saúde e, em diferentes momentos da sua trajetória, teve superiores médicas, civis e militares e o fato de se reportar a mulheres em posição hierárquica superior, ao menos no nível do discurso, parece não ter lhe causado problemas.

Do ponto de vista de Antonio, que entrou na Marinha muito jovem, as maiores dificuldades foram “muita saudade da família porque v. sai praticamente um garoto, 17 anos, entrando no militarismo, é um baque violento. A dificuldade foi me adaptar no início”. A nosso pedido, ele define o que entende por “militarismo”:

A questão de acordar às 5hs da manhã para fazer natação, ter que dormir no máximo às 22hs, v. não pode assistir televisão depois disso, tem estudo obrigatório à noite, formatura, essas coisas. Horário para almoçar, sempre correndo e formado, nada de “Ah, vou entrar no refeitório”, não, todo mundo formado, aí entra primeiro um e se o seu pelotão for o último, v. almoça 12:30hs e depois, às 13hs, na sala de aula. Então essas foram as dificuldades que eu tive e no curso de formação isso é mais puxado...

Na opinião de Antonio, as mulheres têm mais facilidades que os homens pois,

tem muito comandante que as acolhem por serem do sexo feminino... as protegem. Algumas estão sempre fazendo cursos... não viajam... porque a Marinha para mim é navio, viagem, a função da Marinha é essa, combater, navegar, flutuar. Algumas viajam, geralmente médicas e dentistas na região norte, nos navios-hospitais. Elas são mais difíceis de serem punidas, até porque os homens as protegem.

Otávio, 42 anos de idade e 24 de casa, discorda: a seus olhos, as mulheres não são protegidas, mas ele acredita que o cavalheirismo faz parte da relação homem-mulher e isso não significa privilégio. Ou seja, não se tratam os homens de forma igual às mulheres, é preciso “maleabilidade para trabalhar com elas”. Isso implica em distribuir serviços mais burocráticos para as mulheres e os mais braçais para os homens, porque, nas palavras de Otávio ninguém pede para uma mulher “carregar 200 quilos!”. O próprio oficial, ao distribuir os trabalhos, atribui os mais leves às mulheres e, mesmo se quisesse fazer o contrário, não seria de estranhar se os marinheiros se oferecessem para fazer as tarefas mais pesadas no lugar delas. O modo de tratamento entre homem e mulher (cortesia, cavalheirismo) parece, assim, colidir, em algumas situações, com as regras hierárquicas, questão que voltará a ser discutida mais adiante.

Segundo Cristiano, 26 anos de Marinha, integrante do Corpo Auxiliar de Praças, não existiram muitas facilidades na sua trajetória, que foi de “muito estudo”, procurando galgar postos internos porque “se v. perder (a chance), vem outra pessoa... aquele mais moderno vai na sua frente e v. fica para trás”. Este militar discorda de Antonio quanto a uma possível facilidade das mulheres, quando comparadas aos homens. Na opinião de Cristiano, “existe igualdade”, homens e mulheres podem fazer o mesmo curso interno, obedecem aos mesmos interstícios de tempo para promoção, mas os homens viajam e esse é um diferencial importante em relação às mulheres. Mesmo que ele não tenha explicitado, o fato de viajar parece desfavorecer os homens que desejam continuar estudando, sobretudo os mais velhos que entraram sem o 2º Grau completo e pela via das escolas de aprendizes-marinheiros. Cristiano reconhece, aparentemente sem ressentimentos, que as mulheres são mais escolarizadas, chegaram para ficar e informam os mais antigos “sobre a vida lá fora”:

o mesmo curso que ela pode fazer eu posso... ela chegou para ficar... a mulher é cabeça nova na Marinha. Através dela v. sabe qual a faculdade dá desconto, qual é boa, porque v. não tem como saber, v. entra com 17 anos na Marinha, hoje tem 44 e viveu a Marinha no sangue, no dia-a-dia. V. entra às 7hs e sai às 17hs. V. entra num navio e não sabe se vai voltar para casa... Navio suspende assim, de uma hora para outra, “ Vamos fazer um apoio, vamos fazer um adestramento”, v. passa dez, quinze dias em alto mar.. o navio suspende, v. tem que suspender com ele, não tem nada de ficar no chão... Depois, quando v. chegar, v. resolve seu problema. Primeiro é a Marinha. V. está estudando, perdeu aulas, depois repõe. Se desse facilidade v. não viajava. Mas v. vai viajar. É essa situação.

O depoimento de Nereu corrobora a dificuldade encontrada por Cristiano para prosseguir seus estudos. Na ocasião, esse militar era Praça e, depois do curso de formação, viajou por um ano e meio em

navios. Terminou o 2º. Grau no centro de estudos supletivos da Marinha, voltado para o pessoal que está em navio; lá as matérias são realizadas de acordo com o ritmo do aluno, que estuda por conta própria, seguindo orientações e com material da escola. Entrou na faculdade e embarcou novamente, faltava muito e os professores não entendiam sua condição. Estudava no navio com cópias dos cadernos dos colegas e, mesmo passando nos exames, o diretor queria reprová-lo por faltas, chegando a sugerir que ele deveria escolher entre a vida militar e as Ciências da Computação. Apesar de tudo, conseguiu concluir a faculdade, o que lhe propiciou prestar o concurso para oficial, com êxito. Nereu conta que sua trajetória não é comum, pois dos 300 marinheiros da sua turma, só ele chegou ao oficialato. Na sua avaliação, há mais facilidades que dificuldades na Marinha, que exige dos seus militares capacitação e estudo contínuos. Mas, comparativamente às mulheres, que não embarcam, acha que os homens enfrentam desvantagens quanto à possibilidade de prosseguimento dos estudos. Quanto ao plano de carreira, na sua opinião, é igual para os dois sexos.

Mas, acrescenta-se, se as Praças do sexo feminino não embarcam e podem, em tese, se dedicar aos estudos sem interrupção e se a Marinha valoriza os cursos feitos pelo militar na escala de promoção, parece-nos existir uma desigualdade de gênero, no caso, prejudicial ao sexo masculino. Mas, é a própria Marinha que interdita o embarque regular de mulheres nos navios, queixa - direta ou velada - de alguns Praças entrevistados. Tensão que só poderá ser superada, a nosso ver, pela possibilidade das mulheres integrarem as tripulações dos navios, de forma regular, aliada a outras medidas, como a abertura do Colégio e da Escola Navais, bem como das carreiras dos Corpos da Armada e dos Fuzileiros Navais, como já ocorreu em outras partes do mundo.

Júlio, 43 anos de idade e 29 de Marinha, do Corpo de Oficiais Engenheiros Navais, fez o 2º. Grau na Marinha, após cursar o 1º. Grau no colégio militar do Exército. Tinha 14 anos quando entrou no Colégio Naval e, em seguida, na Escola Naval. Seguiram-se dois anos viajando em navios, pelo Brasil e pelo exterior, para depois ingressar no curso de engenharia naval na USP²⁹. Na sua longa trajetória, identifica “*desafios tecnológicos*”, em vez de dificuldades, os quais podem ser ultrapassados por qualquer profissional, independente do seu sexo; ele não identifica episódios em que tenha havido tratamento diferencial de uma militar, pelo fato de ela ser mulher. Fábio, também engenheiro naval, 10 anos de Marinha, acredita na igualdade de oportunidades para os dois sexos, propiciada pela própria hierarquia militar:

A hierarquia militar é muito regrada e bem estabelecida. Se a pessoa cumprir determinados passos, ela vai subir exatamente do mesmo jeito que as outras que cumpriram os mesmos passos. São determinados cursos... determinadas provas que a pessoa tem que fazer. É muito igualitário o sis-

29. O curso de engenharia naval da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo-USP foi criado por meio de um convênio firmado entre a Marinha e a USP, há 50 anos. O CCEMSP-Centro de Coordenação de Estudos da Marinha em São Paulo gerenciava os alunos que freqüentavam a escola Politécnica. Até 1998, todos os futuros engenheiros da Marinha passavam por esse centro para se formar, antes de ingressar no Corpo de Engenheiros. Os alunos, todos do sexo masculino, chegavam pela única via possível, a Escola Naval e entravam no 3º. ano dos cursos de engenharia. Após 1998, o CCEMSP é via de ingresso apenas para os candidatos que queiram cursar Engenharia Naval. Todas as demais especialidades são recrutadas via concurso público.

tema, ele foi feito para tratar gente diferente, então eu enxergo que hierarquicamente a subida da mulher e dos homens é igual. Se ela for melhor tecnicamente, como a Cristina, vai ser a primeira da turma, se for um pouco pior vai ficar no meio da turma, como é o meu caso. A primeira da turma tem algumas vantagens, ela vai ser promovida ante de mim, ou talvez junto... de repente se em algum lugar existem poucas vagas, ela vai primeiro porque ela está na minha frente na fila, só isso. Então Cristina, a primeira engenheira que obteve o primeiro lugar no curso de formação, ela vai galgar lugares melhores e mais rapidamente. Mas a promoção dela está praticamente ligada à minha, o tempo todo, dificilmente ela vai descolar muito, talvez adiante seis meses.

Todos esses entrevistados se declararam satisfeitos com a escolha da carreira militar na Marinha, apesar das dificuldades encontradas; os Praças valorizam especialmente a estabilidade e o salário recebido, tendo consciência de que, fora da corporação, para receberem o mesmo valor, deveriam ter cursado uma faculdade e ter jornadas de trabalho mais longas. Se tivessem que começar de novo, todos repetiriam a mesma escolha.

As vozes femininas entrevistadas trazem um outro olhar sobre dificuldades ou facilidades encontradas nas suas carreiras. Dagmar, do Corpo de Saúde, coloca, de outro ângulo, uma ambigüidade apontada pela maioria dos(as) militares entrevistados(as) quanto à posição das mulheres na corporação: a igualdade entre os sexos significa que homens e mulheres devem fazer os mesmos trabalhos, sem distinção, ou aquela igualdade quer dizer levar em conta as especificidades do gênero feminino, em particular as relativas à maternidade e à sua proteção?

Dagmar se refere à manutenção das exigências do trabalho como médica em UTI hospitalar até o final da sua gravidez. Segundo seu relato, foi-lhe exigido dar plantão até o dia antes de sua filha nascer, o que considera levar a máxima “direitos e deveres iguais”, ao extremo:

a mulher que está grávida não está doente...mas ela não está no seu estado normal... eu era exigida em coisas que não conseguia mais fazer por conta da barriga, de funcionalidade e quando fui solicitar ao diretor do hospital para me liberar da escala, pelo menos noturna... sim, eram 24hs e trabalhava no dia seguinte normal, trabalhava às vezes, 36 horas... a resposta foi “V. entrou na Marinha, agora v. agüenta”...na segunda filha não foi diferente, só que eu já sabia como as coisas eram e v. acaba enfrentando....Ai são 120 dias de licença maternidade, v. não vê a benevolência das próprias mulheres que foram da primeira turma e sofreram...na primeira turma era assim, se ficasse grávida era maltratada. Hoje não existe

mais isso... mas também não existe colocar v. numa função um pouco mais “light”.

Lina, do Corpo Auxiliar de Praças, que ingressou na 4ª. turma feminina e Isolina, oficial do Quadro Técnico, da turma de 1985, relatam o impacto que causou a incorporação das mulheres em alguns militares que não aceitavam a necessidade de as militares mães se ausentarem, seja para dar à luz, seja para cuidar dos filhos doentes ou pegá-los na creche. Como uma das pioneiras, Lina se recorda da falta de compreensão de alguns chefes, frente à necessidade de se ausentar para cuidar dos três filhos, e de ter ouvido muitas vezes, “V. entrou porque quis. Então se não está satisfeita, pede baixa”.

Isolina, por sua vez, acredita ter sido discriminada porque tinha que sair das reuniões para buscar as crianças na creche, e diz ter escutado coisas do tipo: “ela não serve para assumir a função porque ela não gosta de ficar depois do horário, ela sai na hora”. Esta e outras oficiais se referem ao fato de que, ao lado do critério objetivo tempo de serviço, a partir de certo patamar hierárquico (Capitão de Corveta), conta muito nas avaliações para promoção, o critério subjetivo do “merecimento”. Por aí, portanto, parece ser possível escapar do esquema de promoções tão racionalmente montado.

Todas as entrevistadas que são mães se referiram às dificuldades que tiveram para conciliar a carreira militar com as necessidades de atender as crianças, desde a amamentação, passando pelos horários de creches e episódios de doença. Relembre-se que o estatuto dos militares não contempla períodos de redução de jornada de trabalho para amamentação, o que conduz à prática, comum entre as militares, de retirar o leite de noite e deixá-lo na geladeira para as mamadeiras do dia seguinte. Além disso, tanto quanto se pôde apurar, a Marinha dispõe de apenas algumas creches para os filhos das militares e, normalmente, para elas sobram duas opções: deixar as crianças em creches e escolinhas pagas ou contar com o suporte da família e do marido. Nas palavras de várias entrevistadas, a narrativa das situações vividas, as tensões e as estratégias postas em prática:

meus pais sempre me ajudaram... (quando ela embarcava para uma viagem mais longa), eu sempre tive o cuidado.. eu telefonava, escrevia para ela..... Eu mandava cartões postais dos lugares.....desde pequenininha eu acostumei levá-la para a Esquadra... na ilha onde ficam os navios, então ela sempre gostou daquilo, sempre visitou (Cláudia, Corpo de Engenheiros)

não abro mão de sair às 16:30horas porque as crianças saem às 17 hs e é o tempo de eu sair correndo para buscá-los na escola... quando tenho que ficar até um pouco mais tarde,

peço ajuda ao marido... ele sai um pouco mais cedo e pega as crianças (Isolina, Quadro Técnico)

... se estou com uma filha doente, é uma desorganização, porque já fico angustiada... tenho que pedir uma licença aqui ... porque meu marido não pode . Eu tenho uma vantagem, eu não durmo fora de casa (plantões) e faço questão de levar e buscar todos os dias as minhas filhas nas escola” (Dagmar, Corpo de Saúde)

“ eu tinha que ajustar a minha escala de serviço com a do meu marido (militar), porque o dia em que eu estava de serviço...ficava para meu marido levar e buscar da creche... a gente dava o nosso jeito... eu tive muita dificuldade porque foram três filhos...dois , um pertinho do outro... meu marido me ajudou muito... se tinha que passar roupa, era um ferro para mim outro para ele, ficávamos até a madrugada passando roupa, fazendo comida... ficava difícil ter empregada” (Lina, Corpo Auxiliar de Praças)

Isolda, uma jovem militar do Corpo Auxiliar de Praças, não quer ter filhos tão cedo, preferindo postergar a maternidade em favor da carreira, como também acontece com outras profissionais, no mundo civil:

vejo a loucura que as mulheres que trabalham aqui passam... não tem horário, às vezes v. está de serviço e o seu filho em casa... Às vezes v. sai cansada porque ficou a noite toda acordada e trabalhou no dia seguinte... chega em casa... e tem outra rotina pela frente. Então, é um pouco complicado eu ainda não consegui entrar num acordo com as duas coisas

Se é complicado conciliar sobretudo os plantões noturnos, ou “serviços” , com a maternidade, longas viagens em navios, por vários meses longe dos filhos, é um desafio maior. Como não aceitar tal desafio se essa viagem tem o caráter de prêmio pelo desempenho, é para poucos e tem grande importância na carreira de um oficial? Esse era o drama que vivia Dagmar, médica que foi convidada para participar da “viagem de ouro” (viagem de instrução dos formandos na Escola Naval, em navio, ao redor do mundo, que dura cerca de seis meses) e tem duas filhas ainda bebês. Na época da pesquisa, a entrevistada ainda estava sob o impacto da notícia e as negociações começaram no nível do casal, pois, em primeiro lugar, essa viagem sempre esteve no horizonte profissional dele e, não, no dela. Depois, trata-se de passar vários meses dentro de um navio com 250 homens e, no máximo, dois ou três mulheres, o que também provocou reação do marido. O prosseguimento das conversas, porém levou-os ao

problema principal: o que fazer com as filhas? Apesar de ainda não ter resposta para essa pergunta, acredita que “tudo se resolve”, que “se estiver plena na parte profissional eu também vou conseguir ser boa mãe”.

Carmem e Lina, respectivamente, oficial do Quadro Técnico e Praça do Corpo Auxiliar de Praças, acreditam que em algumas situações as mulheres devem ter tratamento diferenciado e que isso não configura nenhum privilégio. Para Carmem, o tratamento aplicado a homens e mulheres, de forma indiferenciada, a faz se sentir “sendo cobrada a entrar numa forma que foi formatada para homens”. Por isso, acredita que as queixas de alguns militares do sexo masculino de que as militares seriam protegidas, não procedem, pois “a gente dá serviço com eles, faz tudo com eles... eles acham que algum erro é mais tolerado quando acontece com uma mulher. Não é minha opinião”.

Lina argumenta a favor da dispensa das militares grávidas das escalas de “serviço” porque:

uma gestante, não tem cabimento ela concorrer a uma escala de serviço com arma na cintura, 24 horas no ar. Nessas 24 horas, pode acontecer muita coisa, levar um susto, haver uma invasão, eu acho que isso não é serviço adequado a uma gestante....muito tempo de pé, não dorme e a gente, gestante, é uma situação especial..(a militar) tirou os quatro meses de licença, já vai voltar para a escala de serviço

No dizer de Isolda, jovem praça de 25 anos, há apenas quatro na Marinha, mesmo desempenhando todas as funções, como os homens, eles acham que o comando as protege:

mesmo que a gente faça as mesmas coisas que eles, sempre parece que a gente está fazendo menos.... qualquer homem, ele vai dizer que a mulher é beneficiada, que a mulher tem um serviço mais tranqüilo, que a mulher é “acochada”, como eles falam aqui. E na verdade não é. Eu dou serviço igual a eles... eu trabalho igual a eles, mas mesmo assim eles dizem “Ah, é mulher. Todo mundo vai aliviar ela”... Na verdade nós temos um tratamento igual militarmente, os direitos e deveres são os mesmos... Nunca tive problemas, só às vezes alguma gracinha “Ah, v. está sendo acochada, não está fazendo”, quando na realidade v. acaba fazendo a mesma coisa.

Vários relatos, de homens e de mulheres, indicaram, contudo, a persistência de uma ambigüidade no tratamento dos “mais antigos” em relação às “mais modernas”: é comum o homem hierarquicamente superior oferecer seu lugar, ou deixar passar na sua frente, a mulher hierarquicamente inferior.

Cavalheirismo? Gentileza? Galanteria masculina? Ou tratamento privilegiado para as mulheres?

Seja como for, esse comportamento causa certo desconforto tanto nos militares como nas militares, resultado das contradições que emergem do confronto entre duas lógicas que orientam os relacionamentos entre os sexos, a civil e a militar. E não é privilégio do Brasil, pois estudo sobre a polícia francesa relata a existência da mesma tensão (Pruvost, 2007).

Laís, com 39 anos de idade e dezesseis de Marinha, por sua vez, não lembra de nenhum episódio em que tenha sido discriminada ou favorecida na sua trajetória, pelo fato de ser mulher:

não tem como, não existe concorrência, é por tempo de serviço.... v, pode até namorar o seu chefe, mas para ele te botar num lugar, tem que pedir permissão para outro, ninguém está fora da cadeia de comando....Na minha carreira houve “zero problemas”... eu trabalhei em ambiente altamente masculinizado e quando cheguei lá... era a primeira mulher... o pessoal me aceitou como irmã, o próprio comandante falou que eu era a “mascote” ...nunca ninguém tentou nada.

Adelaide, há 21 anos na Marinha, embora ache que as minorias sempre enfrentem dificuldades, ressalta a competência profissional como chave para que as “portas vão se abrindo”, postura costumeira de mulheres que trabalham ou estudam em ambientes majoritariamente masculinos. Wanda, 23 anos de Marinha, do Corpo de Engenheiros enfatiza que, para ela, “foi tudo normal”:

... tive chefes duros e não é porque sou mulher, era com todo mundo, é que mulher é assim, mais sensível... tive sempre pessoas que tinham orgulho de estarem trabalhando comigo e isso é importante... eu acho que eu trabalhava, corria atrás, tentava... às vezes o pessoal reclama porque sou muito exigente, mas isso eu sei que sou, eu sou “rosca fina” como o pessoal fala, eu exijo demais, o mesmo tanto que eu exijo de mim .. Então, às vezes é isso que torna as coisas mais difíceis .. mas esse é meu jeito, não é porque estou com a farda, eu sempre fui mandona

Dessa forma, se Adelaide, Laís e Wanda não identificaram problemas no relacionamento com os homens, superiores ou subordinados, elas não deixaram de tomar algumas precauções. Para elas, como para as demais militares entrevistadas, a pior coisa seria ouvir alguém dizer “Você só conseguiu porque é mulher”. Esse estigma parece ser o mais assustador para as mulheres que trabalham em ambientes masculinos, o qual se deve evitar a qualquer custo, para não “pôr tudo a perder”, como se expressaram militares entrevistadas na França (Forgeau, 2005). Aliás, em ambientes de trabalho majoritariamente masculinos, nota-se um esforço da maioria das mulheres em se colocar “adequadamente”, isto é, se dis-

tanciar da imagem da fêmea sedutora e perigosa sem, contudo, abrir mão da feminilidade. Assim, se existem regras explícitas quanto ao uso dos uniformes, de adornos, de cortes de cabelo e maquiagem, as militares entrevistadas se apropriaram desses limites e, no espaço da permissão, exibem sua feminilidade e vaidade. Wanda se refere a um comandante de navio que teria lhe dito “*ainda não me acostumei com um tenente usando batom*”, episódio ocorrido há 23 anos, quando ela entrou na corporação, em 1983. O comentário não interrompeu o hábito de usar batom, embora, como as demais mulheres, Wanda procurasse o ponto ótimo entre a regra e a sua expressão pessoal e profissional. Nas suas palavras, algumas nuances da adaptação entre o masculino e o feminino no ambiente militar, num exercício de sedução consentida:

não deixei de usar... eu procurava... nunca usei saia curta, a gente tem que entender “eu não estou aqui para ser a bonitinha”, esse tipo de coisa, porque senão... a gente está aqui para trabalhar e eu tenho que entender que o ambiente é esse. Se lá fora eu quero usar um vestido decotado, uma roupa curta é outra coisa, aqui dentro não...então isso talvez tenha evitado de alguém... achar que eu estava para fazer gracinha, “ Ah, é mulher, não sei lá o que “... eu sempre procurei ser igual, é lógico que se eu não conseguisse fazer uma educação física ou tinha uma dificuldade, eu ia e falava... Existe a atração, a gente não vai negar, não corre sangue de barata, mas as pessoas têm que saber lidar

Deisi (27 anos), Beatriz (trinta anos), Anete (49), Lina (43) e Dagmar (33) se referem a algumas dificuldades no convívio com seus subordinados, a maioria homens, praças e mais velhos. As duas primeiras, mais jovens, estão vivendo as dificuldades no presente e, as três últimas, as viveram no passado, pois conseguiram resolver essa tensão, ganhando o respeito e a confiança dos “*sargentos*”:

como é que eu vou dar ordem para um cara que está há tanto tempo na Marinha, sendo que eu estou aqui faz nove meses?... eu me sinto muito desconfortável em ter que ficar dando ordens para esses militares (Deisi, Corpo de Saúde, turma de 2005)

.. foi muito complicado... Aconteceu de alguns terem dificuldade de aceitação por passarem por uma chefe mulher, porque antes era um homem... sobretudo os mais antigos (Beatriz, Quadro Complementar da Intendência, turma de 2003)

O quê? Essas garotinhas chegaram aqui e querem dizer para gente como fazer, eu tenho trinta anos de Marinha! Mas

foram uns dois, três meses para quebrar a resistência. Aos poucos, conversando, dialogando, impondo a sua presença com firmeza, mas com elegância também, sem grosseria, sem autoritarismos, nós conseguimos fazer eles nos adorarem, “As moças são diferentes, nossas tenentes, são as primeiras mulheres na Marinha! (Anete, Quadro Técnico, turma de 1981).

minha dificuldade maior... de primeiro momento, foi... eu ganhar a confiança de gente que tem mais de 20 anos de Marinha, que tem muito conhecimento de... coisas pequenas e grandes (Dagmar, Corpo de Saúde, turma de 2001)

Mas é v. chegar e mandar alguém do sexo masculino fazer alguma coisa, eles têm dificuldade de acatar... (eles) têm uma conduta com um homem e outra com uma mulher... muitas vezes, eles olham você como mulher, não olham v. como superior... então, a gente tem essa dificuldade, até algum tipo de assédio, realmente existe isso também (Lina, Corpo Auxiliar de Praças, turma de 1984)

Beatriz acredita que os desafios de gerenciar a fazem crescer pessoal e profissionalmente, mas também contribuem para certa renovação no estilo militar de chefiar, mais sensível, sem necessidade de recorrer “ao berro, ao grito, ao palavrão, que num ambiente de navio é comum...”; acredita que é possível repreender apenas mudando o tom de voz. Essa militar avalia que, para os subordinados, a chefia feminina também leva a transformações no comportamento habitual, de “brincadeiras, de falar besteiras”, uma certa contenção no linguajar. Os mesmos cuidados ela constata no comportamento dos superiores em relação às militares subordinadas, o que tende a ser interpretado como proteção,-corretamente ou não, pelos colegas do sexo masculino.

AS MULHERES NA MARINHA: POSIÇÕES ALCANÇADAS, CONTRIBUIÇÕES, INTERDIÇÕES

De uma forma geral, a opinião dos militares de ambos os sexos sobre o ingresso das mulheres na Marinha tende a ser positiva, havendo um reconhecimento da sua contribuição como profissionais no trabalho cotidiano, bem como a sensação de que “elas humanizaram a Marinha”, trouxeram certa “civilidade” aos ambientes militares masculinos, o que inclui um linguajar menos duro e comportamentos menos autoritários quando há mulheres presentes. O praça Cristiano, por exemplo, que teve e tem entre suas funções “ensinar o serviço” para os(as) mais modernos(as), considera que,

a adaptação da mulher foi muito proveitosa para a Marinha e está sendo até hoje. Elas pegaram rápido o trabalho.....

Na área da saúde, da administração, na área do rancho que é a alimentação.... Não tinha problemas para ensinar o trabalho para elas porque quando elas chegavam ela tinha que assumir aquela função e a gente ia passando... a Marinha está puxando muito delas porque precisa entrar na tecnologia... elas trazem de fora porque a gente aqui não tem como fazer tantos cursos assim, então a mão-de-obra delas é sempre bem vinda nesse aspecto de computadores, informática em geral. Relacionamento 100%.

Esse militar faz parte do grupo que enxerga que os homens foram beneficiados pela entrada das mulheres, porque na escala de promoção, “os mais antigos têm que ir primeiro que elas... então, um ano, dois anos, o cara já ia sendo promovido, porque elas entraram”. Para Júlio, do Corpo de Engenheiros Navais, “a presença das mulheres contribuiu positivamente, para um aumento da diversidade de pensamento”, na sua área.

Segundo Cristiano, as mulheres assumiram quase todas as funções dos homens, o que, no cômputo geral, teria sido positivo. Fábio e Nereu, oficiais, respectivamente do Corpo de Engenheiros e do Quadro Técnico e os Praças Otávio e Justino, acreditam ainda que, após 25 anos, as mudanças são favoráveis às próprias mulheres, pois elas estão chegando no topo da carreira, “se desenvolvendo”, “se adaptando ao trabalho”, assumindo mais responsabilidades, “há uma mudança no comportamento da própria mulher, ela vai se adaptando à seqüência da hierarquia, coisa que não existia antes”. Lina, integrante do Corpo Auxiliar de Praças há 22 anos, também tem uma visão positiva da contribuição das mulheres para a Marinha. Na sua opinião, “melhorou muito o serviço nas Forças Armadas” pois a mulher seria mais detalhista e dedicada, consegue desempenhar várias funções ao mesmo tempo, embora alguns comandantes não tivessem essa visão, no início da incorporação das mulheres na corporação.

As entrevistas realizadas sugeriram, no outro extremo, a existência de algumas vertentes de pensamento, entre os militares do sexo masculino, que colocam restrições à integração mais completa das mulheres na Marinha. Uma delas se refere à não incorporação das mulheres, em caráter regular, nas tripulações dos navios e os argumentos utilizados para justificar essa posição vão, desde a clássica falta de infra-estrutura para recebê-las, até a afirmação de que haveria uma inadequação inerente ao sexo feminino que interferiria, negativamente, na sua adaptação em ambientes confinados e isolados.

Fábio, engenheiro naval, segue a primeira linha de argumentação, a ausência de infra-estrutura nos navios:

V. já chegou a embarcar num navio, ver como é? V. tem uma adaptação de instalações para embarcar mulheres, teriam que ser instalações separadas. Então, v. imagina a

dor de cabeça que isso gera, v. ter que reformar um navio inteiro em função do embarque de mulheres. Em outras marinhas existem mulheres embarcadas, mas o navio já é adaptado para isso. Ele tem que ser comprado e adaptado para essa situação.

Bento, oficial do Corpo Auxiliar, desenvolve a segunda linha de argumentação. Para ele, a principal razão de as mulheres não embaçarem estaria nas próprias mulheres, que não se adaptam a longos períodos de confinamento, conforme depreendeu de experiência vivida com duas militares, uma casada com filhos e outra solteira, numa viagem:

Períodos longos, assim, a mulher não se adapta. Eu posso dizer que os meus maiores problemas durante a viagem, depressão, distância da família, do namorado, tudo isso foi problema dentro do navio, provocado pela presença das meninas que eram ótimas profissionais, porém foram pegas na questão física e emocional, dentro de um ambiente de confinamento.... Afetava também a tripulação porque iam gerando atritos, descompensações, principalmente porque a questão afetiva acabava sendo difícil. ... Não é ambiente próprio para mulheres, não é adequado porque daí começa uma série de privilégios que não existem em outras marinhas.... nós ainda temos aquela preocupação do vasinho de porcelana....ao contrário dos homens, que sabem que têm que fazer de tudo, não tem essa de chorar porque é frágil, está emocionado. Nós não somos tão preparados como outras marinhas em que o trato (para as mulheres) é de igualdade de alojamento, locais, os camarotes são para todos. Elas almejam os postos mas a igualdade no dia-a-dia, não. Nós éramos seis homens dividindo um camarote e noutro onde caberiam seis homens tinha duas mulheres, estranho, não é?

Bento complementa que os homens também sentiam saudades da família, mas de “uma maneira mais racional... eu não encontrava ninguém chorando pelos cantos porque fazia um mês que não falava com a esposa”. Cláudia, do Corpo de Engenheiros, participou de atividades com a Armada e embarcou em diversas missões, a mais longa, de dois meses. Dá sua versão sobre a vida nos navios e informa sobre uma clivagem entre os próprios homens, os egressos da Escola Naval, que “adoram” o mar e os outros:

Bom, os navios balançam, algumas pessoas se sentem mal. Tem a questão do confinamento, as pessoas às vezes não gostam. O camarote nem sempre é espaçoso, então v. não está no seu quarto, não é o banheiro de sua casa, é tudo diferente. V. tem que lembrar que está num navio de

guerra, nem sempre é o ambiente mais bonito, são coisas velhas. Mas são duas coisas que pegam mais, a questão do enjoô do balançar do navio e as saudades, é difícil ficar fora, ficar longe. Às vezes tem travessia de 6, 7 dias que v. não vai falar, v. não pode usar celular a bordo, só quem usa é o comandante.... Na verdade a gente (as mulheres) embarca para fazer algumas viagens, a gente não serve nos navios... mas a maioria das mulheres não gosta. Os homens que se formam pela Escola Naval, que são da Armada, adoram. Esses que estão entrando agora eu não sei se gostam tanto dessa área operativa....

Um outro subgrupo de opiniões apontam na direção da existência de discriminação positiva em relação às mulheres, ou, expresso de outra forma, um cenário desfavorável à maioria masculina. Justino traz informações sobre a integração das mulheres na carreira de Praças, e revela procedimentos que discriminariam positivamente as mulheres, ao mesmo tempo em que penalizariam os homens. Os marinheiros do Corpo de Praças da Armada (CPA) entram por um concurso e as mulheres ingressam por outro, para o Corpo Auxiliar de Praças (CAP). Ao fim do curso de formação, elas adquirem a patente de Cabo, enquanto que eles passam por uma etapa anterior, a de soldado (marinheiro). Segundo esse militar,

elas escapam da etapa de treinamento mais intenso.. a parte em que é mais exigida a subordinação. No navio, p.ex., a gente passa por várias situações que eu acredito que uma mulher marinheiro não suportaria psicologicamente... o curso de formação delas é menor, como elas já têm uma profissão... elas passam de 5 a 6 meses... só para receber a formação militar... a gente que já entrou cinco anos antes ... a gente sente um tratamento diferenciado para eles (hoje também há homens que entram pelo concurso para CAP)... na verdade eles estão acabando de entrar na Marinha e a gente que é mais antigo, é superior dentro da graduação porque foi incorporado antes...há um tratamento diferenciado pelo fato de ter mulheres no meio deles. A gente notou muito o fato do nosso contingente estar todo formado no sol do meio-dia no Rio (esperando para entrar no refeitório para almoço) e chegar um pelotão com mulheres e todas ficarem na sombra e entrarem (no refeitório) na frente... o “serviço”³⁰ que elas dão também (é diferente)... a gente, no curso de formação, é um local perigoso, perto de favela, o serviço da gente era com capacete de combate, colete, fuzil que pesa perto de 4 quilos, dois carregadores com munição... e a gente dava duas horas de serviço e descansava 4 e as mulheres não participa-

30. “Dar serviço” é a expressão usada para os plantões dos militares, em atividades de segurança das instalações das OMs, em geral à noite e armados. Há escalas para os “serviços”, dependendo da carreira e da patente do militar, com revezamentos entre plantões e descanso, o qual significa trabalho normal, sem plantão noturno. “Dois por um”, significa, p.ex., ter plantão noturno na 2ª e continuar a trabalhar na 3ª. O expediente é normal e na 4ª. E volta a dar plantão noturno na 5ª, na continuação do expediente diurno. Há também a versão “três por um”. As mulheres “dão serviço” armadas a partir de 1995.

vam dessa escala, tinham escala diferenciada.... elas estavam mais descansadas para estudar.

Lina afirma, ao contrário, que a cobrança é sempre maior para as mulheres, e que existiria uma vigilância masculina sobre as atividades delas:

os homens, ficam muito preocupados em saber se v. vai entrar na escala de serviço, põem nosso nome para escalar a gente para tudo.... eles abrem, inventam escalas para pôr a gente.. cobram e vigiam que v. tem que estar...(eles querem) ter o prazer de ver a gente participando daquela rotina. Não tem necessidade disso, a gente faz com satisfação. Eu acho que ainda existe um certo machismo, talvez revolta, talvez porque as meninas entram, elas querem logo crescer, fazer outro concurso (interno) e ainda existem quadros de homens que ficaram, então é difícil para eles entenderem...

Para finalizar, pode-se afirmar que a diversidade de posições quanto à presença feminina e ao grau desejável de integração das mulheres na corporação é reflexo positivo de um processo democrático de transformação das Forças Armadas, aqui e no mundo inteiro. A questão da igualdade de direitos e de deveres é pungente e polêmica, pois tangencia o imaginário social das identidades sexuais e sua própria definição, pelo trabalho. A discussão da igualdade entre os sexos na esfera militar contrapõe a guerra e a vida civil, o público e o privado, o profissional e o doméstico e situa-se no campo da cultura. Por isso mesmo, em vários países, se concretizou pela adoção de diferentes graus de abertura à participação feminina, de acordo com especificidades nacionais e regionais.

3.4 AS ENGENHEIRAS NAVAIS

O Corpo de Engenheiros Navais compõe-se de 427 profissionais altamente qualificados, dos quais 378 são homens e 49 (11,5%) são mulheres. Apesar de receberem a denominação genérica de Engenheiros Navais, esses profissionais são especialistas em diversos ramos. Como indica a tabela 9, 21% são engenheiros mecânicos; as especialidades Naval e Elétrica representam, respectivamente, 18% e 16% ; 14% são engenheiros eletrônicos. Assim, quatro especialidades da engenharia congregam quase 70% dos profissionais. A maior representatividade feminina se encontra em elétrica, química, eletrônica e “outras”.

ALGUMAS CARACTERÍSTICAS DO GRUPO ENTREVISTADO

O grupo focal, realizado exclusivamente com engenheiras navais, teve como objetivo proporcionar uma aproximação ao entendimento dessa carreira “no feminino”, dentro dos quadros da Marinha.

Orientado por um roteiro flexível, procurou investigar as razões da escolha da profissão e da vida militar, as interfaces com a vida pessoal

Tabela 9 – Total de efetivos na ativa no Corpo de Oficiais Engenheiros Navais, segundo o sexo e as especialidades da engenharia Brasil, 2004

Especialidades	TOTAIS	Homens	Mulheres	parcela feminina (%)
Química	35	27	8	22,9
Elétrica	68	53	15	22,1
Eletrônica	60	53	7	11,7
Telecomunicações	16	15	1	6,3
Civil	34	32	2	5,9
Sistemas	17	16	1	5,9
Mecânica	91	86	5	5,5
Naval	76	76	0	–
Outras *	30	20	10	33,3
TOTAL	427	378	49	11,5

Fonte: DPMM- Diretoria de Pessoal Militar da Marinha

* Aeronáutica, Armamento, Cartografia, Industrial, Metalúrgica, Arquitetura

e familiar, algumas características do seu trabalho, a imagem (ou o “espírito”) que os engenheiros têm na corporação, a posição das mulheres dentro desse grupo, como elas se percebem e como são percebidas no Corpo dos Engenheiros Navais, como mulheres, engenheiras e militares (vide Roteiro do Grupo Focal, no Anexo 2).

Foi realizado nas dependências do 1º Distrito Naval, na cidade do Rio de Janeiro, em 29/6/2007, com oito engenheiras navais. O grupo era diversificado no que tange ao ano de ingresso na Marinha, e, em decorrência disso, em relação à idade das participantes e às suas patentes-, ao estado civil, e às especialidades da engenharia. Assim, dentre as oito oficiais, cinco eram casadas com filhos de várias idades, uma era viúva com filhos e, as duas mais jovens, solteiras. Estiveram representadas no grupo desde as pioneiras que ingressaram nas primeiras turmas do então CAFRM – Corpo Auxiliar Feminino da Reserva da Marinha/QAFO, Quadro Auxiliar Feminino de Oficiais (1981, 1982 e 1984), passando por engenheiras recrutadas nos concursos de 1990, 1992 e 1997, até às mais jovens, uma sendo oficial concursada em 2000 e a outra, recrutada via Serviço Militar Voluntário, em 2007. De forma coerente, a distribuição das patentes militares entre as integrantes do grupo variou de Guarda-Marinha a Capitão-de Fragata, de acordo com sua antiguidade na Arma.

Em termos de especialidades, três eram engenheiras eletrônicas, uma de telecomunicações, duas elétricas e uma química. Integrou também o grupo, uma arquiteta, que integra o Corpo EN.

Todas as entrevistadas serviam no 1º Distrito Naval e a maioria trabalhava na DSAM – Diretoria de Sistemas de Armas da Marinha –, desenvolvendo diversas atividades ligadas aos radares e sensores dos navios e submarinos, bem como especificações de materiais e testes de equipamentos e armamentos. Uma delas trabalhava na DEN – Diretoria

de Engenharia Naval –, em projetos de navios e, a arquiteta, na DOCM – Diretoria de Obras Civas da Marinha.

Com exceção da mais jovem delas, a Guarda-Marinha, todas as demais exerciam cargos de chefia, em vários níveis da hierarquia, tendo sob sua responsabilidade equipes em sua maioria masculinas, compostas, principalmente, por técnicos e engenheiros, militares e civis.

ENGENHEIROS(AS) NAVAIS: OS EN VISTOS POR SI MESMOS E POR OUTROS CORPOS E QUADROS DA MARINHA

As entrevistadas foram estimuladas a discutir sobre as características que identificam os engenheiros navais dentro da Marinha, como um Corpo, ao mesmo tempo, diferenciado e organicamente integrado aos demais Corpos e Quadros. O estímulo à discussão proveio da leitura de um pequeno texto, baseado em Castro (2004)³¹.

A Engenharia Naval é percebida como um Corpo coeso e cooperativo, marcado por duas características principais: a atividade intelectual e o trabalho intensos. Os engenheiros “ralam e pensam muito”. Seus integrantes são vistos como pessoas inteligentes e dedicadas ao trabalho, traços muito positivos. Foi voz corrente a afirmação de que, já na Escola Naval - o equivalente da Academia Militar das Agulhas Negras na Marinha -, o Corpo dos Engenheiros Navais (EN) é almejado pelos aspirantes, sendo que “somente os mais inteligentes entre eles prestam concurso para EN. Mas poucos conseguem. São poucas vagas e tem que estudar muito”. Porém, o Corpo de Engenheiros Navais da Marinha é heterogêneo no que se refere à origem da formação dos seus membros, e essa origem implica claros diferenciais de prestígio. Conforme opinou uma das entrevistadas, “eu acho que [o EN] é um corpo único, mas com origens distintas; existe a diferenciação homem-mulher e existe a diferenciação em relação à origem de inserção”.

Os mais prestigiados são os engenheiros do sexo masculino que tiveram formação inicial na Escola Naval. A Escola Naval é o lugar de preparação da elite da Marinha e apresenta as características mencionadas por Bourdieu (1989), quando ele fala das grandes escolas que, na França, preparam os quadros que vão servir o Estado. Ainda de acordo com esse autor, as diferentes etapas do processo educativo da Escola Naval - seleção, exames, formação, qualificação de alto nível - cumprem a função de consagração dos alunos, os distinguem, a eles conferindo um *status* diferenciado. Em decorrência disso, os egressos da Escola Naval que optaram pelo Corpo de Engenheiros Navais se distinguem dos demais engenheiros, que, por sua vez, a eles atribuem um valor superior. Como explica Bourdieu (*op.cit.*), a consagração escolar permite reconhecer as fronteiras da elite, tanto aos incluídos, como aos excluídos, neste caso, representado por engenheiros e engenheiras que se formaram em universidades e faculdades não militares. O processo educativo, realizado a partir de um concurso de admissão (e das recorrentes provas de conhe-

31. Trata-se do livro *O Espírito Militar, um antropólogo na caserna*, em que o autor analisa como se dá o ingresso dos candidatos à AMAN - Academia Militar de Agulhas Negras -, estabelecimento de nível superior responsável pela formação básica dos combatentes da ativa do Exército brasileiro. O texto se refere ao “espírito” da Engenharia, conforme percebido pelos seus membros e pelos integrantes da Infantaria, Artilharia e Intendência e aos “ritos de passagem” realizados para a integração dos novatos.

cimento), ajuda no reconhecimento da excelência dos que foram eleitos – tanto os que se submeterem ao concurso quanto os outros. Em outras palavras, atribuem à excelência dos eleitos a força social de uma representação coletiva.

Segundo algumas engenheiras, o ingresso de mulheres na Escola Naval, quando for permitido, será um marco da total aceitação da presença feminina na Marinha. Por enquanto, porém, é um reduto de resistência e de prestígio masculinos. Nas palavras de uma engenheira...

... o receio dos homens de as mulheres entrarem na escola Naval é que, num futuro, poderão assumir o comando de um navio. Isso já é comum em países como os Estados Unidos, em que as mulheres assumem o comando do navio e lidam bem com a vida a bordo... eu mesma já tive mais de trinta dias de mar, embarcada, eu posso dizer que é tranqüilo servir em navio. Não tem nada demais.

Num patamar imediatamente inferior de prestígio, se situariam engenheiros do sexo masculino que ingressaram por concurso público diretamente na carreira de EN, seguidos, num terceiro patamar, pelas engenheiras, elas também admitidas pela mesma via.

Dessa forma, um primeiro divisor de águas parece ser os que são “de dentro (Escola Naval)” e os que são “de fora”, engenheiros admitidos em concurso para a carreira, que não passaram por formação na Escola Naval. O recorte seguinte é o de gênero. Se aplicarmos a essa segmentação por origem escolar e sexo a dicotomia “estabelecidos e *outsiders*” de Elias e Scotson (2000), poderíamos dizer que os engenheiros do sexo masculino provenientes da Escola Naval seriam os mais “estabelecidos” no Corpo de EN. No círculo imediatamente exterior a esse núcleo central, estariam os engenheiros do sexo masculino formados em universidades civis e, na borda externa do círculo, as engenheiras navais. Elas seriam, então, as mais “outsiders” entre os estabelecidos. Ou seja, apesar de elas terem adquirido o direito de integrar o Corpo porque passaram no concurso, sua posição dentro do grupo de oficiais engenheiros navais tende a ser marginal³².

As engenheiras mencionaram situações de discriminação pelas quais passaram, mais nos primeiros tempos (década de 1980) do que hoje. Apesar de elas terem preferido não aprofundar a questão, deixaram algumas pistas daquele processo. As mais velhas se lembram de “não serem preferidas para fazer alguma coisa”, de não lhes ser permitido entrar em navios para fazer reparos:

Um comandante de fragata ligou para meu diretor e disse: tem uma mulher aqui e em meu navio não entra mulher, não dá para reparar.

Invariavelmente, tanto no passado como hoje, as engenheiras afirmaram serem continuamente testadas quanto ao seu conhecimento profissional.

32. O mesmo foi verificado em estudo anterior, junto a engenheiros e engenheiras não militares (Lombardi, 2005), denotando um padrão de inserção de gênero peculiar à Engenharia.

Quando cheguei lá eu era a única... todo mundo me olhava estranho, sempre tratavam como “café com leite”... é, eles eram muito condescendentes conosco e ao mesmo tempo achavam que você não era capaz de fazer aquilo.

Nos tratavam com respeito, mas sempre testando, naquele jeito amável que não era amável...

O Engenheiro Naval precisa desenvolver um determinado perfil profissional, no qual se destacam a precisão, o perfeccionismo, o pioneirismo, a versatilidade e a criatividade. A precisão, no caso da Marinha de Guerra, pode significar a diferença entre a vida e a morte, como explica uma engenheira:

Tem programas de especificação de radares... com determinado tipo de tarefas, tenho que especificar tudo, a faixa de frequência, os graus, potência, tudo. Se estiver um décimo fora... se especificar alguma coisa errada, principalmente na área da aviação naval e de submarino... na nossa área de eletrônica, é bastante importante a precisão. Porque o erro que passa ali, muitas vezes, se propaga em bola de neve... muitas vezes o trabalho tem que ser revisado por muitas pessoas para não sair erro... A gente está preocupado com a segurança, estuda o caso, porque se não fizer a coisa certa dá morte, ou com a gente ou com o usuário, esse é o problema... Tem que ser perfeccionista.

O Engenheiro Naval - e o da Aeronáutica também - deveria, segundo as entrevistadas, cultivar o pioneirismo, pois é necessário identificar e dominar novas tecnologias. “O Engenheiro Naval tem que ser capaz de identificar uma oportunidade, trazer esse conhecimento e fazer algumas adaptações para a nossa realidade”. Somem-se, ao desejado pioneirismo, a versatilidade e a criatividade e se terá um retrato aproximado do engenheiro que, seja militar ou civil, é visto como um profissional que “resolve problemas”, com criatividade e rapidez, ao menor custo possível.

Criatividade que parece ser ainda mais desejável nas Forças Armadas, face à contenção orçamentária:

O físico tem, assim, altas fórmulas, um matemático também, mas bota um engenheiro que ele vai tentar da maneira mais simples e prática resolver o problema. Seja ele da área de civil, de eletro, de eletroeletrônica, se juntar as várias especialidades que a Marinha tem, para botar um navio para navegar... a gente tem todas as especialidades trabalhando para aquele objetivo, com os poucos recursos que a Marinha tem, da maneira mais criativa possível... A gente, aqui, acaba desenvolvendo uma criatividade para fazer o que todo

mundo faz lá fora, com mais recursos e mais tecnologia... às vezes a gente não pode utilizar materiais novos em função da questão orçamentária.

Versatilidade “que também é muito empregada no nosso dia-a-dia”, seja para contornar a ausência de melhores condições de trabalho e/ou de materiais, equipamentos e tecnologia específica, seja para “dar conta” de uma multiplicidade de funções técnicas correlatas à principal, seja para cobrir a falta de mão-de-obra qualificada. Em outros termos, considerando o relato dos vários entrevistados e minhas observações pessoais de campo, a multifuncionalidade e a polivalência no trabalho parecem ser a regra na Marinha. Alguns Corpos e Quadros, em função da especificidade do conhecimento ou das habilidades, parecem estar menos sujeitos aos ditames dessa regra, ao menos no que diz respeito ao conteúdo do trabalho realizado, como é o caso do Corpo de Engenheiros Navais. No entanto, esses(as) oficiais, estão submetidos(as) a outro tipo de pressão, tal como resolver problema ou propor soluções técnicas, utilizando os “atalhos” da criatividade e da versatilidade para contornar a falta de material e tecnologia adequada.

As oficiais engenheiras – e apenas elas -, além disso, estão expostas a uma especificidade de gênero: normalmente crescem-se às suas funções técnicas, algumas outras, “só para mulheres”, uma versão feminina de multifuncionalidade...

... receber autoridades em uma cerimônia, fazer apresentações, dar aulas, fazer cartaz de fim de ano... ser guarda-bandeira em cerimônias, porta estandarte... comprar presente para não sei quem, organizar recepção para não sei quem... secretariar comandantes, exercer a função de relações públicas... organizar festas de aniversário, comprar brindes para autoridades, embrulhar presentes... fazer cardápio para autoridades etc.

AS MAIS ANTIGAS E AS “MODERNAS”: MEMÓRIAS, RITUAIS DE INTEGRAÇÃO, TREINAMENTOS DE “CAMPO”

“Moderno”, como já comentamos anteriormente, é o adjetivo utilizado para qualificar o militar que tem menor patente em um dado grupo, o mais recente, o que chegou por último, em geral, recém-formado. Moderno poderia ser entendido como uma expressão assemelhada a “calouro”, “mascote” do grupo. Aos modernos são atribuídos os piores trabalhos na escala de uma OM (Organização Militar); como disseram as entrevistadas, eles vêm “render a punição” dos mais antigos. Para as “modernas”, além disso, costumam sobrar algumas das tarefas atribuídas apenas às mulheres, conforme dissemos anteriormente.

Seguindo a lógica da estrutura de pessoal da Marinha, baseada na progressão hierárquica por antiguidade, em primeiro lugar, e por méri-

to, para os postos mais graduados de Oficiais Superiores³³, as(os) mais antigas(os) já foram “modernas(os)” e pagaram por isso no início de suas carreiras. Às(aos) modernas(os) sobra a certeza de que as provações do presente passarão, assim que outras(os), mais modernas(os) que elas(es), ingressarem no grupo.

Em 2008, completaram-se 28 anos do ingresso das mulheres no oficialato da Marinha; e a primeira geração de oficiais recentemente entrou, ou em poucos anos vai entrar, na reserva³⁴. Recuperar a memória da vivência dessas mulheres - de todas as profissões - é um dos objetivos deste estudo. No caso específico das engenheiras, há especificidades que merecem ser pontuadas, em se tratando de uma profissão tecnológica majoritariamente masculina, em um ambiente profissional masculino por excelência, como as Forças Armadas.

A estranheza que a inserção do sexo feminino entre os oficiais da Marinha causou, assumiu, por assim dizer, tintas mais fortes no caso das engenheiras. Dentre as poucas mulheres que ingressavam, anualmente, para o então QAFO-Quadro Auxiliar Feminino de Oficiais, desde 1981, a maioria tinha como destino a área da saúde ou do apoio à saúde. As engenheiras eram raras, como lembrou uma das entrevistadas: na sua turma, ingressaram 68 mulheres, apenas ela era engenheira.

No início, em 1981, todas as oficiais enfrentaram a falta de alojamentos e de infra-estrutura adequadas para recebê-las. Para as engenheiras no mundo civil, essa situação não é inusitada, mesmo nos dias de hoje, em determinadas áreas de trabalho, como nos canteiros de obras, nos campos de prospecção de minérios. As memórias das mais “antigas” denunciam a lenta integração das mulheres na Marinha, de uma forma geral, e das engenheiras, em particular:

... o primeiro vestiário era um banheiro, botava um trinco na porta do banheiro e um armário, eu trocava a roupa ali. No ano seguinte chegaram mais duas, daí pegaram outro banheiro, botaram dois armários e outro trinco. No terceiro ano, foi feito um vestiário e todos os banheiros eram ocupados pelas oficiais

Quando ingressei (1997) também não tinha alojamento, eu era a primeira mulher de serviço na Armada... eu tinha que pernoitar em outra OM (Organização Militar), porque não tinha um banheiro, estavam construindo o alojamento naquela época, então eu dormia em outra OM. Foi interessante porque nós éramos novidade ... no corpo de engenheiros (mesmo tantos anos depois) nós éramos muita novidade para a instituição.

Estranhas no ninho e fora dele, pois, segundo muitas relataram, quando as oficiais das primeiras turmas saíam do Distrito fardadas e seguiam,

33. Capitão de Corveta, Capitão de Fragata, Capitão de Mar e Guerra, Contra-Almirante, Vice-Almirante, Almirante de Esquadra.

34. Limites de idade para a transferência para a reserva remunerada das patentes em que existem oficiais do sexo feminino: Capitão de Mar e Guerra: 59 anos; Capitão de Fragata: 56 anos; Capitão de Corveta: 52 anos; Capitão-Tenente: 48 anos. Para os Quadros de Técnico, de Saúde e de Cirurgiões-dentistas, a sobrevida no serviço ativo é de quatro anos, em média, para cada uma das patentes discriminadas.

por exemplo, para um ponto de ônibus, as pessoas olhavam espantadas, as mulheres, e as crianças chegavam a passar a mão nos uniformes e nas platinas, tamanha era a novidade que elas representavam no ideário sócio-profissional da época. Outros, principalmente os homens, abanavam a cabeça em sinal de reprovação e exclamavam “tempos modernos!”, outros, ainda, pediam autógrafo!

a gente ia para a rodoviária, era aquela aventura...todo mundo muito tímido, porque eram as primeiras turmas, assim, o perfil da pessoa, a gente saía do carro, corria para o banheiro, tirava a roupa, soltava o cabelo e vinha embora, porque senão, era uma coisa!

a novidade causa muito espanto... fui a um casamento, fui cruzar a espada para um colega, eu era a única mulher no cruzamento de espadas...meu marido escutou uns comentários: esse mundo está perdido, meu Deus, uma mulher, como pode?

No curso de formação para oficiais, na parte de conhecimentos específicos sobre a engenharia naval militar, outro problema se colocava para as primeiras engenheiras. No ano em que uma entrevistada ingressou só havia ela de engenheira e “ficaram sem saber o que fazer” com ela. Seguindo normas estritas de separação dos dois sexos, não lhe permitiram freqüentar as aulas da engenharia porque a turma era só de homens. Nas suas palavras:

Eu falei: não posso assistir as aulas com os rapazes, na sala do lado do QG, não é melhor me botar lá? Diziam: não, minha filha, na Marinha não é assim, v. é mulher e tem que ficar com as mulheres, em outra turma, certo? Na faculdade, durante cinco anos, muitas vezes eu era a única mulher numa turma de cem. Eu ficava toda hora maldizendo... eram cinco vagas no meu concurso, mas só eu passei e sobraram quatro vagas naquele ano. Então eu fui a única a ir para o centro de eletrônica e fiquei única durante três anos, não teve engenheiros eletrônicos entrando por três anos

Todos, homens e mulheres, passam por uma espécie de trote, um “batismo” quando assumem suas funções dentro do Corpo ou Quadro em que ingressaram. No caso das engenheiras navais, todas mencionaram o primeiro mergulho -- bem entendido, dentro de um submarino -- como um evento de provação e de integração ao grupo. Mergulhar pela primeira vez torna-se um marco na vida profissional dos(as) engenheiros(as), que recebem um diploma pelo feito, depois de passarem por uma cerimônia de batismo. Em que consiste essa cerimônia?

... eles fazem uma mistura, eu nem imagino o que tem lá dentro e a gente tem que beber....comigo eles foram bastan-

te condescendentes porque, até pelo próprio ambiente do submarino, eu fiquei bastante enjoada. Não foi uma situação muito agradável lá embaixo, então eles pegaram mais leve, eu não bebi muito daquele líquido. Aí, pintam a gente de graxa e a gente tem que escolher um peixe ...em um cartão com vários tipos de peixes e seus nomes científicos. São nomes bastante difíceis de serem pronunciados. Basicamente essa é a cerimônia de batismo a bordo desses navios

na minha vez, a canequinha estava toda furada, um horror, eu fiquei com o cheiro o tempo todo...

Outras oficiais engenheiras se referiram a situações desafiadoras diversas, como o teste de um sistema de armas, embarcada em um submarino, ou o teste de um equipamento para os navios e para a aviação naval, chamado “indicador pessoal de aproximação”. A arquiteta do grupo, porém, afirmou não ter passado por nenhuma espécie de batismo parecido:

...v. bota o sistema para funcionar ...e v. acompanha os testes.... é uma simulação, só que com o áudio real, quer dizer, v. bota em torpedo (de exercício)... sai um tubo que deve passar por um certo lugar e a gente marca o fator que deverá ser alcançado...depois ele bóia para recolher e fazer o exercício de novo

...saímos de casa às 3:30 horas da madrugada, todo mundo camuflado... quando chegamos lá ... tinha as aeronaves esperando...eu achei estranho porque eles me embarcaram numa aeronave e todos os homens, em outra. Eles me deixaram lá (no campo) para fazer a montagem dos equipamentos de teste, fiquei esperando... e nada. Daqui há pouco começou um tiroteio... ainda estava escuro... eu estava lá sozinha... mas eles planejaram tudo, só que eu não sabia... foi um desespero, “eu quero minha mãe”, “quero ir embora”, “me tira daqui, eu não quero brincar mais disso”.Realmente foi assustador. Aquilo foi feito totalmente de propósito... Foi como um batismo... depois fizeram isso também com outro oficial da diretoria... Depois, eles apareceram, diziam, surpresa, brincadeira. Acho que faz parte, isso une mais os grupos de trabalho, a gente faz grande amigos entre os fuzileiros,o pessoal do submarino, da aviação

participei de operações com os fuzileiros, no próprio campo de provas (do Exército, em terra), embarquei em aeronave fazendo exercícios e atirando, eu mesma, às vezes com eles, mas não teve problema não

Em geral, trata-se da etapa de “treinamento de campo”, organizada e conduzida pelos Fuzileiros Navais e aplicados a todos os participantes -- homens e mulheres -- dos cursos de formação para oficiais e para praças. Inusitadas ou não, todas essas situações permanecem na memória das oficiais como bizarras, desafiadoras e, ao mesmo tempo, importantes para a integração no grupo, celeiro de amizades duradouras. Algumas dessas lembranças são reproduzidas a seguir:

no curso de formação, tem uma parte de treinamento para apagar incêndio... tinha uma máquina pegando fogo e a gente de mangueira na mão... depois de dois, três dias ralando na teoria, a gente servia na casa de máquinas pegando fogo mesmo

tem o rastreamento com fumaça... é uma prova escura, cheia de fumaça, cheia de obstáculos. Tem outra em que eles pegam um tanque lotado de óleo e põem aquela chama! Aquilo vai a trinta metros de altura, de longe, de outros bairros v. vê a chama... e a gente com aquela mangueira no braço, com aquele calor.

Lá no CIAW³⁵... nessa etapa dá vontade de desistir porque o treinamento é muito pesado. Dizíamos, meu Deus, é isso? Mas depois é só costume, a gente pensa, vou esperar para ver se realmente vale à pena.

MULHERES, MÃES, ENGENHEIRAS E MILITARES: IDENTIDADES CONFLITANTES?

Durante o curso de formação de oficiais, a identidade ressaltada como a mais importante dali em diante é a de militar. É assim que, ao se apresentarem, os oficiais mencionam sua patente em primeiro lugar, depois o Corpo e Quadro a que pertencem e, por fim, seu nome. Como informa uma entrevistada, “no curso eles logo falam, você não é arquiteta, é oficial da Marinha”. Para algumas engenheiras navais, apesar do intenso treinamento recebido para “se sentirem” militares em primeiro lugar, a profissão de engenheira é a que molda mais fortemente sua identidade, porque “se eu não fosse engenheira, como eu poderia estar na Marinha? É nossa profissão”. Para outras, as funções e atribuições de engenheiras e de militares são identificadas como diferentes, devem ser “levadas junto”, não sem sobrecarga de trabalho.

Na Marinha, v. tem muita função colateral... como cuidar dos cursos, ou de outra coisa..., v. é engenheira, mas (agrega) essas funções todas de apresentação, de ser encarregada (de equipes).... São coisas inerentes às carreiras militares...

Para outras, ainda, há uma imbricação total entre as identidades profissional e militar, a ponto de ser difícil separar as duas, no dia-a-dia. Sentem-se “o tempo todo militar(es) e engenheira(s)”:

35. Centro de Instrução Almirante Wandelcolk

A gente desenvolve nossa função, o que a gente aprendeu na faculdade, o tempo todo e ao mesmo tempo a gente também é militar o tempo todo, então está tudo junto

No entanto, haveria diferença entre o engenheiro que é militar e o civil, ou *“paisano”*? Na opinião das entrevistadas, a principal diferença entre as versões militar e *“paisana”* do engenheiro seria o comprometimento. Quer dizer, os militares têm deveres a cumprir, decorrentes da vida militar, que os civis não têm. Poder-se-ia dizer, no extremo, que eles exercem duas profissões simultaneamente. Por isso, talvez, as entrevistadas afirmem que *“recebem mais incumbências do que os (engenheiros) civis”*. Além disso, na Marinha há um *“espírito de equipe muito forte, a gente tem uma coesão de idéias e de valores...trabalhamos para o país”*.

A essa altura da discussão no grupo focal, emergiu um elemento fundamental para analisar o trabalho e a carreira dos(as) militares de um modo geral, a que esta pesquisadora não tinha dado a devida atenção: a importância do papel dos funcionários não militares, de todas as profissões -- os civis ou paisanos --, na Marinha. Segundo o depoimento de todas as participantes, os funcionários civis da Marinha, tanto os de nível médio como os técnicos, permitem a continuidade do trabalho, uma vez que faz parte da vida militar *“ser movimentado”*, quer dizer, servir em outra unidade diferente da sua, muitas vezes em outro Distrito Naval, desempenhando outras funções, diferentes da sua profissão. No Corpo de Engenheiros Navais, há poucas transferências, por causa da especificidade do conhecimento técnico, mas, quando há, são *“movimentados”* principalmente os homens. Segundo as entrevistadas, a existência de um quadro civil de técnicos permite transmitir o conhecimento acumulado em uma dada área para os jovens, recém- ingressados na carreira militar. Em outras palavras, os funcionários civis preservam as memórias da instituição e do trabalho técnico e as transmitem às novas gerações, papel central para a continuidade do funcionamento da própria Arma. Abaixo selecionamos alguns excertos de depoimentos que enfocam a questão, a qual, no entanto, mereceria, por si só, uma investigação à parte\;

Um militar, por uma questão de carreira, é movimentado, então, quer dizer, se v. não tem alguém que fique fixo naquela área de conhecimento, dando uma certa continuidade para os mais novos e depois, na aposentadoria... é importante ter isso

Na minha experiência, na área de projetos de navios, eu diria que é importante a presença de civis... porque eles trazem experiência das décadas de oitenta, de noventa, quando a Marinha construiu diversos navios que estão operando até hoje e eles trazem esse histórico. Eu, que entrei em 1997, recebi muita informação dos engenheiros civis (não milita-

res), eles foram muito importantes na formação da minha turma e de todas as turmas que se seguiram

Na minha diretoria há engenheiros civis (não militares) que entraram por concurso , estão lá há mais de 15, vinte anos e vão até a aposentadoria, esses são realmente a continuidade. Mas não está havendo substituição... quer dizer, está havendo a perda do conhecimento, as pessoas estão ficando cada vez mais velhas

A continuidade quem dá são os civis também, nós militares também damos. Mas os não militares é que seguram realmente alguns setores, porque quando sai todo mundo ele ainda está lá

Na nossa área tem escassez de civis, a gente tem mais oficiais engenheiros, mesmo

A Diretoria de Engenharia Naval é uma área que tem tradição de ter civis, são bastante antigos... eu ainda hoje trabalho com civis que ficaram na diretoria na década de noventa... Mas a Marinha não faz mais concursos para engenheiros civis (não militares) há muito tempo, há dez anos, com certeza não

Voltando à questão das identidades, coloca-se uma questão específica para as mulheres: como elas lidam com a maternidade no ambiente militar? As engenheiras navais entrevistadas foram unânimes em dizer que “tem que ter uma estrutura de apoio muito boa em casa”, que “o marido tem que compreender que é necessária uma boa empregada”. Mas mesmo com uma boa empregada e/ou coma presença de familiares no apoio, as coisas se complicam quando as crianças são pequenas, principalmente se ela é uma engenheira e “vai precisar ficar embarcada por alguns dias”. Complicações ampliadas no caso das militares que, diferentemente do que ocorre no regime CLT, têm direito à licença maternidade, mas não têm direito a sair mais cedo ou entrar mais tarde, durante o período de amamentação.

Mesmo quando as crianças são maiores, a ausência da mãe parece trazer alguns problemas, como relata uma entrevistada:

Eu tive que me afastar por um período, minha filha tinha cinco anos e voltou a fazer xixi na cama. É uma série de coisas que acontecem, mas se a gente tem um bom apoio em casa e o marido ajuda, isso é fundamental

Em casos em que “uma boa estrutura” não isenta a presença da mãe, podem acontecer repercussões negativas na carreira das mulheres, como

no caso de uma engenheira que chegou a ser ameaçada pelo diretor -- apesar da chefia imediata a ter liberado -- pois se ausentou cinco dias para cuidar de criança doente.

Todas as mães do grupo, contudo, afirmaram que, apesar de todos os problemas, “conseguem dar conta”, apresentam alta produtividade no trabalho e ao mesmo tempo cuidam das necessidades das crianças de várias idades, desde ficar acordada de madrugada quando os pequenos estão doentes, até atender os maiores nas lições, quando chegam do serviço. Nesse ponto, as oficiais engenheiras não se diferenciam das demais militares e das trabalhadoras que também são mães, assumindo tarefas domésticas e o cuidado com as crianças, na conhecida segunda jornada de trabalho diária.

No que tange à sua identidade como representantes do sexo feminino em um ambiente majoritariamente masculino, questão que envolve a sexualidade, a sedução e a intimidade nas relações homem-mulher, pouca informação pudemos obter, mesmo porque essa não era uma questão central da pesquisa. Ficou evidente, contudo, que as oficiais se preocupam com a aparência física, o que inclui o penteado, uma leve maquiagem, pequenos brincos e anéis, bem como uniformes e sapatos bem cuidados. Todas elas eram muito elegantes e femininas, seja ao trajar os uniformes, seja no seu comportamento. Outra característica observada: mesmo sem ser estimulada, a questão das identidades sexuais e da convivência entre os dois sexos no ambiente de trabalho apareceu em diversos momentos da discussão, em razão da sua centralidade, mas de forma marginal, pouco explicitada.

Em ambientes masculinos por excelência, as mulheres costumam adotar alguns comportamentos defensivos quando a questão em pauta são as relações homem-mulher. A coqueteria, a feminilidade sedutora parece oferecer perigo para elas -- e para a instituição--, pois poderia ameaçar “o autocontrole e o modo de socialização” nas casernas, para usar a expressão de Forgeau (2005). Essa autora, que realizou entrevistas no exército francês, teve como um dos objetivos identificar como se dava a sedução entre homens e mulheres no ambiente da caserna. Proveio de uma de suas entrevistadas um pensamento que parece resumir a postura das mulheres, lá e cá: “as mulheres não podem ser acusadas de sedutoras, é uma regra de ouro, não se deve jamais excitar, pôr fogo, senão está tudo perdido³⁶” (*op.cit.* p.14). Em suma: as relações pessoais entre homens e mulheres nos ambientes militares costumam se dar dentro dos parâmetros estabelecidos pelos regulamentos; apesar disso, as militares continuam insistindo na necessidade de se imporem como profissionais.

A demonstração da competência profissional por parte das mulheres costuma se revestir de duplo sentido. Em primeiro lugar, legitima sua presença no posto de trabalho, na profissão, na Organização Militar, frente aos homens e frente a si mesmas. Em segundo lugar, a “postura profissional” também pode ser um escudo que estabelece limites nas relações

36. Textualmente: “elles ne doivent en aucun cas pouvoir être accusées d’être des allumeuses. C’est une règle d’or, il ne faut jamais attiser, sinon c’est foutou »

entre os sexos, um anteparo em relações de maior intimidade com o sexo oposto. “Deixar-se fazer gracinha, destoa, cai do padrão”, “abaixa o nível” são expressões usadas pelas entrevistadas que denotam a necessidade de manutenção de uma postura cautelosa na relação com os homens.

O TRABALHO E A ESPECIALIZAÇÃO EM ENGENHARIA NAVAL MILITAR

Com exceção da mais jovem das participantes do grupo, que se integrou ao Corpo de EN este ano, proveniente do serviço militar voluntário, todas as demais tiveram a chance de continuar sua formação em cursos de pós-graduação, no mínimo em nível de mestrado e, em alguns casos, doutorado, às expensas da Marinha. Como explicaram algumas entrevistadas, a especialização se fez necessária, face à especificidade do trabalho a ser desenvolvido:

...essa formação adicional de mestrado e doutorado porque todos nós somos formados em engenharia, mas não para a aplicação naval e menos ainda na área militar, que é uma sub-especialização da área naval....também tive a oportunidade de fazer mestrado na área de propulsão elétrica de navios

Sou engenheira elétrica com especialidade eletrônica. Na Marinha fiz o mestrado e o doutorado na área de sensoriamento remoto, também em engenharia eletrônica

Sou engenheira elétrica com ênfase em eletrônica, fiz mestrado no IME- Instituto Militar de Engenharia, em telecomunicações, na área de radares

O trabalho dos engenheiros navais parece ser bastante diversificado, conforme a área em que estão lotados e a OM em que prestam serviço. Por assim dizer, “dentro da Marinha existem diversas marinhas, a de guerra..., a aviação, os submarinos, a parte técnica em superfície etc.”.

As entrevistadas trabalhavam na Marinha de Guerra, desenvolvendo e testando armas e sistemas de armamento, de rastreamento por radares e de sensoriamento remoto, em terra, em navios, submarinos e em aeronaves, desenvolvendo táticas de guerra eletrônica, elaborando projetos de embarcações. Para desempenhar essas funções a contento, algumas turmas de engenheiros, ao ingressarem, “tiveram que cumprir o requisito de embarque, os engenheiros, naquela época tinham que cumprir um ano embarcados em submarinos ou nas Forças”, como parte do treinamento para a função.

Antes de continuar a discutir sobre o trabalho desenvolvido, neste ponto, questionamos as participantes sobre uma especificidade de gênero na área militar: as mulheres podem embarcar em submarinos, navios, aeronaves navais? Sim, elas podem embarcar, fazer o trabalho técnico ne-

cessário e desembarcar, mas não fazem parte da tripulação. Não é incomum não haver infra-estrutura para acomodá-las nas embarcações:

A gente pode até ficar no navio e dormir vários dias até os testes serem consumidos, aí a gente volta para o porto... a gente viaja e fica junto com a tripulação... quando embarcamos em fragatas dormimos na enfermaria porque tem banheiro exclusivo ..., vamos “destacadas”, chama assim. Nós somos respeitadas nos navios, em geral ...porque impomos a posição de que estamos ali como profissionais. É comum



Ainda, segundo as entrevistadas, é comum também pesquisadoras civis embarcarem para fazer coleta de dados em pesquisas oceanográficas; essas viagens costumam ser autorizadas e encaminhadas por intermédio da Diretoria de Hidrografia e Navegação- DHN. Mas se não é mais um evento excepcional ter mulheres embarcadas, sua permanência nos navios e submarinos continua sendo por prazo determinado e com objetivo definido. Não está incorporada à rotina da vida embarcada, como acontece com os homens.

Uma exceção a essa regra está acontecendo durante o ano de 2007, quando uma oficial do Quadro Técnico, do Corpo Auxiliar– a única mulher na tripulação- embarcou para uma missão em navio oceanográfico, rumo à Antártida, para ali vários meses³⁷. Prova de que, muito lentamente, as mulheres vão quebrando padrões de gênero que as mantêm acantonadas em determinadas áreas, desenvolvendo atribuições específicas, podendo ascender até determinado nível na hierarquia militar. Tarefa essa, ainda mais difícil para as oficiais engenheiras. Elas e todas as outras mulheres lançam mão da competência profissional para adentrar novas áreas e assumir novas patentes. Foi este também o caso da comandante

37. Enquanto estiver embarcada, as chances de contato com essa oficial são remotas. Nossa tentativa de entrevistá-la por correio eletrônico foi infrutífera.

que está em missão na Antártida, que disputou a vaga com dezessete oficiais do sexo masculino. Ou o caso das cinco primeiras oficiais que, nos últimos anos, assumiram diretorias, pela primeira vez desde 1981, quando a Marinha permitiu o ingresso das mulheres no oficialato. Espera-se para breve que uma mulher chegue à graduação de Oficial General (Contra e/ou Vice- Almirante), muito provavelmente uma médica, vinda do Corpo de Saúde, ou uma engenheira.

Voltando a discutir questões relativas ao trabalho, a escolha pela Marinha conduz os(as) engenheiros(as) a um alto grau de especialização do conhecimento e das atividades profissionais, sendo difícil encontrar outras oportunidades de trabalho fora dali. Nas palavras de uma engenheira, “trata-se de um matrimônio...para sempre”.

Mas, para as engenheiras entrevistadas, essa “limitação” profissional tem vantagens e desvantagens. As vantagens dizem respeito ao emprego seguro, ao respeito à jornada diária de trabalho, à possibilidade de fazer carreira na Marinha em pé de igualdade com seus pares, os engenheiros, em clima de menor competitividade do que “lá fora”, à oportunidade de fazer cursos de especialização, à coesão e solidariedade encontrada na Arma e no Corpo de Engenheiros, ao sentimento de estar prestando serviços para o país. As desvantagens espontaneamente mencionadas ficaram basicamente por conta do salário, considerado menor do que o que receberiam como engenheiras no mercado de trabalho. Quando estimuladas, admitiram como uma desvantagem as restrições a alguns direitos que as mulheres têm assegurados em outros regimes de trabalho. Outra: as limitações impostas ao trabalho técnico, ao desenvolvimento de tecnologia, derivadas das restrições orçamentárias a que as Forças Armadas estão sujeitas.

Em suma, para elas parece haver mais vantagens que desvantagens. A maioria delas foi estimulada pela família ou por amigos a prestarem o concurso, o qual encaravam como uma oportunidade, mas achavam muito difícil conseguir passar. O sucesso na primeira fase de seleção significou para todas uma realização pessoal especial, uma compensação do esforço realizado, uma chancela da sua competência técnica, frente à concorrência acirrada.

Se elas foram duplamente transgressoras da sua condição de gênero – na profissão de engenheira e na carreira militar-, o resultado da trajetória é avaliado positivamente: elas demonstraram estar satisfeitas e orgulhosas com o trabalho desenvolvido, as condições de trabalho e de emprego, com a carreira militar.

4 Bibliografia

- ARAÚJO, Custódio José Abreu. **Quadro auxiliar feminino de oficiais: uma nova proposta.** Rio de Janeiro: Escola de Guerra Naval, 1987. (mimeo)
- BEAUD, Stéphane ; WEBER, Florence. **Guide de l'enquête de terrain: produire et analyser les données ethnographiques.** Paris: La Découverte, 2003. (Coll. Repères)
- BOURDIEU, Pierre. **La Noblesse d'état: grandes écoles et esprit de corps.** Paris: Les Éditions de Minuit, 1989. (Coll. Le Sens Commun)
- BRASIL, IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/ PNAD- Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios; IBGE, 2005; Microdados
- CASTRO, Celso. **O Espírito militar: um antropólogo na caserna.** 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.
- COHN, Gabriel; FERNANDES, Florestan. (orgs.) **Weber: Sociologia.** São Paulo: Ática, 1979.
- D'ARAÚJO, Maria Celina; CASTRO, Celso; CHEIBUB, Zairo B. **O Brasil e as Forças Armadas na percepção dos oficiais da Marinha.** Rio de Janeiro: CPDOC, 2002.
- ELIAS, Norberto; SCOTSON, John. **Os Estabelecidos e os outsiders: Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade.** Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- FORGEAU, Fanny. "Il n'y a pas de sexe à l'armée": une enquête sur les rapports hommes/femmes au 121^e. Régiment du Train. In: Colloque "L' INVERSION DU GENRE". **Annales...** Brest: Centre d'Études Sociales de la Défense, mai 2005. (CD-ROM)
- FROTIÉE, Brigitte ; PORTERET, Vincent. **La Féminisation des armées occidentales: leçons d'une comparaison internationale.** AFS- Association française de sociologie - L'inversion du genre, Brest, 2005. (mimeo)
- FUNADA, Cassia Akemi Musuzaki et al. **Direito de gênero nas Forças Armadas Brasileiras.** Disponível em : <http://www.uc3m.es/uc3m/inst/MGP/observatorio/Brasil3.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2007.
- LE FEUVRE, Nicky. La Féminisation des anciens "bastions masculins": enjeux sociaux et approches sociologiques. In : GUICHARD-CLAUDIC, Yvonne; KERGOAT, Danièle; VILBROD, Alain (orgs.) **L'Inversion du genre: quand les métiers masculins se conjuguent au féminin... et réciproquement.** Rennes : Presses universitaires de Rennes, 2005. (no prelo)

- KERGOAT, Danièle. La Division de travail entre les sexes. In: KERGOAT, Jacques et al (orgs.) **Le Monde du travail**. Paris: La Découverte, 1998. p.319-327.
- LIVIETO, Cravo et al. **Relatório de estudo de Estado-Maior**: criação do Corpo Auxiliar Feminino da Reserva da Marinha. Rio de Janeiro: Grupo Alfa, 1980. (mimeo)
- LOMBARDI, Maria Rosa. **Perseverança e resistência**: a engenharia como profissão feminina. Campinas, 2005. Tese (dout.) Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas.
- MARQUES Jr.; HIRON, Hermógenes. **O Corpo Auxiliar Feminino da Reserva da Marinha**. Rio de Janeiro, 1982. Monografia. Escola de Comando e Estado-Maior do Exército.
- PEREIRA, Mauro César Rodrigues. As Forças Armadas, a Marinha e o Ministério da Defesa: pensamentos e relatos. **Revista Marítima Brasileira**, Brasília, v.122, n.10/12, p.25-54, out./dez. 2002.
- PRUVOST, Geneviève. Anatomie politique, professionnelle et médiatique des femmes dans la police. **Cahiers du Genre**, Paris, n. 42, p.43-61, 2007.
- ROCHA, Fernando Carlos Wanderley ; PIRES, Sérgio Fernandes Senna. Serviço militar obrigatório versus serviço militar voluntário: o grande dilema. **Cadernos Aslegis**, Brasília, v.8, n.24, p.61-100, dez. 2004.
- SILVEIRA, Cláudio de Carvalho. **A Formação militar naval Brasil-Argentina no contexto da cooperação no Atlântico sul**. Franca, 2005. Pesquisa (pós-dout.). Faculdade de História, Direito e Serviço Social da UNESP.
- _____. **As Mulheres na Marinha do Brasil**. Santiago do Chile: Center for Hemispheric Defense Studies, Research and Education in Defense and Security Studies, 2003. (mimeo)
- TAKAHASHI, Emilia Emi. Homens e mulheres: identidade militar. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 29. **Anais...**, 2005. (CD-ROM)

5 Anexos

ANEXO 1. TABELAS

Tabela A - Ocupados como militares, por sexo e número de trabalhos na semana de referência. Brasil, 2005

Arma e número de trabalhos	Homem		Mulher		Total	
	NA	%	NA	%	NA	%
um trabalho	240.064	97,61	2.448	74,32	242.512	97,30
dois trabalhos	5.888	2,39	846	25,68	6.734	2,70
Total Forças Armadas	245.952	100,00	3.294	100,00	249.246	100,00
Militares da Marinha						
um trabalho	44.047	95,08	420	100,00	44.467	95,12
dois trabalhos	2.280	4,92	-	-	2.280	4,88
Total	46.327	100,00	420	100,00	46.747	100,00
Militares do Exército sexo-0302						
um trabalho	150.081	98,07	1.541	64,56	151.622	97,55
dois trabalhos	2.955	1,93	846	35,44	3.801	2,45
Total	153.036	100,00	2.387	100,00	155.423	100,00
Militares da Aeronáutica						
um trabalho	45.936	98,60	487	100,00	46.423	98,61
dois trabalhos	653	1,40	-	-	653	1,39
Total	46.589	100,00	487	100,00	47.076	100,00

Fonte: IBGE/PNAD - MICRODADOS

Tabela B - Ocupados como militares, segundo sexo, Arma e faixas de rendimento, em dinheiro, do trabalho secundário na semana de referência. Brasil, 2005

Arma e faixas de rendimento do trabalho secundário	Homem		Mulher		Total	
	NA	%	NA	%	NA	%
até 1/2 salário	1.749	32,95	-	-	1.749	28,42
mais de 1/2 até 1 salário	210	3,96	-	-	210	3,41
mais de 1 até 2 salários	1.367	25,75	-	-	1.367	22,21
mais de 2 até 3 salários	209	3,94	-	-	209	3,40
mais de 3 até 5 salários	628	11,83	218	25,77	846	13,75
mais de 5 até 10 salários	1.145	21,57	628	74,23	1.773	28,81
Total Forças Armadas	5.308	100,00	846	100,00	6.154	100,00
Militares da Marinha						
até 1/2 salário	863	50,76	-	-	863	50,76
mais de 1/2 até 1 salário	-	-	-	-	-	-
mais de 1 até 2 salários	-	-	-	-	-	-
mais de 2 até 3 salários	209	12,29	-	-	209	12,29
mais de 3 até 5 salários	-	-	-	-	-	-
mais de 5 até 10 salários	628	36,94	-	-	628	36,94
Total	1.700	100,00	-	-	1.700	100,00
Militares do Exército						
até 1/2 salário	443	14,99	-	-	443	11,65
mais de 1/2 até 1 salário	-	-	-	-	-	-
mais de 1 até 2 salários	1.367	46,26	-	-	1.367	35,96
mais de 2 até 3 salários	-	-	-	-	-	-
mais de 3 até 5 salários	628	21,25	218	25,77	846	22,26
mais de 5 até 10 salários	517	17,50	628	74,23	1.145	30,12
Total	2.955	100,00	846	100,00	3.801	100,00
Militares da Aeronáutica						
até 1/2 salário	443	67,84	-	-	443	67,84
mais de 1/2 até 1 salário	210	32,16	-	-	210	32,16
mais de 1 até 2 salários	-	-	-	-	-	-
mais de 2 até 3 salários	-	-	-	-	-	-
mais de 3 até 5 salários	-	-	-	-	-	-
mais de 5 até 10 salários	-	-	-	-	-	-
Total	653	100,00	-	-	653	100,00

Fonte: IBGE/PNAD - MICRODADOS

Tabela C - Ocupados como militares, segundo sexo, Arma e número de horas trabalhadas por semana no trabalho secundário na semana de referência. Brasil, 2005

Arma e número de horas trabalhadas no trabalho secundário	Homem		Mulher		Total	
	NA	%	NA	%	NA	%
1	863	14,66	-	-	863	12,82
3	1.023	17,37	-	-	1.023	15,19
4	443	7,52	-	-	443	6,58
8	628	10,67	-	-	628	9,33
10	1.239	21,04	-	-	1.239	18,40
12	386	6,56	-	-	386	5,73
18	580	9,85	-	-	580	8,61
20	209	3,55	-	-	209	3,10
21	209	3,55	-	-	209	3,10
22	308	5,23	-	-	308	4,57
24	-	-	218	25,77	218	3,24
25	-	-	628	74,23	628	9,33
Total Forças Armadas	5.888	100,00	846	100,00	6.734	100,00
Militares da Marinha						
1	863	37,85	-	-	863	37,85
3	-	-	-	-	-	-
4	-	-	-	-	-	-
8	-	-	-	-	-	-
10	628	27,54	-	-	628	27,54
12	-	-	-	-	-	-
18	580	25,44	-	-	580	25,44
20	209	9,17	-	-	209	9,17
21	-	-	-	-	-	-
22	-	-	-	-	-	-
24	-	-	-	-	-	-
25	-	-	-	-	-	-
Total	2.280	100,00	-	-	2.280	100,00
Militares do Exército						
1	-	-	-	-	-	-
3	1.023	34,62	-	-	1.023	26,91
4	-	-	-	-	-	-
8	628	21,25	-	-	628	16,52
10	401	13,57	-	-	401	10,55
12	386	13,06	-	-	386	10,16
18	-	-	-	-	-	-
20	-	-	-	-	-	-
21	209	7,07	-	-	209	5,50
22	308	10,42	-	-	308	8,10
24	-	-	218	25,77	218	5,74
25	-	-	628	74,23	628	16,52
Total	2.955	100,00	846	100,00	3.801	100,00
Militares da Aeronáutica						
1	-	-	-	-	-	-
3	-	-	-	-	-	-
4	443	67,84	-	-	443	67,84
8	-	-	-	-	-	-
10	210	32,16	-	-	210	32,16
12	-	-	-	-	-	-
18	-	-	-	-	-	-
20	-	-	-	-	-	-
21	-	-	-	-	-	-
22	-	-	-	-	-	-
24	-	-	-	-	-	-
25	-	-	-	-	-	-
Total	653	100,00	-	-	653	100,00

Fonte: IBGE/PNAD - MICRODADOS

Tabela D - Ocupados como militares, segundo sexo, Arma e ocupação no trabalho secundário na semana de referência. Brasil, 2005

Arma e ocupação no trabalho secundário	Homem		Mulher		Total	
	NA	%	NA	%	NA	%
1310 - gerentes de produção e operações	837	14,22	-	-	837	12,43
2231 - médicos	-	-	628	74,23	628	9,33
2232 - cirurgiões dentistas	308	5,23	218	25,77	526	7,81
2340 - professores do ensino superior	1.014	17,22	-	-	1.014	15,06
3331 - instrutores e professores de escolas livres	1.886	32,03	-	-	1.886	28,01
5132 - cozinheiros	580	9,85	-	-	580	8,61
5134 - garçons, barmen e copeiros	210	3,57	-	-	210	3,12
5161 - trabalhadores nos serviços de higiene e embelezamento	443	7,52	-	-	443	6,58
7166 - pintores de obras e revestidores de interiores	209	3,55	-	-	209	3,10
9144 - mecânicos de manutenção de veículos automotores	401	6,81	-	-	401	5,95
Total Forças Armadas	5.888	100,00	846	100,00	6.734	100,00
Militares da Marinha						
1310 - gerentes de produção e operações	628	27,54	-	-	628	27,54
2231 - médicos	-	-	-	-	-	-
2232 - cirurgiões dentistas	-	-	-	-	-	-
2340 - professores do ensino superior	-	-	-	-	-	-
3331 - instrutores e professores de escolas livres	863	37,85	-	-	863	37,85
5132 - cozinheiros	580	25,44	-	-	580	25,44
5134 - garçons, barmen e copeiros	-	-	-	-	-	-
5161 - trabalhadores nos serviços de higiene e embelezamento	-	-	-	-	-	-
7166 - pintores de obras e revestidores de interiores	209	9,17	-	-	209	9,17
9144 - mecânicos de manutenção de veículos automotores	-	-	-	-	-	-
Total	2.280	100,00	-	-	2.280	100,00
Militares do Exército						
1310 - gerentes de produção e operações	209	7,07	-	-	209	5,50
2231 - médicos	-	-	628	74,23	628	16,52
2232 - cirurgiões dentistas	308	10,42	218	25,77	526	13,84
2340 - professores do ensino superior	1.014	34,31	-	-	1.014	26,68
3331 - instrutores e professores de escolas livres	580	19,63	-	-	580	15,26
5132 - cozinheiros	-	-	-	-	-	-
5134 - garçons, barmen e copeiros	-	-	-	-	-	-
5161 - trabalhadores nos serviços de higiene e embelezamento	443	14,99	-	-	443	11,65
7166 - pintores de obras e revestidores de interiores	-	-	-	-	-	-
9144 - mecânicos de manutenção de veículos automotores	401	13,57	-	-	401	10,55
Total	2.955	100,00	846	100,00	3.801	100,00
Militares da Aeronáutica						
1310 - gerentes de produção e operações	-	-	-	-	-	-
2231 - médicos	-	-	-	-	-	-
2232 - cirurgiões dentistas	-	-	-	-	-	-
2340 - professores do ensino superior	-	-	-	-	-	-
3331 - instrutores e professores de escolas livres	443	67,84	-	-	443	67,84
5132 - cozinheiros	-	-	-	-	-	-
5134 - garçons, barmen e copeiros	210	32,16	-	-	210	32,16
5161 - trabalhadores nos serviços de higiene e embelezamento	-	-	-	-	-	-
7166 - pintores de obras e revestidores de interiores	-	-	-	-	-	-
9144 - mecânicos de manutenção de veículos automotores	-	-	-	-	-	-
Total	653	100,00	-	-	653	100,00

Fonte: IBGE/PNAD - MICRODADOS

Tabela E - Ocupados como militares segundo sexo, Arma e posição na ocupação no trabalho secundário na semana de referência. Brasil, 2005

Arma e posição na ocupação no trabalho secundário	Homem		Mulher		Total	
	NA	%	NA	%	NA	%
empregado	1.224	20,79	846	100,00	2.070	30,74
conta própria	2.939	49,92	-	-	2.939	43,64
empregador	1.145	19,45	-	-	1.145	17,00
trabalhador não-remunerado membro da unid domiciliar	580	9,85	-	-	580	8,61
Total Forças Armadas	5.888	100,00	846	100,00	6.734	100,00
Militares da Marinha						
empregado	-	-	-	-	-	-
conta própria	1.072	47,02	-	-	1.072	47,02
empregador	628	27,54	-	-	628	27,54
trabalhador não-remunerado membro da unid domiciliar	580	25,44	-	-	580	25,44
Total	2.280	100,00	-	-	2.280	100,00
Militares do Exército						
empregado	1.014	34,31	846	100,00	1.860	48,93
conta própria	1.424	48,19	-	-	1.424	37,46
empregador	517	17,50	-	-	517	13,60
trabalhador não-remunerado membro da unid domiciliar	-	-	-	-	-	-
Total	2.955	100,00	846	100,00	3.801	100,00
Militares da Aeronáutica						
empregado	210	32,16	-	-	210	32,16
conta própria	443	67,84	-	-	443	67,84
empregador	-	-	-	-	-	-
trabalhador não-remunerado membro da unid domiciliar	-	-	-	-	-	-
Total	653	100,00	-	-	653	100,00

Fonte: IBGE/PNAD - MICRODADOS

Tabela F - Efetivos na ativa por sexo, segundo os Quadros dos Corpos da Saúde e Auxiliar (Oficiais) e do Corpo Auxiliar de Praças. Brasil, 2004

Corpo da Saúde	Quadro de Médicos	Quadro de Cirurgiões-Dentistas	Quadro de Apoio-Farmacêutico	Quadro de Apoio-Enfermeiros	Outros
TOTAIS	464	272	44	87	135
Homens	275	167	26	2	51
Mulheres	189	105	18	85	84
Parcela feminina (%)	40,7	38,6	40,9	97,7	62,2

Corpo Auxiliar	Quadro Técnico								
	Administração	Ciências Contábeis	Ciências Náuticas	Direito	Informática	Pedagogia	Psicologia	Serviço Social	Outros *
TOTAIS	117	60	17	95	177	67	50	42	221
Homens	93	44	17	61	83	13	20	-	152
Mulheres	24	16	0	34	94	54	30	42	69
Parcela feminina (%)	20,5	26,7	-	35,8	53,1	80,6	60,0	100,0	31,2

* Biblioteconomia, Meteorologia, Museologia, Outros

Corpo Auxiliar de Praças	Tecnico em Administração	Tecnico Contabilidade	Tec. Clínica de Saúde	Tecnico Enfermagem	Tecnico Ed. Física	Tec. Escrita	Faroleiro	Tecnico Industrial	Paioleiro	Outros *
TOTAIS	778	157	225	1177	302	2180	301	1186	921	197
Homens	252	7	21	938	302	2180	301	1050	921	187
Mulheres	526	150	204	239	0	0	0	136	0	10
Parcela feminina (%)	67,6	95,5	90,7	20,3	-	-	-	11,5	-	5,1

* Artífice de Mecânica, Meteorologia, Eletrônica, Carpintaria, Comunicações Navais

(Fonte: DPMM - Diretoria do Pessoal Militar da Marinha)

ANEXO 2- ROTEIROS DE ENTREVISTA E DE GRUPO FOCAL

ROTEIRO DE ENTREVISTA

Identificação do(a) entrevistado(a):

Nome, Idade, Sexo, Estado civil

Tem filhos? (Se sim, quantos? Quais as idades?)

Naturalidade (município/Estado de nascimento):

Cidade(s) de moradia:

a. Mora com a família?

Escolaridade superior:

a. Graduação (curso):

b. Pós-graduação:

c. Outros cursos:

(EM CASO DE ENGENHEIRO(A), TAMBÉM: Por que escolheu a engenharia?)

Família de origem: profissão dos pais, número de irmãos etc.

Posição profissional atual:

a. Patente:

b. Corpo e Quadro a que pertence:

c. Tipo de vínculo de trabalho com a Marinha: estatutário, temporário, prestador de serviço etc.

d. Há quanto tempo trabalha na Marinha:

c. Local de trabalho:

d. Funções atuais:

Trajatória profissional:

a. Por que escolhe a carreira militar? E por que a Marinha?

b. Qual a reação da sua família à sua escolha? Já havia militares na família?

c. A admissão à Marinha: De que forma ingressou na Marinha? Serviço militar, Serviço Voluntário, Escola Naval, Concurso público, CLT, transferência de outra Arma; outra forma? Em que ano?

e) Como foi o processo de seleção? Etapas, avaliações e impressões:

i. Impressões e avaliação sobre as etapas de seleção (concurso público/curso de formação de oficiais/estágio de aplicação de oficiais OU outra seqüência (discriminar qual);

ii. O curso de formação de oficiais/pracas, o estágio de aplicação (OU OUTRA MODALIDADE DE FORMAÇÃO PELA QUAL TENHA PASSADO) foi difícil?

iii. Ingressaram moças no mesmo ano? Para que Quadros e Corpos elas se dirigiram?

iv. Como foi a convivência com os colegas homens e mulheres no curso e nos estágios? E com os professores? Havia professoras?

- d. Como se deu sua trajetória desde o seu ingresso na Marinha até a posição que ocupa hoje? (quadros e corpos que integrou, locais onde trabalhou, em que anos, postos de comando que assumiu, número de subordinados etc.);
- e. Quais dificuldades e/ou facilidades encontrou na sua trajetória? O fato de ser homem/mulher, na sua opinião, influenciou nessa trajetória? De que maneira?
 - a. (MULHERES): em algum momento ou situação percebeu alguma diferença no tratamento, por parte dos colegas, superiores ou subordinados homens, pelo fato de ser uma mulher?
 - b. (HOMENS): teve notícia de algum episódio em que uma colega mulher sofreu algum tipo de constrangimento, pelo fato de ser mulher, por parte dos seus pares, superiores ou subordinados?
- f. É mais fácil ou mais difícil para as mulheres ascenderem na hierarquia militar, comparativamente aos homens? Por quê?
- g. (MULHERES): Vida pessoal e familiar (casamento, filhos): como fazer para levar as duas coisas ao mesmo tempo nesta carreira?
 - a. com quem ficavam as crianças durante seus plantões, suas viagens?
 - b. Como as crianças reagiram às suas ausências?
 - c. como você se sentia?
- h. No seu trabalho atual, como é o relacionamento com colegas, chefes, subordinados, alunos de ambos os sexos?
- i. Você escolheria de novo a carreira militar se tivesse que começar tudo de novo hoje?

Trabalho concreto e transformações no ambiente militar nas últimas décadas

1. Comparando à época em que entrou nas Forças Armadas (em particular, na Marinha) com os dias de hoje, é possível identificar mudanças no seu trabalho (no conteúdo, na forma como está organizado, no ritmo, na hierarquia etc.)?
2. E quanto ao perfil do profissional requerido, sofreu alteração?

Representações sociais

1. Na sua opinião, o que define um(a) militar? Quais as posturas, atitudes ou comportamentos que o(a) diferenciam dos civis?
2. Na sua opinião, que tipo de contribuição trouxe a presença das mulheres na Marinha? (Profissional, de relacionamentos etc.)
3. Na sua opinião, como uma mulher se sente em ambientes profissionais majoritariamente masculinos? E em ambientes militares?
 - a. Como ela se percebe? b. Como é percebida pelo coletivo masculino?
4. Houve mudanças na posição das mulheres na Marinha nos últimos 25 anos?
 - a. Em caso positivo, quais foram? Podem ser consideradas favoráveis às mulheres ou não?

ROTEIRO GRUPO FOCAL

1. Apresentações: minha (pessoal e rápida dos objetivos da reunião) e das participantes (nome, idade, estado civil, filhos, tempo de Marinha, tempo no Corpo de Engenheiros navais)
2. Aquecimento (30m):

Ler trecho de resumo parcial de Celso Castro. “O espírito militar, um antropólogo na caserna”, Rio de Janeiro, Zahar Ed. 2004, 2ª. Edição; versa sobre o “espírito” da artilharia, infantaria, engenharia etc. no Exército. Pedir para comentarem:

 - i. Engenharia Naval versus Engenharia no Exército: semelhanças e diferenças
 1. no exército, a engenharia é próxima da Infantaria. Na marinha ela é próxima da Armada?
 2. na aeronáutica (aviadores, intendentes e infantaria) há engenheiros?
 - ii. Imagem da engenharia naval junto às outras armas
 - iii. Auto- imagem da Engenharia Naval
 1. Espírito da arma, batismo, grito de guerra.
 - iv. Apelidos dos engenheiros, brincadeiras. Há apelidos para as engenheiras? Piadinhas?
 - v. Qualidades que o(a) engenheiro(a) naval deve ter. Alguma específica da engenheira naval?
 3. Por que escolheram ser engenheiras? E na Marinha? Há engenheiros e militares na família?
 4. Quais atividades de trabalho desenvolvem? Em que locais (laboratórios etc.)?
 5. Há diferenças entre as atividades desenvolvidas pelos engenheiros e pelas engenheiras?
 6. Há alguma área de trabalho em que vocês “não entram”? Nuclear?
 7. Têm subordinados? Homens somente ou há também mulheres?
 8. Quais os critérios observados nas promoções? Apenas antiguidade?
 9. Vocês também são constantemente transferidas para outras unidades, outras cidades? Como conciliam vida familiar, conjugal e militar?
 10. Como os oficiais lidam com a presença das mulheres na Marinha, mais especificamente, no Corpo de Engenheiros Navais? Como se dá a “paquera”, o “namoro”?
 11. Quais são as diferenças entre engenheiro(a) militar e civil?

Agradecimentos, finalização.

Títulos coleção Textos FCC

Volume	Autor(es)	Publicação
1 Tendências da força de trabalho feminina brasileira nos anos setenta e oitenta: algumas comparações regionais	<i>Cristina Bruschini</i>	Jan.1989
2 A imagem da mulher no livro didático: estado da arte	<i>Esmeralda Vailati Negrão; Tina Amado</i>	Fev.1989
3 Saúde da mulher no Brasil: bibliografia anotada	<i>Tina Amado (coord.)</i>	Mar.1989
4 Egressos do ensino técnico industrial no Brasil: um estudo de caso	<i>Maria Laura P. B Franco; Annete Serber</i>	Fev.1990
5 De olho no preconceito: um guia para professores sobre racismo em livros para crianças	<i>Esmeralda Vailati Negrão; Regina Pahim Pinto</i>	Ago.1990
6 A rede de creches no município de São Paulo	<i>Fúlvia Rosemberg; Maria Malta Campos; Lenira Haddad</i>	Fev.1991
7 Novas tecnologias no binômio modernidade e crise	<i>Maria Laura P. B Franco Franco; Dagmar Zibas; Miguel Henrique Russo</i>	Jan.1992
8 A formação do educador de creche: sugestões e propostas curriculares	<i>Fúlvia Rosemberg; Maria Malta Campos; Cláudia Pereira Vianna</i>	Ago.1992
9 A importância da participação comunitária na questão da educação e da pobreza	<i>Regina Pahim Pinto (coord.); Marta Wolak Grosbaum (coord.)</i>	Fev.1995
10 As propostas curriculares oficiais	<i>Elba S. de Sá Barretto (coord.)</i>	Ago.1995
11 Diagnóstico, problematização e aspectos conceituais sobre a formação do magistério: subsídio para o delineamento de políticas na área	<i>Bernardete A.Gatti</i>	Fev.1996
12 Diagnóstico quantitativo do Ensino Médio no Brasil	<i>Dagmar Zibas; Maria Laura P. B. Franco</i>	Fev.1997
13 Criança pequena e raça na PNAD 87	<i>Fúlvia Rosemberg; Regina Pahim Pinto</i>	Mai 1997
14 Regulamentação da qualificação profissional do educador infantil: a experiência de Belo Horizonte	<i>Maria Malta Campos; Fúlvia Rosemberg; Isabel Morsoletto Ferreira; Moysés Kuhlmann JR; Maria Lúcia de Alcântara Machado</i>	Ago.1997
15 Transformações no setor secundário da economia e o desafio do Ensino Médio	<i>Dagmar Zibas; Miguel Henrique Russo</i>	Out.1997
16 Resumos analíticos em educação	<i>Elba S. de Sá Barretto (coord.)</i>	Nov.1997
17 Trabalho das mulheres no Brasil: continuidades e mudanças no período 1985-1995	<i>Cristina Bruschini</i>	Fev.1998
18 O Ensino Médio no Brasil neste final do século: uma análise de indicadores	<i>Dagmar Zibas; Maria Laura P. B Franco</i>	Fev.1999
19 Educação Infantil em tempos de LDB	<i>Maria Lúcia de Alcântara Machado (org.)</i>	Ago.2000
20 O Ensino Médio na voz de alguns de seus atores	<i>Dagmar Zibas</i>	Out.2001
21 Consulta sobre qualidade da educação na escola	<i>Maria Malta Campos</i>	Ago.2001
22 A qualificação como construção social: estudo de alguns de seus aspectos em uma indústria de ponta	<i>Celso João Ferretti (coord.); Dagmar Zibas; Gisela Lobo B. P.Tartuce; João dos Reis Silva JR.</i>	Nov.2006
23 Avaliações nacionais em larga escala: análises e propostas	<i>Heraldo Marelim Vianna</i>	Fev.2003
24 Representações midiáticas: um estudo sobre o Exame Nacional do Ensino Médio	<i>Zélia Heringer de Moraes</i>	Dez.2003
25 O protagonismo de alunos e pais no Ensino Médio	<i>Dagmar Zibas; Celso João Ferretti; Gisela Lobo B. P.Tartuce</i>	Out.2004
26 Consulta sobre qualidade da educação infantil: relatório técnico final	<i>Maria Malta Campos; Rita de Cássia Coelho; Sílvia Helena Vieira Cruz</i>	Ago.2006
27 O ensino técnico a partir da década de 1990: a experiência cearense	<i>Dagmar Zibas</i>	Out.2007
28 Articulação trabalho e família: famílias urbanas de baixa renda e políticas de apoio às trabalhadoras	<i>Cristina Bruschini; Arlene Martinez Ricoldi</i>	Ago.2008
29 Formação de professores para o ensino fundamental: estudo de currículos das licenciaturas em Pedagogia, Língua Portuguesa, Matemática e Ciências Biológicas	<i>Bernardete A. Gatti; Marina Muniz R. Nunes (orgs.)</i>	Mar.2009

Para aquisição de títulos, consulte:

Biblioteca Ana Maria Poppovic
 Av. Prof. Francisco Morato, 1565 - 05513-900 São Paulo - SP
 Fone: (0xx11) 3723-3083 / (0xx11) 3723-3084 - Fax: (0xx11) 3721-2092
 Email: mjsouza@fcc.org.br, vriquena@fcc.org.br ou holiveira@fcc.org.br

Versão integral para download:

www.fcc.org.br

Impresso em maio de 2009
pela Gráfica da Fundação Carlos Chagas